

HD2341.F66 1987

ACTIVIDADES ECONÓMICAS
NÃO REGULADAS

Métodos de avaliação
tipologias
e interpretações

Dissertação apresentada para
obtenção do grau de mestrado em
Economia

Elsa Maria Nobre da Silva Fontainha

ÍNDICE

ACTIVIDADES ECONÓMICAS NÃO REGULADAS (AENR):
TIPOLOGIAS, INTERPRETAÇÕES E MÉTODOS DE AVALIAÇÃO

Introdução	1
1. Tipologias das actividades económicas reguladas, segundo a natureza dos mecanismos de regulação e graus de desenvolvimento.	5
1.1. O mercado como regulador	7
1.1.1. Actividades económicas não regulares nos países desenvolvidos de economia de mercado. A economia subterrânea (ES)	
1.1.2. Sector não estruturado nas economias dos países em desenvolvimento. (SI)	15
1.2. O plano como regulador. Economia Paralela (EP)	18
1.3. Síntese das formas e natureza dos fenómenos de economia não regulada.	27
2. Interpretações teóricas do aparecimento, funcionamento e consequências das actividades económicas não reguladas.	40
2.1. Introdução	
2.2. Alterações no funcionamento dos mercados e comportamento dos agentes-Economia de Mercado.	44
2.2.1. Mercado de trabalho	

2.2.1.1.	Segmentação do mercado de trabalho	49
2.2.1.2.	Informação imperfeita e mercado de trabalho submerso.	56
2.2.1.3.	Afectação da oferta de trabalho entre trabalho regular e irregular	59
2.2.1.4.	Repartição trabalho-lazer e o trabalho doméstico.	60
2.2.2.	Comportamento dos contribuintes	
2.2.2.1.	Maximização do lucro e fuga ao fisco	62
2.2.2.2.	Fuga ao fisco e nível de actividade económica	68
2.3.	Os modelos trialistas de transferência de mão de obra. Economias em vias de desenvolvimento.	73
2.4.	As possibilidades de equilíbrio numa economia com sector paralelo. Economias de direcção económica central.	76
2.5.	Conclusão e identificação de áreas de pesquisa teórica.	80
3.	Métodos de avaliação da economia subterrânea.	84
3.1	Métodos indirectos.	
3.1.1.	Métodos monetários	
3.1.2.	Métodos baseados na análise das discrepâncias entre receitas e despesas, a nível micro e macro.	85
3.1.3.	Métodos fiscais	97
3.1.4.	Métodos de estudo no mercado de trabalho submerso.	100
3.2.	Métodos directos	105

3.3.	Comentários críticos aos métodos e resultados de avaliações da economia subterrânea	109
3.3.1.	Avaliação das actividades subterrâneas em Portugal	114
4.	Ensaio Metodológico de determinação dos subsectores da indústria transformadora com maior probabilidade de ocorrência de AENR.	116
4.1.	Introdução	
4.2.	Suporte informativo, Problemas de Compatibilização. Selecção da amostra.	118
4.3.	Indicadores dos incentivos e possibilidades de submersão.	122
4.4.	Apresentação e discussão dos resultados	131
5.	Conclusões gerais	145
Notas		
Bibliografia		
Anexos		

Quadros

1-Representação esquemática da relação sector formal/sector informal numa matriz de absorção p.28

2-Characterização sintética das actividades económicas não reguladas por níveis de desenvolvimento e mecanismos reguladores p.32-p.33

3-Characterísticas dos factores produtivos nas AENRp.34-38

4-Representação esquemática da relação entre os sectores regulado e não regulado numa matriz de entradas e saídas p.39-39.b

5-Vias de avaliação do PIB p. 93.a-93.b

6-Indicadores da intervenção reguladora do Estado, Flexibilidade do Mercado de Trabalho e características do processo produtivo p128-130

7-Estimação da ES para vários países p.115.a

8-Estimativas globais da ES para Portugal p.115.b

Figuras

Fig.1 - Economia não regulada e produto	5
Fig.2 - Cubo de Gábor	25.a
Fig.3 - Mercado de trabalho com deficiente informação	58
Fig.4 - Curva de Laffer	70
Fig.5 - Relação do nível de actividade legal e ilegal com a pressão tributária e especialização do trabalho	71
Fig.6 - Curva de procura no mercado paralelo	7 .a
Fig.7 - Fig.9 - Equilíbrios no mercado paralelo	78.a
Fig.10 - Dualismo tecnológico segundo Higgins	82.
Fig.11 - A ES e as Contas Nacionais	96



INTRODUÇÃO

Propomo-nos com o presente trabalho analisar as actividades económicas não reguladas (AENR) numa tripla perspectiva do estudo da sua natureza e formas, dos métodos de medida e das abordagens teóricas do seu funcionamento e determinantes.

Definimos actividades económicas não reguladas como sendo aquelas que se desenrolam à margem ou transgridem as normas de regulação económica vigentes. Este conceito muito amplo, abarca fenómenos tão distintos como a economia doméstica e o trabalho assalariado negro. O primeiro processa-se à margem da regulação, entrando o segundo em conflito com ela.

Do conjunto das AENR algumas irão merecer especial atenção : a economia subterrânea (ES) nas economias desenvolvidas e onde o mercado exerce função reguladora, o sector informal (SI) nas economias de mercado menos desenvolvidas e a economia paralela (EP) nas economias de direcção central.

Como ,no domínio da investigação destas actividades económicas o leque de terminologias e conceitos é vasto ,para certos autores será destituída de significado a distinção entre EP, ES e SI ,porque, essas três actividades estariam segundo eles contidas na economia subterrânea.

Três núcleos de questões orientaram a nossa investigação :

- A dimensão, estratégias dos actores intervenientes, relações com a economia regulada e características do processo produtivo assumem diferentes formas em função do nível de desenvolvimento e dos modos de regulação? Ou ,pelo contrário, esses dois factores são irrelevantes ? Neste último caso, porque existem tais semelhanças?

-As abordagens teóricas das actividades económicas reguladas revelam-se aptas à leitura das AENR ou estaremos em presença de novas realidades que exigem também inovações no âmbito da teoria económica? Ou seja, os agentes das AENR comportam-se como "homo non oeconomicus" ou a sua lógica de acção é idêntica à revelada nas actividades regulares e por isso passível de uma correcta leitura e interpretação à luz do arsenal teórico convencional?

-Os métodos de avaliação e quantificação até agora ensaiados possuem alguma utilidade do ponto de vista da política económica? Ou seja, é possível através deles obter informação suficientemente detalhada sobre as AENR de modo a que a intervenção sobre elas resulte eficaz?

Embora as respostas às questões supra sejam tratadas de forma autónoma nos pontos 1, 2 e 3, respectivamente, existem entre elas profundas imbricações.

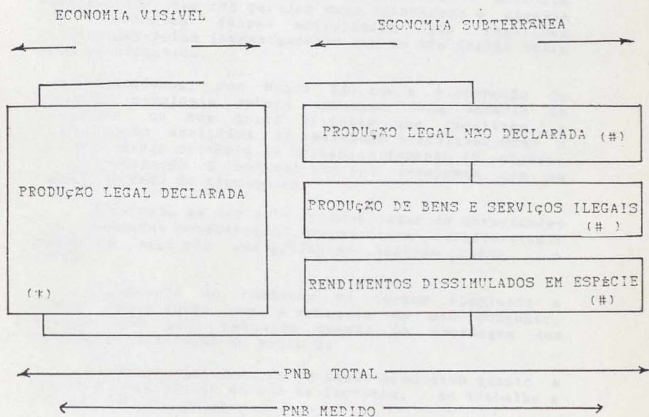
Foram os resultados dos estudos descritivos, nomeadamente as quantificações da ES (que resenhamos no ponto 3), indiciando que essa nova realidade assumia proporções e revelava modos de funcionamento algo diversos dos da economia regulada que estiveram na origem do crescente interesse dos economistas pelo tratamento teórico da questão (que focamos no ponto 2.)

Por outro lado, o estudo das tipologias de AENR (apresentadas no ponto 1.) auxilia a compreensão do aparecimento do fenómeno e respectiva dinâmica interna (abordada no ponto 2.)

Fixámos ainda um objectivo suplementar à presente dissertação, o do estudo do grau de enviesamento introduzido nas estatísticas portuguesas da produção industrial como resultado da ocorrência nesse sector de fenómenos de AENR. Não considerámos a produção de bens e serviços irregulares, pelo que limitámos o estudo empírico à Produção Industrial Legal não Declarada (PILND).

As AENR ,se exceptuarmos a componente Economia Doméstica,são um tema recente da ciência económica. Actualmente ,embora sejam mais raros os estudos sobre ele se comparados com o pico atingido no fim da década de 70 início da de 80,continua a ser uma questão importante.A ineficiência das medidas de política económica e em particular a inépcia dos mecanismos reguladores,a redução das receitas fiscais,o enviesamento dos dados estatísticos são questões suficientemente relevantes para que o tema das AENR não se justifique apenas como moda (nas ciências também as há).

Fig.1 Economia não regulada e Produto



(#) conflitual com a regulação

(+) à margem da regulação

Este conceito de economia não regulada ENR é mais amplo que o da economia subterrânea aqui representado, porque inclui actividades como a economia doméstica que não cabem no conceito de PNB. O sector informal nos PVD é por nós entendido como ENR, mas seria segundo a figura anterior incluído na produção legal. Portanto, para nós, o conceito de produção legal declarada não coincide em absoluto com o de actividades não reguladas. O sector informal é não regulado sem ser no entanto irregular, ilegal.

1. Tipologias das actividades económicas não reguladas, segundo a natureza dos mecanismos de regulação e graus de desenvolvimento.

Apresentaremos no ponto 1. os conceitos de Economia Subterrânea(ES), Sector Informal(SI) e Economia Paralela(EP) que nos parecem mais relevantes e algumas das tipologias dessas actividades não reguladas construídas pelos investigadores que se têm detido sobre esta problemática.

Entendemos, com Hugon (1) que a elaboração de qualquer tipologia deverá assentar numa bateria de critérios ou num único critério que facilitem a decomposição analítica da realidade a analisar. Como a eleição desse critério ou critérios depende do objecto da investigação é natural que nos deparemos com um número elevado de tipologias.

Para cada um dos três grandes tipos de actividades não reguladas considerados, propomos uma caracterização sintética seguindo uma grelha de análise comum, a saber:

a) dimensão do fenómeno em termos absolutos e quando relacionado com a economia no seu conjunto, questão que será retomada quando da abordagem dos métodos de avaliação no ponto 3;

b) características do processo produtivo quanto a escala e intensidade do uso de factores, do trabalho e capital em particular.

c) estratégias e motivações dos agentes participantes: empresas, consumidores, contribuintes e trabalhadores.

d) tipo e intensidade de relações que se estabelecem entre as parcelas regulada e não regulada da economia.

Com a descrição destes quatro aspectos,

pretendemos lançar luz, respectivamente, sobre os seguintes núcleos de questões :

a) A amplitude do fenómeno justificará que seja eleito objecto de investigação, ou, a sua importância é tão diminuta que pode perfeitamente ser ignorado pela análise económica, e em particular pela análise macro económica?

b) A separação entre actividades regulares e irregulares corresponderá um dualismo tecnológico (2), onde a rigidez dos factores produtivos nas primeiras se distingue da flexibilidade económica e tecnológica das segundas? A escala de produção constitui uma condicionante fundamental ao surgimento de actividades não reguladas, ou existem processos que tornam possível o funcionamento a uma escala de produção média ou mesmo grande, descentralizada espacialmente, mas centralizada quanto à gestão?

c) Os agentes intervenientes nas actividades económicas irregulares (empresas, consumidores, trabalhadores, contribuintes) comportam-se como "homo non oeconomicus", ou é a racionalidade económica a determinante exclusiva do seu comportamento?

Esta é uma questão relevante porque se encontra estreitamente relacionada com alterações ou mesmo inovações que terão de ser introduzidas nas teorias económicas convencionais com vista à sua aplicação ao estudo das actividades económicas irregulares.

d) As interrelações que se estabelecem entre sectores regular e irregular são de molde a possibilitar um controlo do segundo pelo primeiro? Quais os canais por onde se pode operar esse controlo? Que relação de funcionalidade existe entre os dois sectores? Quais as possibilidades e interesse da emergência de algumas actividades irregulares?

1.1. O mercado como regulador. Economia subterrânea (ES)

De entre as várias definições possíveis de economia subterrânea , adoptámos a de Quaden segundo o qual a ES é constituída pelas " diversas actividades económicas dissimuladas às autoridades e que se tornam por esse facto potencialmente omissas nas contas nacionais e portanto na medida convencional do crescimento da produção e dos rendimentos" (3)

Esta definição é particularmente rica , tendo em consideração o objecto da nossa investigação, porque :

a) Como os sistemas estatísticos já dispõem de métodos de inclusão, embora parcelar, de algumas dessas actividades, importa salientar o carácter apenas potencial da omissão nas contas nacionais.

b) Evidencia a dissimulação em relação às autoridades. No entanto, contém uma imprecisão relativamente à natureza das autoridades .Referir-se-à o autor às autoridades de política económica ou às que recolhem os dados ? ou a ambas ?

Se se assumir que são as autoridades económicas, a ES excluiria actividades como a economia doméstica ou familiar que, por não ser passível de imposto nem de qualquer forma de regulação não é oculta.

Como a dissimulação apenas se refere às autoridades , será então possível, por inquéritos promovidos por outras entidades ,obter informações sobre a ES. (4)

c) Menciona o carácter convencional do cálculo do produto como que a sugerir que o conceito de produção precisa ser reformulado (5)

d) Finalmente,não refere explicitamente e quanto a nós correctamente , o agente dissimulador e as suas motivações , o que torna a definição mais ampla que

aquelas centradas na fuga ao fisco.

Podemos identificar três tipos de abordagem das tipologias da ES :

a) as que enunciam critérios e procuram caracterizar segundo eles a ES.

b) as que apenas descrevem as formas de ES , não podendo por isso ser entendidas como verdadeiras tipologias.

c) as que decompõem a ES segundo uma dada classificação, geralmente idêntica às nomenclaturas tradicionais nas estatísticas , ou seja sectores, ramos , estatuto de trabalho.

Analisando de forma mais detalhada cada uma das abordagens supra :

a) As modalidades de trabalho oculto, o grau de ilegalidade ou o tipo de ganho pessoal constituem exemplos de critérios utilizados na construção das tipologias .

As modalidades de trabalho oculto geralmente consideradas são as seguintes : pluriemprego, emprego de indivíduos que auferem subsídio de desemprego, trabalho eventual , trabalho imigrante ilegal, trabalho das empresas que não descontam para a segurança social e não se enquadram na legislação laboral estabelecida. (6)

Relativamente a este aspecto da ES , Rodrigues(7) enumera para Portugal doze modalidades que poderemos reagrupar em três categorias conforme o agente que as promove : a) praticadas pelo trabalhador por conta própria como sejam a não declaração e subdeclaração de rendimentos do trabalho ; b) praticadas pelos assalariados : duplo emprego, subdeclaração de salários ; c) praticadas pela empresa relativamente ao factor trabalho como a não declaração dos trabalhadores ou porque a empresa não tem existência jurídica ou porque , embora seja legal não quer declarar alguns dos seus assalariados , não dedução de receitas para a segurança social, remuneração abaixo do contrato colectivo de

trabalho, subavaliação das qualificações, extensão do horário de trabalho, não cumprimento das normas de higiene e segurança e das normas da lei laboral ou legislação sindical.

O esboço de tipologia antes enunciado é tão amplo que será difícil encontrar algum trabalhador e principalmente alguma empresa portuguesa que não possa ser acusada de participação no trabalho negro.

O critério da legalidade, permite distinguir actividades totalmente delituosas como o tráfico de droga, de outras que ferem o quadro jurídico regulador da economia, pelo bens produzido, pelo agente produtor, ou pela fuga ao fisco.

Um outro autor, Macaffe (8) identifica cinco tipos de ES segundo o ganho pessoal: 1-ganho de um rendimento ou redução de um imposto resultante de despesas de representação; 2- remuneração em espécie; 3- declaração incorrecta ou parcial dos rendimentos, incluindo nesta categoria a fuga ao fisco por parte das empresas; 4- fraudes fiscais e outras relacionadas com a produção regular; 5- rendimentos criminais ou "imorais" (sic) não declarados.

b1)

O enunciar pura e simplesmente, sem qualquer critério sistematizador as actividades da ES como é feito por Bawly (9) constitui fraco auxiliar de qualquer exercício de análise, no entanto, apresentamo-la como ilustração de um erro algumas vezes repetido.

Assumindo aquele autor, de forma pouco rigorosa, que a ES é "a parte do PNB que não é medida pelas estatísticas oficiais" é de estranhar que ao enunciar as formas de ES ressalte o aspecto fiscalista. Fariam para ele parte das actividades ocultas: comércio de drogas, roubo, furto e quebra de "regras burocráticas" (sic), contrabando de divisas, trabalho não autorizado ou expedientes para fugir ao fisco.

c1)

Estas são abordagens bastante pragmáticas que seguem aproximadamente as classificações estatísticas : por sectores de actividade , por estatuto, por ocupação.

Poderemos segundo o esquema já referido na introdução deste ponto 1., tentar caracterizar ainda que de forma muito aproximada as actividades de ES nos países de economia de mercado, quanto a: dimensão, mão de obra, capital, relações com a economia visível e estratégia dos agentes.

A dimensão global estimada para a ES é bastante variável, oscilando de valores insignificantes até quase metade do PIB .Para um mesmo país os resultados são bastante diferentes conforme o método usado ou até para o mesmo método, ,como o caso português bem exemplifica. (10)

A ES não se encontra distribuída regularmente por todos os sectores, sendo mais importante na construção civil, serviços de reparação e em actividades industriais menos exigentes em capital.

A qualificação da mão de obra que participa na ES, varia bastante conforme os sectores e o estatuto de trabalho. A remuneração dos indivíduos que participam em actividades produtivas por conta própria com ou sem recurso a mão de obra familiar (canalizador, electricistas, sapateiros, cabeleireiros, mecânicos, técnicos de tv) em tempo integral ou parcial é por vezes fixada em função do cliente e executada no domicílio deste. No caso de empresas clandestinas (oficinas de automóveis, pequenas fábricas, etc) os salários serão inferiores aos do sector oficial (11) bem como os preços praticados.

O equipamento necessário aos trabalhadores por conta própria que operam na ES resume-se, no caso da prestação de serviços a ferramentas, funcionando o domicílio familiar como "instalação produtiva". No entanto, o trabalhador por conta própria no sector

industrial/artesanal e a empresa subterrânea, já poderão possuir um capital físico de dimensão mais elevada, inclusive disperso pelos domicílios de assalariados ocultos. (12)

A intensidade de relações que se estabelece com a economia visível é bastante diferenciada de sector para sector e mesmo em cada um deles depende como é organizada a produção, trabalhador individual ou empresa.

Devem existir actividades com forte ligação à economia visível. É o caso da construção civil que estabelece necessariamente relações com a economia visível a montante porque, compra de cimento e vigas, que são praticamente impossíveis de produzir noutras empresas ocultas.

Outras actividades terão fortes ligações a juzante, dependendo o escoamento da produção, da compra por parte de grandes empresas que as comercializam ou finalizam (por exemplo, os têxteis e vestuário).

Haverá ainda actividades que exibirão uma completa dependência da economia visível, Tal é o caso dos regimes de subcontratação, em que grandes empresas cuja existência está completamente legalizada, distribuem a matéria prima ou até o produto já relativamente elaborado a unidades clandestinas, onde posteriormente irão adquirir o produto para comercializar.

Algumas actividades terão fraca ligação com a economia oficial porque dela necessitam de poucos ou nenhuns factores ou são abastecidas por contrabando e estabelecem relação directamente com a procura final.

Os comportamentos e motivações dos agentes participantes da ES mencionados na literatura sobre o assunto, e que é ainda escassa, são :1-para as empresas trata-se da minimização do custo salarial, dos encargos sociais ou fiscais e da possibilidade de adaptar rapidamente a produção e a circulação ds mutações ocorridas nos mercados.2-para o consumidor, a preferência

vai para os bens e serviços oriundos da ES quando a relação qualidade e/ou preço o justifica;3-para o trabalhador a ES é uma forma de obter algum rendimento ou um rendimento adicional ao auferido na economia regulada,é uma estratégia de sobrevivência ou então uma outra forma de gerir o tempo de trabalho e lazer da forma a ser-lhe proporcionada uma maior realização pessoal e profissional.

Estes comportamentos, que estão no cerne do funcionamento da ES estão numa fase de tratamento teórico ainda bastante insipiente.No ponto 2 retomaremos esta questão.

1.1.2. Sector não estruturado nas economias dos países em desenvolvimento

O conceito de sector informal é anterior ao de ES, surgiu associado aos desenvolvimentos dos modelos dualistas, como um sector intermédio ao qual era atribuído papel central na absorção da população activa proveniente do sector tradicional e que não tinha possibilidade de ingressar de imediato no sector moderno como Lewis na formulação inicial do seu modelo de modo optimista previra. (13)

Mas, que deverá entender-se por sector informal? Também aqui abundam terminologias (sector intermédio, sector não estruturado, sector tradicional, sector não protegido, pequena produção mercantil, sector não explorador) e conceitos cujas fronteiras raramente coincidem ou são nítidas. (14)

De entre os vários conceitos destacamos o de Hugon e o de Sethuraman. O primeiro define sector informal ou não estruturado "como actividade de pequena escala, em que os assalariados são poucos, em que o capital avançado é diminuto, mas onde contudo há circulação monetária, venda de bens e serviços onerosos" (15).

Ressalta desta definição o critério da escala de produção, do tipo de dimensão de factores produtivos envolvidos e o aspecto mercantil. Nenhum destes três aspectos é atributo exclusivo da ES, embora coexista por vezes com ela. Existirá apenas uma parcela do sector informal que será subterrânea.

O conceito de Sethuraman é, quanto a nós, mais completo porque introduz a questão da técnica e o critério dimensão tem menor importância. Para este autor, o sector não estruturado tem como características: "ser de acesso fácil para os recém chegados; as empresas usarem os recursos locais e terem carácter familiar; a escala de operações ser restrita; os mercados escaparem a toda a regulamentação e serem abertos à concorrência; as técnicas serem de forte densidade de mão de obra e adaptadas; os trabalhadores

adquiriram as suas qualificações fora do sistema escolar oficial" (16)

Tal como na definição de Hugon, nesta o sector informal não coincide ou é subconjunto da ES.

Com base em inquéritos efectuados ao sector informal em espaços urbanos africanos, Hugon procede à caracterização dos vários subsistemas da pequena produção mercantil da respectiva dinâmica interna e determinantes externos. Ainda no domínio metodológico o contributo de Hugon é riquíssimo porque constrói alguns quadros relativos ao sector informal, com base nos quais construímos o quadro Q.3.2. e que permitem (17)

- leitura da função de produção do SI, quadro qualitativo para o trabalho e para o capital
- análise qualitativa das interrelações entre o SI e os restantes, usando uma nomenclatura própria

Manifestando-se o sector informal em países do terceiro mundo, onde os sistemas estatísticos são imperfeitos e ineficazes quando comparados com outros de países mais desenvolvidos, este sector é também chamado de "não recenseado" (18) a análise empírica ficaria dificultada se não existissem para países da África francófona uma série de inquéritos, promovidos pela OIT sobre os quais trabalham investigadores de várias áreas científicas (19)

É portanto possível em relação a esses países africanos, fazer um retrato mais nítido das actividades não estruturadas. Mais ainda, o tipo de inquérito, os métodos de análise, os resultados obtidos parecem-nos também particularmente úteis de transpor, de forma mimética para diferentes universos, nomeadamente o caso português. (20)

A componente dissimulada do SI muito raramente merece tratamento individualizado e por parte dos investigadores. Estudos sobre a Argélia e a Índia constituem excepção. (21)

Contrariamente aos estudos sobre a ES nos países desenvolvidos, dominados pela preocupação de quantificações, a investigação do sector informal dirige-se principalmente para a importância qualitativa do fenómeno no todo económico e social.

O quadro de Hugon(quadro 1) reproduzido contém uma boa síntese dos sectores onde ocorrem e predominam actividades não estruturadas. De notar que no sector artesanal, encontram-se abrangida, entre outras, a produção de alimentação, têxtil e calçado, madeiras, química ligeira, minerais não metálicos.

O tipo de qualificação da mão de obra e o estatuto perante o trabalho é bastante diverso conforme o tipo de actividade. Por vezes um patrão trabalha com um conjunto de aprendizes que não chegam a efectuar uma verdadeira aprendizagem, porque, quando se aproxima da idade adulta, são substituídos compulsivamente por novos aprendizes. Aliás, esta rotatividade dos aprendizes ocorre também em França e talvez também em Portugal.(22)

De um modo geral a intensidade capitalística é fraca ou nula, especialmente no ramo dos serviços, e média, no sector produtor de mercadorias.(Quadro 3.2).

Quanto á relação no mercado entre sectores formais e informais ,concluiu-se dos inquéritos realizados, que nem todos os bens e serviços do SI são concorrentes com os do sector formal, existindo até sintomas de que o SI abastece especialmente determinados segmentos de consumo menos exigentes quanto a qualidade.

A maior ou menor independência face ao sector formal distribui-se de forma irregular pelas actividades económicas. Para alguns autores o SI existe precisamente para servir as grandes empresas com as quais estabelece laços muito fortes a montante e a juzante e cuja rotura implicaria o aniquilamento do SI (23). Contrariamente, outros declaram, estudando as condicionantes das empresas situadas no SI que de uma maneira geral estas são independentes financeira e comercialmente, sendo escassos os contactos que mantêm com o sector moderno.

O papel do SI em termos de emprego é geralmente considerado de grande importância pois pode constituir a possibilidade de sobrevivência dos desempregados do sector moderno ou dos migrados rurais que encontram no nele o único meio, embora incerto, de auferirem algum rendimento.

O sector não é homogéneo e as suas interpretações também não. Uns entendem o SI como um viveiro de empresários inovadores, cuja dinâmica deverá ser potenciada, outros acreditam que é um poço de trabalhadores miseráveis, outros ainda afirmam que nele coexistem as duas situações. No plano teórico, poderá perguntar-se se o que move o empresário artesão é já o lucro ou se a sua actividade constitui uma sobrevivência do modo de produção pré-capitalista. Ou seja, se tem um carácter evolutivo ou involutivo, se não se encontrarão já subordinadas formalmente ao capital, dependendo a sua manutenção da estratégia das grandes empresas. Os dados até agora disponíveis, não permitem deduzir uma lei geral. (24)

Quadro 1

TIPOLOGIA DAS ACTIVIDADES INFORMAIS PROPOSTA POR HUGON

1- Tipo de actividade económica

- 1.1. prestação de serviços
 - 1.1.1. serviços pessoais
 - 1.1.2. serviços materiais de reparação e manutenção
- 1.2. pequena produção de mercadorias
 - 1.2.1. transformação de produtos de recuperação
 - 1.2.2. artesanato
 - 1.2.3. subcontratação e trabalho a tarefa
- 1.3. pequenos comerciantes e transportadores de mercadorias
 - 1.3.1. pequenos comerciantes
 - 1.3.2. pequenos transportadores

2. - Papel na actividade económica

- 2.1. relações com mercado de capitais e circuitos financeiros
- 2.2. relações com mercado de trabalho e circuitos de fornecedores de trabalhadores
 - 2.2.1 mercados elementares
 - 2.2.2 circuitos familiares
 - 2.2.3 mercado de trabalho artesanal
- 2.3. relação com o mercado de bens e serviços
 - 2.3.1 circuitos de comercialização
 - 2.3.2 grupos sociais destinatários

3. - Papel na reprodução das sociedades

- 3.1 relação com sector capitalista
- 3.2 relação com o mundo rural
- 3.3 relação com células familiares
- 3.4 relação com o Estado

Fonte : Hugon, Ph. (1980)

1.2. O plano como regulador. Economia Paralela (EP)

Sendo a economia subterrânea uma forma de transgressão às regras legais vigentes, as economias onde onde o Estado chama a si o papel de proprietário e de planificador da esmagadora maioria da actividade económica, dispõem aparentemente de condições propícias à ocorrência de ES embora actue no sentido contrário uma maior centralização de informações o que agravará potencialmente o risco de detecção do delito e consequente punição. Este último aspecto só constituirá obstáculo à proliferação de actividades irregulares se a punição for grave, o que nem sempre ocorre.

Nas economias de direcção económica central malgrado as diferenças significativas existentes entre elas, coexiste com o sector planificado, de longe o mais importante em termos de produção e emprego, uma parcela de amplitude difícil de avaliar que geralmente se designa por economia paralela, secundária ou segunda economia, por oposição à primeira, planificada, que abarca actividades legais, regulamentadas, e outras ilegais, resultando esse estatuto de ilegalidade da natureza do bem ou serviço transaccionado ou produzido e/ou dos factores utilizados na sua produção ou circulação.

Esta economia paralela não pode assim ser identificada com ES no sentido estrito pois essa designação só será adequada à parcela ilegal da economia marginal ao Plano. Efectivamente, nos países de economia de direcção central é possível e legal o exercício de determinadas actividades económicas extra-plano, embora sujeitas a restrições principalmente quanto ao recurso a trabalho assalariado e quanto às dimensões. Encontram-se neste caso as explorações agrícolas individuais que têm um limite quanto à área e as micro explorações pecuárias quanto ao número de efectivos.

As fronteiras da economia paralela além de diferirem de país para país, dentro de cada um destes evoluem ao longo do tempo geralmente no sentido da sua

ampliação ,de que as reformas em curso na URSS são exemplo.

Como já afirmámos a confusão de terminologias é grande e a adopção do termo subterrâneo, irregular, paralelo ou secundário tem o seu quê de arbitrário. O termo economia secundária bastante expandido na literatura sobre os países de economia planificada não é particularmente adequado, seria preferível designá-lo por "terceiro sector" porque , embora se interpenetre com o segundo no sentido estrito, ou seja o não planificado legal, constituindo por vezes com ele um 'continuum' é um sector à margem da margem. No entanto esse estatuto de marginalidade é apenas aparente no que respeita à satisfação das necessidades quotidianas da população.

Também o termo "paralela" não será muito correcto na medida em que sugere um desenvolvimento equidistante e não conflitual relativamente à economia planificada, o que não corresponde à realidade.

Uma forma de ultrapassar o problema das terminologias é precisar os conceitos, passemos então a apresentar alguns dos conceitos mais expandidos.

Grossman (25) entende a economia subterrânea como a componente da economia secundária que é levada a cabo em benefício individual e viola princípios legalmente estabelecidos, aproveitando bastas vezes a parcela legal da economia paralela (ex. actividades agrícolas privadas, mercados livres) para ocultar a sua ilegalidade. Com base no duplo critério (ilegalidade e o interesse privado como fim, poderão também ser consideradas subterrâneas, actividades que se desenrolam no seio do próprio sector socialista (26), constituído por empresas estatais e cooperativas. São os trabalhos "informais" em benefício pessoal efectuados no local e horário de trabalho por empregados e operários das empresas estatais.

Outra definição de Economia paralela apresentada por Gábor(27) enfatiza a forma de utilização do factor trabalho, ressaltando também a faceta conflitual da ES . Para este autor, a segunda economia corresponde ás

formas pelas quais o trabalho é utilizado fora do sector económico socialista, assim como o processo de redistribuição de rendimento entre a população, apenas incluído parcialmente na distribuição organizada socialmente (28) ou de outra forma "um sector de actividade lucrativa e de redistribuição de rendimento fora da produção socialmente organizada e das relações de distribuição e envolvendo vários conflitos" (29).

A anterior definição tem o mérito de referir especificamente o factor trabalho. Portanto, este conceito não admite a possibilidade de constituição de empresas ilegais. No entanto Gosfeld e Smolar (30) têm uma opinião diferente.

A EP nas economias socialistas assume também como a ES nos países de Economia de mercado numa multiplicidade de formas. As tipologias que iremos apresentar, recorrem a diferentes critérios sistematizadores. Outros autores, preferem a simples descrição dos fenómenos. Está neste grupo Krug (31) que, reportando-se á realidade chinesa, enuncia os seguintes crimes económicos:

a) Expedientes ilícitos a que recorrem os consumidores para obter produtos cuja venda é proibida ou se encontra sujeita a esperas quando efectuadas pelos mecanismos estatais de distribuição.

b) Fuga ao fisco, não cumprimento de determinadas normas (de qualidade, anti-polução, etc.) e sobreavaliação dos prémios de produtividade.

c) Mercado negro de produtos alimentares, por vezes constituindo a revenda de produtos adquiridos nos armazéns estatais. Mercado negro de divisas.

d1) Criação de empresas privadas, embora mantendo a aparência de empresas estatais, mas sendo geridas na prática, segundo o interesse de um indivíduo ou de um grupo.

d2) Criação de sociedades privadas de comércio e crédito (as Pibao Gongsi) que funcionam á custa de

capitais e factores produtivos obtidos nos circuitos legais, mas por vias ilegais.

e) Elevação dos rendimentos em espécie por parte de quadros e dirigentes de empresas estatais (viagens, despesas de representação etc.)

f) Processo de favores designado por "guani" o equivalente a "cunha", que permite obter certos benefícios profissionais ou ingresso na Universidade sem necessidade de exame.

Todas estas actividades têm em comum o facto de envolverem, ou poderem envolver, funcionários da administração, como é o caso de c) e b). Algumas destas actividades apenas redistribuem rendimentos (como a, c, f), outras contribuirão eventualmente para o acréscimo do produto nacional.

Talvez porque a A.se preocupa principalmente com a corrupção envolvida na ES não explicita actividades empreendidas por conta própria, criadoras de bens, como por exemplo as agrícolas ou serviços, nomeadamente os de reocaração que poderão não se inserir no quadro legal. A ampliação de dl) no sentido de englobar não só funcionários mas também outros indivíduos, seria ainda insatisfatória, porque permaneceriam excluídas as acções produtivas ilegais empenhadas pela população activa em benefício próprio.

As formas de delito económico na URSS referidas por Grossman apresentam alguns aspectos comuns com as anteriores :(32)

a) O roubo ao Estado que constitui o delito mais frequente e atinge as empresas industriais e agrícolas estatais e os armazéns abastecedores do Estado, dele se destacando o roubo no trabalho, que é como que parte integrante das "condições de emprego", dá origem a um adicional que pode ser superior ao salário normal e também fonte de matéria prima e equipamento, principalmente ferramentas para a economia subterrânea.

Este roubo é praticamente enquadrado no "modus

vivendi"dos cidadãos, dos trabalhadores da empresa onde laboram, dos camponeses que retiram forragens dos kolkoses para os efectivos pecuários que possuem, dos médicos, que desviam medicamentos para a prática de medicina privada, dos camionistas, que retiram combustível para os táxis que exploram individualmente.

b) Quadrilhas organizadas, roubam ferramentas e materiais para alimentar o mercado negro.

c) Certas mercadorias ou materiais, são falsamente dadas como perdidas ou deterioradas em trânsito.

d) Processos visando melhorar os indicadores oficiais das empresas.

e) Retenção, para venda posterior, "de favor", e por preço mais elevado, de bens disponíveis nos armazens estatais.

f) Recebimento de benefícios por parte de empregados encarregues de listas de espera, para certos bens de consumo duráveis.

g) Comércio ilícito ou mercado negro de bens difíceis ou impossíveis de obtenção no mercado legal.

h) Produção ilícita cuja principal componente é a construção, reparação e ampliação de habitações, mas que inclui também reparação de automóveis, confecção de vestuário, mudanças e transportes. Os agentes que protagonizam esta produção, podem ser indivíduos ou grupos de indivíduos que têm uma actividade oficial e executam estas tarefas nas horas vagas, são os "shabashniki"(em russo), ou os "moonlighthrs"(em inglês).

i) Empresas privadas individuais, com capitais próprios, assalariamento de pessoal, aquisição de materiais no mercado negro, que produzem e distribuem determinados produtos como o vestuário e calçado, e também meios de produção (33). Constituem-se ainda empresas pequenas, geralmente produtoras de serviços com uma utilização de factores diminuta e por isso mais difíceis de controlar por parte do Estado que funcionam

em moldes privados, podendo ter a aparência de empresas legais.

j) Corrupção envolvendo várias modalidades.

Ainda segundo Grossman, encontramos a seguinte classificação das actividades subterrâneas por sectores económicos:

1) Agricultura

1a) Os pequenos lotes de terrenos explorados por famílias camponesas, cujos elementos podem ou não trabalhar em propriedades estatais rurais, ou até, terem uma ocupação não agrícola.

1b) Os pequenos lotes urbanos, geralmente de dimensão inferior á dos rurais, que produzem especialmente produtos hortícolas que são canalizados para os "mercados colectivos" onde os produtores e os consumidores se relacionam directamente.

2) Comércio

Os mercados dos kolkoses operam por vezes de forma ilícita, escoam bens roubados ou produzidos informalmente devido às unidades agrícolas excederem o número máximo de efectivos pecuários, porque recorreram a água, forragem e adubos, meios de transporte do sector socialista, e só nos dois casos anteriores pertencem à ES.

3) Construção civil

Neste sector, participam cooperativas de habitação, indivíduos e grupos de indivíduos. A actividade da construção civil por particulares, não sendo completamente proibida, é no entanto domínio próprio á aquisição de materiais no mercado negro, uso de betoneiras e escavadoras do Estado e corrupção de funcionários.

4) Serviços

Médicos, professores, dentistas, mecânicos de automóveis, artesãos, comerciantes, caçadores, exploradores de minério, vendedores de artigos usados, são potenciais actores da economia irregular.

5) Vários sectores

Contrato de indivíduos, com excepção de contrato para construção de casa própria que é permitido legalmente, venda e revenda com intuito lucrativo, posse de divisas ou metais preciosos, corrupção em dinheiro ou espécie.

No sector estatal, o não cumprimento de determinadas regras, directivas e normas do Plano, por parte de operários, técnicos, funcionários e administrativos.

Este último aspecto chama também a atenção de outros Autores (34) que classificam em dois grupos os comportamentos informais por parte dos empregados das empresas socialistas: não cumprimento de regras em benefício pessoal e desvio de factores produtivos para o sector privado (legal ou ilegal)

Uma outra classificação, (35) assume 5 tipos de actividade atribuídas á economia paralela 1-Sector privado autorizado; 2-Trabalho negro; 3-Produção das explorações agrícolas familiares e de um modo geral toda a produção doméstica destinada ao mercado; 4-Transferências e retribuições negras; 5- Aluguer privado, lucro e comissões pagas nas operações de empréstimo, venda fora dos canais oficiais.

O cubo de Gabor(v.Gráfico 3) sintetisa de forma interessante uma tipologia aplicável a qualquer sistema social.

São três os critérios ,correspondendo cada um deles à a uma aresta no referido cubo :

- 1- Fontes de rendimento, fortuna pessoal, trabalho, posição oficial, conhecimentos.
- 2- Grau de integração relativamente ao sector socialista.
- 3- Relação com a lei.

O ponto assinalado corresponde á inexistência de economia paralela esta vai-se incrementando á medida que dele se afastam as actividades , por qualquer das três vias consideradas .

Analogamente ao que fizemos para as outras actividades não reguladas , procuraremos agora caracterizar de forma sintética e segundo vários itens as actividades de EP :

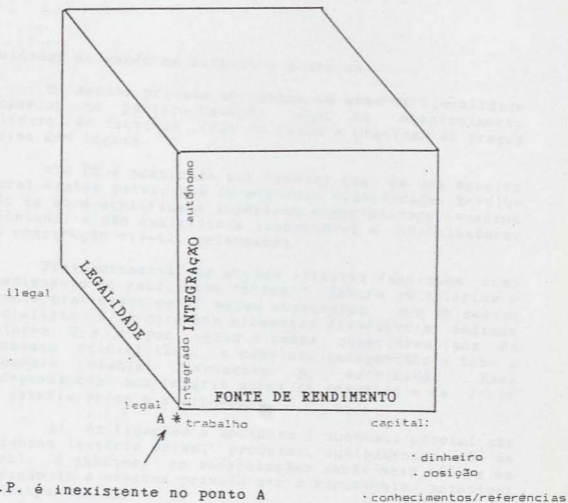
a) Os agentes que promovem a EP ou são trabalhadores por conta própria ou então unidades que em média nunca deverão atingir uma dimensão elevada. O delito é por vezes o ultrapassar de uma dimensão mínima. É o próprio carácter oculto que obriga a sua dimensão reduzida em termos de estruturas e pessoal, mas pode ser elevado o volume de negócios. Esta será uma razão, para além de outras, por que se implanta no sector dos serviços, mais difícil de detectar.

A dimensão da produção ES no conjunto do PIB, deverá ser bastante inferior à verificada nos países de economia de mercado.

b) A distribuição da EP por sectores económicos e institucionais é bastante irregular. Na esfera da produção pública usam-se vários expedientes para tornear ou ultrapassar normas e regulamentos em benefício privado directa ou indirectamente (o falseamento dos resultados económicos de uma empresa pode produzir benefícios indirectos ao respectivo gestor), ou obter bens do Estado.

Na esfera distributiva, trocam-se favores, vende-se por preço mais elevado " por baixo do balcão", comercializam-se certos bens públicos (por exemplo,

Fig.2 Cubo de Gábor



FONTE :Gábor, I. (1979)

cuidados de saúde em hospitais públicos).

O sector privado apresenta um grau de ilegalidade superior ao público, havendo lugar ao abastecimento ilícito de factores, fuga ao fisco e práticas de preços acima dos legais.

c) A ES é praticada por agentes que, de uma maneira geral também participam na economia planificada. Envolve mão de obra qualificada (operário especializado, quadros técnicos) e não qualificada (camponeses e trabalhadores da construção civil), reformados.

Frequentemente as acções ilícitas funcionam como complemento do rendimento "normal". Embora os salários e preços praticados na EP sejam superiores aos do sector socialista (os escassos elementos disponíveis indicam valores 2,3 e por vezes 4 vezes superiores aos da economia oficial (36), a completa independência face à economia oficial raramente é escolhida. Essa independência acarretaria perda de regalias e da fonte de matéria prima e equipamento.

d) As ligações a montante à economia oficial são intensas (matéria prima, produtos, equipamentos, mão de obra). A juzante, as interrelações serão mais ténues em virtude de o consumo privado ser o escoamento principal do output da ES.

e) No sector privado ilícito, cabem os trabalhos de reparação, construção e manutenção de certos equipamentos domésticos, automóveis, habitações, tráfico de divisas, contrabando (mesmo entre países socialistas) exercido por conta própria por um indivíduo que mantém o emprego na economia oficial, ou então por empresas privadas ilegais.

Os sectores de implantação no que respeita a produção de bens e serviços (ignoramos as actividades de corrupção com meros efeitos de redistribuição): produção de alimentos, em especial produtos hortícolas, ovos e carne e leite; bebidas, construção de habitações ou ampliação, vestuário e calçado, ferramentas, reparação e manutenção de equipamento doméstico,

restauração, aluguer de transporte de carga e passageiros, decoração e aquecimento, electricidade e canalização, assistência médica, compra e venda de divisas e crédito, comercialização de produtos contrabandeados, produzidos ilegalmente ou subtraídos da esfera oficial.

1.3. SÍNTESE DAS FORMAS E NATUREZA DO FENOMENOS DE ECONOMIA NÃO REGULADA

Um confronto entre as várias características da ES, EP e SI segundo a grelha de análise anteriormente definida (Q 2) permite-nos salientar aspectos de universalidade entre os fenómenos que AENR.

Como é no plano das características dos factores produtivos que surgem maiores afinidades entre os três tipos de economia considerados, justifica-se uma análise mais detalhada desse aspecto ainda que em termos meramente qualitativos e aproximados (Q3).

Finalmente ao ensaiarmos a construção de matrizes de fluxos entre sectores regulados e não regulado, (Q 4) visamos apoiar a compreensão do grau de funcionalidade/disfuncionalidade das AENR e ainda dos canais de que as autoridades de política económica dispõem para passarem a exercer uma acção reguladora, mesmo que indirecta, sobre actividades económicas presentemente fora da esfera de intervenção da política económica.

Para a construção dos quadros das interrelações sectoriais, inspirámo-nos na proposta de Bulmer-Thomas (1982), que considera que nos países menos desenvolvidos os quadros de entradas e saídas deverão decompor-se em sectores formais e informais segundo um esquema que reproduzimos página seguinte. (Q 5). Os valores W_{jk} representam o que o sector formal fornece ao sector informal, sendo de prever que estes valores sejam

Q.1 - Representação esquemática da relação sector formal /sector informal numa matriz de absorção

	Sectores formais 1.....n	Sectores informais (n+1),....(n+k)	Procura final
Sectores formais 1.....n	w_{jj}	w_{jk}	f_j
Sectores informais (n+1),....(n+k)	w_{kj}	w_{kk}	f_k
Inputs Primários	v_j	v_k	

Fonte: Bulmer-Thomas (1979) p.120

mais elevados do que os referentes aos fornecimentos do sector formal por parte do informal.

Esta matriz poderá portanto constituir um instrumento analítico útil em particular quando se pretende analisar o impacto de uma dada medida de política económica que altere as inter relações entre o sector formal e informal. Poderá uma matriz deste tipo ser usada por exemplo na determinação dos reflexos de uma medida no domínio do emprego ou da distribuição de rendimentos sobre a estrutura de compras do sector formal e informal.

Em nosso entender não é apenas nas economias subdesenvolvidas que este instrumento analítico se reveste de interesse. Será quanto a nós igualmente aconselhável construir matrizes daquele tipo para os sectores paralelo/socializado e subterrâneo/não subterrâneo.

Mas, se não se oferecem dúvidas quanto à utilidade deste modelo de quadro de entradas e saídas, o problema fundamental reside nas reais possibilidades de obter informação para sectores que, pela sua natureza se "ocultam" dos sistemas estatísticos. De facto, a passagem de matrizes de tipo qualitativo como aquelas que construímos, para a quantificação das interrelações estabelecidas entre os vários sectores exige um volume e tipo de informação que não se encontra disponível mesmo para países com sistemas estatísticos bastante elaborados.

Neste contexto, adquirem em nosso entender interesse suplementar todas as técnicas, nomeadamente as que serão apresentadas no ponto 3. e 4., que visem aproximar a dimensão do sector não regulado. Por isso também, insistimos na importância da avaliação da ES ser efectuada ao nível dos sectores de actividade.

Na impossibilidade de construção de uma matriz que para cada um dos ramos, considere o sector regulado e não regulado, entendemos que será possível para algumas actividades económicas como a construção civil e a agricultura proceder à essa decomposição, porque nestes sectores já existem, por parte dos institutos

estatísticos nacionais tratamentos particulares com vista à inclusão da parcela não regulada, como veremos no ponto 3.1.2.

Entendemos ainda, que o conhecimento dos fluxos de mão de obra e financeiros entre as AENR e as restantes, tal como as transferências em termos de bens e serviços a que já aludimos, seria igualmente importante para as fundamentar as decisões de política económica relativas ao sector não regulado.

A lógica de apresentação dos factores por grau de crescente "desformalização" (do artesão ao trabalho assalariado, da ausência de capital ao recurso a máquinas foi inspirada no trabalho de Hugon (1980) para as actividades informais urbanas.

Em função do suporte informativo normalmente disponível, alterámos, em relação ao esquema inicial de Hugon a nomenclatura dos sectores e da situação na profissão bem como os tipos de capital considerados e a ordem de "desformalização".

Uma análise conjunta dos quadros permite-nos extrair as seguintes conclusões:

a) A dimensão, em termos da importância no PIB total, das actividades não reguladas, excluído o sector agrícola, é superior nas economias de mercado desenvolvidas.

b) A escala de produção é também menor nas economias de direcção central e nas economias com baixo nível de desenvolvimento.

c) A quantidade e qualidade dos factores produtivos é relativamente independente dos métodos de regulação e níveis de desenvolvimento das economias consideradas antes se encontrando fortemente determinada pelo tipo de

produção envolvido.

d)O recurso ao trabalho assalariado irregular (ou seja em conflito com a regulamentação existente no mercado de trabalho) predomina nas economias desenvolvidas de mercado;nas economias subdesenvolvidas,e porque o espaço regulado ,nomeadamente quanto ao funcionamento do mercado de trabalho é mais pequeno,torna-se menos frequente o trabalho assalariado negro.

e)Nas economias de direcção central as actividades paralelas são principalmente exercidas por indivíduos com o estatuto de trabalhadores por conta própria,mas que na economia regular são assalariados ,não existindo recurso a mão de obra assalariada .

f)As motivações dos agentes têm em comum a procura de maximizar o rendimento;factores de natureza psicológica,como a realização no trabalho, parecem estar ausentes.Os actores das actividades irregulares parecem portanto agir do ponto de vista económico, racionalmente.

g)As interrelações que se estabelecem entre os sectores regular e irregular da economia são de tal modo,que uma parte significativa das actividades irregulares poderá ser contabilizada no produto,desde que o sistema estatístico se encontra relativamente aperfeiçoado,procedendo-se nomeadamente a um confronto sistemático entre empregos e recursos de um mesmo produto e receitas e despesas de um mesmo agente.Para além disso mostra-se que as autoridades de política económica dispõem de amplos canais pelos quais é possível impor determinadas regras ao funcionamento do sector não regulado.

Economias do mercado desenvolvidas	Economias de mercado subdesenvolvidas	Formas de direcção central
------------------------------------	---------------------------------------	----------------------------

CRITÉRIOS

1-DIMENSÃO

-variável segundo os sectores
-X no PIB oscila de 1 a 40
-X na população activa total também varia bastante em função dos pises, períodos e sectores, mas também devido às diferenças de conceitos e métodos.

-descrevem-se avaliações nichais do SI com % do PIB ou da população activa, embora esta última deva ser mais elevada do que a dos activos envolvidos na ES nas economias desenvolvidas
-a % parcela dissimulada do SI também se ignora

-no peso no conjunto da economia, pelo menos no sector industrial deve ser insignificante.

2-PROCESSO PRODUTIVO

-existem produções praticamente sem capital como o caso de algumas actividades terciárias
-as exigências em capital são em média menores que no sector regulado
-as qualificações da mão de obra a níveis de remuneração por serem identicas em alguns sectores às do sector regulado mas para os assalariados negros os salários são naturalmente menores
-a escala de produção oscila entre a micro unidade e a unidade de dimensão média

-trava intensidade capitalística em média
-mão de obra com baixa qualificação profissional e escolar

-as actividades de EP são exercidas por indivíduos trabalhando por conta própria raramente com recurso a assalariados
-o nível de qualificação de mão de obra varia conforme o tipo de actividades

-o capital necessário à frequência da produção pelo sector planificado.

-uma pequena escala de produção a partir de certos autores condições quase suficientes para pertencer ao sector informal.

3-ESTRATÉGIAS

3.1-MOTIVAÇÕES DOS AGENTES

-empresário/empresa pretende diminuir os custos salariais, os encargos fiscais e sociais
-o trabalhador encontra na ES por vezes a única alternativa a uma situação de desemprego ou, em alguns casos, uma maior possibilidade de realização profissional e pessoal

3.2-ESTRATÉGIAS DOS TRABALHADORES

das zonas urbanas, arredores das áreas rurais, constitui uma estratégia de sobrevivência participativa no SI; a estratégia que também possa constituir o SI um espaço de inovação como defendem alguns

-o trabalhador em EP não pode fazer muito pelo "empresário" que participa na ES visando obter um suplemento ao rendimento que obtém na economia irregular
-no caso de participação exclusiva na EP

trabalhadores por conta própria é uma forma de aumentarem o seu rendimento ou mesmo sobreviverem -vários autores salientam que, quando existem fenômenos de subcontratação comercial e industrial os "empresários" do SI obedecem a estratégias e motivações que lhe são estranhas porque correspondem às grandes empresas da economia formal

-o consumidor consegue obter produtos e serviços a um preço inferior, obtendo assim um maior grau de satisfação para identico orçamento

-o contribuinte individual aumenta o rendimento à custa da evasão fiscal

-os consumidores tem como objectivo aumentar a sua satisfação, evitando custos, geralmente em tempo

4- PEI AcMES
 COM A ECONOMIA
 FORMAL

-grau de interrelação variando da completa dependência à total autonomia

-situações que oscilam da completa independência (caso de certo artesanato muito ligado à procura final) até à submissão total à economia formal.

-as interrelações estão dependentes dos sectores económicos institucionais considerados: a) estatal b) predomínio da relação com o sector socialista estatal, a juventude com relações com o sector socialista, a juventude com relações com o sector socialista.

CARACTERÍSTICAS DOS FACTORES PRODUTIVOS
 NAS ACTIVIDADES DA ECONOMIA
 SUBTERRÂNEA (PAISES DESENVOLVIDOS DE ECONOMIA DE MERCADO)
- TRABALHO

ESTATUTO DE TRABALHO

RAMOS	Trabalha- dores por conta própria	Trabalha- dores fami- liares não remunera- dos	Trabalhadores familiares remunerados	Trabalhadores temporários a tarefa	Aprendizes Assalariados menores	Assalariados
Agricultura silvicultura e pesca (a)						
Indústrias extractivas (a)						
Artesanato industrial						
Subcontratação industrial						
INDÚSTRIAS TRANSFORMADORAS: Alimentação, bebidas e tabaco Têxtil, vestuário e calçado Madeira e cortiça Esmaltes, cerâmicas e publ. Diversas, Corcho, Borr. e Plás. Materiais plásticos Metalúrgicas de base Fab. de Prod. Met., Máq., Embo. e Mat. f						
Electricidade, gás e água (a)						
Construção Civil						

Quadro 3.1. (cont)

	Trabalha- dores por conta própria	Trabalha- dores fami- liares não remunerados	Trabalhadores familiares remunerados	Trabalhadores temporários à tarefa	Aprendizes Assalariados menores	Assalariados
Comércio por grosso	_____	_____	_____	_____	_____	_____
Comércio a retalho	_____	_____	_____	_____	_____	_____
Venda ambulante	_____	_____	_____	_____	_____	_____
Restaurantes e hotéis	_____	_____	_____	_____	_____	_____
Transportes e Com.	_____	_____	_____	_____	_____	_____
Bancos e seguros	_____	_____	_____	_____	_____	_____
Serviços fornecidos às empresas	_____	_____	_____	_____	_____	_____
Serviços de reparação e manutenção	_____	_____	_____	_____	_____	_____
Serviços sociais	_____	_____	_____	_____	_____	_____
Serviços Pessoais	_____	_____	_____	_____	_____	_____

NOTAS:

_____ o fenómeno encontra-se presente

(a) considerou-se que não existia ES

CARACTERISTICAS DOS FACTORES PRODUTIVOS
TRABALHO E CAPITAL NAS PEQUENAS ACTIVIDADES
URBANAS INFORMAIS

ESTATUTO DE TRABALHO

RAMOS	Familiares não remunerados	Trabalhadores temporários à tarefa	Familiares remunerados	Aprendizes	Assalariados	Trabalho não qualificado	Matérias Primas	Ferramentas	Trabalho qualificado	Máquinas
↓										
Serviços pessoais	*****	*****	*****			*****				
Comércio retalhista a)						*****				
Micro comércio retalhista	*****	*****	*****							
Actividades de recuperação	*****	*****	*****							
Serviços Materiais	*****	*****	*****			*****				
Artisanato	*****	*****	*****			*****				
Subcontratação a)						*****				
Subcontratação industrial a)						*****				

EDMUE: Hugon (1982) p. 416 e 419 e nossa adaptação.

NOTAS: a) Presença do fenómeno; a) e c) o autor não considerou as mesmas subdivisões para o capital e trabalho. b) A noção de capital inclui o capital humano.

Quadro 3.3.

CARACTERÍSTICAS DOS FACTORES PRODUTIVOS
 NAS ACTIVIDADES DA ECONOMIA PARALELA (PAÍSES DE ECONOMIA
 DE DIRECÇÃO CENTRAL)
 - TENDÊNCIAS

ESTATUTO DE TRABALHO	Trabalhadores por conta própria	Trabalhadores familiares	Trabalhadores temporários	Assalariados
FABRIS				
Agricultura silvicultura e pesca				
Indústrias extractivas (a)				
Artesanato industrial				
Subcontratação industrial (a)				
INDÚSTRIAS TRANSFORMADORAS: Alimentação, bebidas e tabaco Têxteis, vestuário e calçado Madeira e cortiça Papel, artes gráficas e bibli. Diversas, Carvão, Borr. e Plás. MINÉRIO METÁLICOS (a) Metalúrgicas de base Fab. de Prod. Met., Máq. Eq. e. e Mat. T. (a)				
Electricidade, gás e água (a)				
Construção Civil				

Quadro 3.3. (cont)

	Trabalhadores por conta própria	Trabalhadores familiares	Trabalhadores temporários	Assalariados
Comércio por grosso (a)	_____	_____	_____	_____
Comércio a retalho	_____	_____	_____	_____
Venda ambulante	_____	_____	_____	_____
Restaurantes e hotéis	_____	_____	_____	_____
Transportes e Com.	_____	_____	_____	_____
Bancos e seguros	_____	_____	_____	_____
Serviços fornecidos às empresas (a)	_____	_____	_____	_____
Serviços de reparação e manutenção	_____	_____	_____	_____
Serviços sociais	_____	_____	_____	_____
Serviços Pessoais	_____	_____	_____	_____

(a) considerou-se que não existia EP

Nota: _____ o fenómeno encontra-se presente.

Quadro 4

Representação esquemática da relação entre os sectores regulado e não regulado numa matriz de entradas e saídas

RAMOS	R		NR		R		NR		NR		NR		NR		NR		NR		NR		NR		NR		NR		NR		NR		NR		NR		NR		NR		NR		NR		NR								
	R	NR	R	NR	R	NR	R	NR	R	NR	R	NR	R	NR	R	NR	R	NR	R	NR	R	NR	R	NR	R	NR	R	NR	R	NR	R	NR	R	NR	R	NR	R	NR	R	NR	R	NR	R	NR	R	NR					
Agricultura Silvicultura e pesca	R	X																																																	
Indústrias alimentares	R	X																																																	
Têxteis vestuário	R	X																																																	
Calçado	R	X																																																	
Mobiliário	R	X																																																	
Papel e impressão	R	X																																																	
Ind. químicas	R	X																																																	
Máquinas e Utensílios	R	X																																																	
Construção e Obras Públicas	R	X																																																	
Comércio por grosso	R	X																																																	
Comércio retalho	R	X																																																	
Comércio micro-retalho	R	X																																																	
Restaurantes e hotéis	R	X																																																	
Serviços Pessoais	R	X																																																	
Serviços Sociais	R	X																																																	
Transportes e comunicações	R	X																																																	
Bancos e seguros	R	X																																																	
Serviços de reparação e manutenção	R	X																																																	

CONSUMO PRIVADO
CONSUMO PÚBLICO

CONSUMO INTERMÉDIO DOS ANIMOS

Método de construção do quadro 4.

Para a construção do quadro 4 ,de representação esquemática da relação entre os sectores regulado e não regulado numa economia de mercado procedemos do seguinte modo :

-Construímos uma matriz de entradas e saídas onde representámos alguns ramos de actividade , sempre decompostos em sector regulado(R) e sector não regulado(NR). Assim, para cada ramo da actividade económica não se pode considerar apenas um tipo de fluxo,entre R e R, mas sim quatro . Por exemplo, o sector têxtil regulado compra a si próprio mas também ao sector não regulado (por exemplo subcontratação a empresas não reguladas)mas o sector não regulado compra ao sector regulado (por exemplo matérias primas) mas também compra ao sector não regulado .Por isso no cruzamento de dois sectores será possível ocorrerem quatro situações que representámos por símbolos:

- * vendas e compras apenas entre sectores regulares
- O vendas e compras apenas entre sectores não regulados, e portanto com fraca possibilidade de registo nas estatísticas oficiais
- ,X trocas entre sectores regulado e não regulado ;no caso de vendas do sector regulado ao sector não regulado as hipóteses de registo estatístico são grandes desde que a Contas Nacionais sejam feitas na base de um confronto entre recursos e empregos.

Não considerámos a existência do sector externo,embora ele possa ter importância no

abastecimento do comércio interno quer regulado quer não regulado.O volume de contrabando de certos produtos (tabaco,electrodomésticos,bebidas,gado etc)em Portugal atinge valores consideráveis, pelo que a construir-se uma matriz deste tipo, poderia ser considerada uma linha de importações não reguladas (ou seja contrabando).

Na coluna do consumo final procurámos aproximar a repartição entre bens produzidos de forma regulada e não regulada .

O conteúdo da matriz, na falta de elementos mais seguros para o fazer, realizou-se com base na bibliografia consultada sobre economia subterrânea que abordava a distribuição sectorial. Tem portanto um carácter meramente ilustrativo de uma forma como poderão ser analisadas as actividades de ES e em geral as AENR .Os ramos a considerar convem serem adaptados à decomposição entre regulado e não regulado.Julgamos que certas actividades ,como o micro comércio,nele incluída a venda ambulante deverão ser representadas de forma autónoma quando a sua importância económica o justifique.

2. Interpretações teóricas do aparecimento, funcionamento e consequências das actividades económicas não reguladas

2.1. Introdução

Pelo que anteriormente foi exposto, resulta claro que a presença das actividades não reguladas deverá ser tida em conta nas abordagens teóricas do comportamento dos agentes económicos, e portanto no funcionamento dos mercados e da economia no seu conjunto. No entanto, escasseia bibliografia sobre esta matéria. O desafio feito por Gaudin e Schiray em 1984, no sentido de se "renovar a análise económica integrando o campo das actividades informais para ter em conta o funcionamento da economia no seu conjunto" (36) permanece ainda sem resposta cabal.

As interpretações para o aparecimento e desenvolvimento da ES são bastante diversas. Podemos organizá-las em cinco categorias consoante a natureza das causas que são apontadas: causas naturais, causas fiscais, causas relacionadas com a importância da segurança social, causas relacionadas com o mercado de trabalho, causas sociais e psicológicas. (37)

Para os apologistas da interpretação da ES como um fenómeno natural, o seu aparecimento é resultado das forças de mercado ou é inerente ao modo de produção capitalista. Trata-se de uma patologia, mas que é causada por um "vírus" interno. Por exemplo para Ikonicoff esse vírus é a dificuldade actual de valorização do capital, e o estudo da ES apenas fará sentido à luz da questão das possibilidades de acumulação e relacionada com o processo de industrialização. (38)

Muitas interpretações da origem da ES remetem-nos para a essência da crise económica e social, com a qual

a ES estabelece laços simultaneamente de funcionalidade e disfuncionalidade ,e cuja resultante é difícil de determinar.Solução da crise, porque atenua algumas das suas manifestações (inflação,desemprego) ou expressão dessa mesma crise ?De entre os autores que consideram ser a ES um fenómeno de origem "natural" não existe unanimidade de opiniões.

Um segundo grupo de interpretações encara a ES como o resultado de uma excessiva carga fiscal,que originaria uma elevação da fraude e fuga aos impostos por parte das várias classes de rendimento, e principalmente uma quebra no nível da actividade económica (V.ponto 2.2.2.). A curva de Laffer que adiante explicaremos, é inspirada por este tipo de interpretações.

Um terceiro grupo de visões sobre a origem da ES,é tal como o anterior, centrado no agente externo promotor da dita patologia , que é para estes autores o Estado.Os benefícios da segurança social, nomeadamente o subsídio de desemprego são de tal forma elevados que existiria um forte incentivo a ficar "estatisticamente "desempregado . Ou seja a curva da oferta de trabalho deslocar-se-ia para cima devido aos benefícios sociais que o trabalhador aúfere.

Mas a origem da ES encontra-se para outros nas características actuais do mercado de trabalho regulado. Como o nível de regulação é elevado, há um incentivo para os empregadores recorrerem a mão de obra oculta.Mas,existem também fenómenos do lado da oferta que estimulam o aparecimento da ES : o aumento do desemprego, a redução da jornada de trabalho, a necessidade de um complemento ao vencimento da actividade principal.

Há ainda quem atribua o surgimento da ES a motivos de ordem psicológica, como os relacionados com a realização pessoal dos trabalhadores que gozariam de uma maior autonomia nas actividades ocultas , tendo essa independência efeitos sobre os próprios níveis de produtividade.Mas,perguntamos ,qual é o grau de liberdade de um trabalhador assalariado negro?Aquele raciocínio só deveria ser aplicado aos trabalhadores por

conta própria.

Certos autores veem ainda na ES a expressão de uma nova economia, daquilo que chamam uma democracia económica em que os valores da solidariedade social se sobrepõem a relações concorrenciais agressivas. No entanto, pensamos que a criação de novas formas económicas de entreajuda, a que por vezes se chama de "relações de vizinhança" representará uma parte ínfima da produção gerada pelo sector não regulado, bem menos importante que a "economia doméstica" cujo estudo tem alguma tradição entre economistas.

Quanto às actividades informais nos países em desenvolvimento, a sua origem pode encontrar-se num grau de desenvolvimento muito fraco em que ainda não se processou um nível de concentração económica e de submissão formal ao capital. Portanto neste caso, o SI seria uma sobrevivência de modos de produção pré capitalistas. Mas, o sector informal, pode ainda ser, no caso do sector informal urbano, interpretado como resultando do crescente desemprego urbano que a explosão demográfica e a migração rural alimentam nos países subdesenvolvidos.

As causas apontadas para manifestação de ES nos países de direcção económica central são geralmente relacionados com a ineficácia do mecanismo regulador: o Plano. Mas existem ainda outras relacionadas com a segurança de emprego (39).

No que concerne às consequências da ES poderemos considerar: efeitos sobre a qualidade da informação estatística, sobre a eficácia das políticas monetária e fiscal, sobre os vários sectores da economia e sobre o mercado de trabalho.

Os efeitos sobre as estatísticas (que serão analisados no ponto 3.) relacionam-se também com as políticas fiscais e monetárias na medida em que a existência de ES pode subvertê-las, ao viciar o diagnóstico. As actividades económicas subterrâneas, como distribuem rendimentos, elevam a liquidez da economia e portanto estimulam a inflação. Mas por outro lado, se considerarmos que existe um nível de preços

inferior para os produtos e serviços da ES então ela poderá desempenhar também uma função anti-inflacionista.

Quanto à política fiscal, que pode ser em alguns casos a determinante principal da ES, é ela própria afectada pelo crescimento desta. Os objectivos da política fiscal, nomeadamente o controlo da procura e a redistribuição dos rendimentos e da riqueza, são minados pela ES.

Um maior nível de imposição poderá ter como consequência um processo de submersão relativamente ao fisco, e portanto um volume inferior de receitas. Também o papel de redistribuição que cabe à política fiscal fica limitado, porque ocorrem processos de transferência entre os agentes da ES e os diferenciais de preço nos mercados de bens e de trabalho regular e irregular vão beneficiar certas unidades económicas à margem de qualquer critério de justiça social.

A nível de certos sectores económicos a penetração da ES conduz à aplicação de técnicas de menor escala e mais elementares que as verificadas no sector regulado. (40)

O mercado de trabalho e os aspectos com ele relacionados sofrem profundas transformações com a presença de actividades não reguladas: as estatísticas de emprego perdem qualidade,

para certos serviços de manutenção e reparação recorre-se à economia doméstica, as franjas marginais do mercado de trabalho regulado tendem a ingressar no mercado de trabalho não regulado, o que pode afectar o crescimento económico e por essa via o nível de procura de trabalho.

A crise da economia mundial e o seu agravamento, associam-se também a um nível elevado de ES. Mas será que a ES apenas se desenvolve e prospera em situações de crise? Existem numerosas opiniões nesse sentido. Por exemplo, um dos métodos de cálculo da ES (método de Gutmann) só pode ser construído se se considerar um ano base, em que não houve qualquer ES, e o ano escolhido nunca é um ano de crise. Para Smith a (41) relação entre

crescimento económico e economia informal, teria, no caso inglês uma forma de U, (portanto distinta de uma outra que iremos apresentar em 2.2.2.1.) ou seja a ES atingiria níveis mais elevados quer em situações de prosperidade quer em situações de crise económica.

2.2. Alterações no funcionamento dos mercados e comportamento dos agentes .Economia. de Mercado.

2.2.1. Mercado de trabalho

O trabalho não regulado ou atípico constitui geralmente uma componente indispensável da ES. Já vimos anteriormente como poderia ser amplo o conceito de trabalho atípico (42), tal diversidade dificulta não só a avaliação do fenómeno mas também a sua cabal interpretação.

Interessa portanto identificar as várias componentes do trabalho atípico para daí partir para um estudo mais aprofundado de cada uma delas. Seguindo o a divisão apresentada por Córdova (43) poderemos considerar como constituindo formas de trabalho atípico :o trabalho independente, formas contratuais diversas como os contratos a prazo, e trabalho clandestino .Esta última categoria, que se poderá ainda decompor em , trabalhadores não declarados, trabalhadores familiares, trabalhadores estrangeiros em situação ilegal, trabalho efectuado em pequenas empresas não regulamentadas , é sem dúvida a mais importante no contributo para a produção subterrânea.

Aqueles quatro tipos de trabalhadores clandestinos deverão ter em comum o facto de receberem um ganho principal ou secundário de uma actividade que se desenvolve d margem da lei das regulamentações e dos acordos, em particular dos acordos colectivos de trabalho.

Estudos empreendidos desde os anos 70 , altura em que o fenómeno ganha crescente realce e dimensão económica, em países com diferentes níveis de

desenvolvimento, Espanha, Japão, Itália, Suécia etc. revelam que as diferentes formas de trabalho atípico têm vindo a ganhar peso no seio da população activa. Por exemplo em França estimou-se em 2 a 3% do produto industrial total o gerado na ES, também um estudo em 1973 identifica as ocupações secundárias em 27% do total da mão de obra na Indústria italiana e 20% na indústria do Luxemburgo. (44)

A informação disponível é neste domínio de fraca qualidade, e abrange em especial os trabalhadores a tempo parcial, pelo que poderá transmitir uma imagem distorcida da realidade. No entanto, os dados até agora recolhidos permitam-nos ainda afirmar que a distribuição do trabalho clandestino não é uniforme por sectores de actividade nem por categorias da população activa. Os desempregados, os reformados, os trabalhadores por conta própria, os trabalhadores domiciliários, as donas de casa, os estudantes, as crianças e ainda em alguns países os imigrantes constituem o grosso do contingente dessa mão de obra sujeita a condições de marginalidade.

O conhecimento desse plurifacetado universo no sentido de saber as causas do incremento, mutações internas e consequências, nomeadamente sobre os esquemas estabelecidos de análise do mercado de trabalho, é prioritário relativamente à mera quantificação. As causas económicas, sociais e institucionais normalmente apontadas para o fenómeno têm natureza estrutural umas e conjuntural outras.

A crise, e em particular o desemprego é apontado como estando na origem destas novas modalidades de trabalho. No entanto este argumento torna-se frágil quando nos deparamos com situações como as do Japão e a Suíça que com baixas taxas de desemprego, exibem elevado número de trabalhadores envolvidos no trabalho atípico (45).

É no entanto indiscutível que o desemprego exerce influência, pelo menos em alguns países no surgimento

de formas atípicas de trabalho. A verificação empírica desta ocorrência, nem sempre é fácil.

As tendências demográficas, as alterações na estrutura de emprego e o próprio progresso tecnológico poderão também estar na origem do desenvolvimento dessa novas formas de trabalho.

Alguns autores classificam as determinantes do trabalho atípico em institucionais, económicas e sociológicas, em que no primeiro grupo se incluem as relacionadas com as normas económicas e laborais, no segundo a quebra dos rendimentos individuais e familiares e a última resultado de um padrão de consumo que face a quebras no rendimento persiste e estimula a procura de formas adicionais de rendimento.

Mas poder-se-á ainda admitir que essas novas formas de trabalho correspondem a uma mutação nos padrões de distribuição individuais ou familiares entre tempo de lazer e tempo entre dois empregos um regular e outro irregular.

Outros autores entendem ainda que o problema está na definição do que se deve entender por trabalho regular. Para eles, uma alteração na lei ou normas laborais no sentido de aceitar esses "desvios" teria como consequência... um desaparecimento do trabalho atípico, por definição. Solução sem dúvida simples mas ineficaz se se pretender ir às raízes do problema.

O carácter conjuntural ou estrutural do trabalho atípico associa-se a uma outra polémica que é a de saber se ele constitui uma situação patológica, ou se pelo contrário emana inevitavelmente da própria evolução da economia e persistirá enquanto não forem detectados e regulados os factores determinantes.

Seja qual for a natureza das causas que determinam essas formas de trabalho, é no entanto certo que provocam mudanças qualitativas no funcionamento do mercado de trabalho, quer na óptica da procura quer na da oferta. Mutações que aliás vão imbricar e

coincidir com outras resultantes da crise económica. A teoria económica não poderia portanto ficar indiferente a esta realidade.

Compreender porque existem trabalhadores atípicos e empresas dispostas a empregá-los, perceber as estratégias globais dos vários agentes envolvidos, para assim ser possível traçar linhas de intervenção por parte dos poderes públicos, não se afigura contudo fácil, na medida em que o espectro teórico relativo ao mercado de trabalho pré-existente à ocorrência deste fenómeno não se revela o mais adequado.

Do arsenal da teoria económica, serão as teorias da segmentação as que aparentemente se revelam com maior potencial analítico para a abordagem do trabalho atípico e da sua inclusão no mercado global de trabalho. Foram já construídos e testados empiricamente modelos que incluem o mercado marginal de trabalho, como veremos no ponto 2.2.1.1.

Uma outra formulação do comportamento do mercado de trabalho subterrâneo foi ainda sugerida por Isachen e Ström, e será analisada em 2.2.2. (47)

Mas ainda a nível macro poder-se-á delinear um modelo de afectação entre trabalho regular e irregular cujas determinantes são distintas. No ponto 2.2.1.3. retomaremos esta questão.

Também no âmbito da afectação do tempo, nomeadamente do tempo de trabalho, mas agora a um nível micro económico, o surgimento do trabalho na economia subterrânea vai alterar a clássica afectação do tempo entre trabalho e lazer, e evidencia a utilidade de alguns modelos explicativos da arbitragem trabalho doméstico-trabalho e lazer. Os autores das novas teorias do consumidor encetaram um caminho relacionado com o trabalho doméstico não remunerado, que poderá ser de futuro explorado pelos estudiosos da ES, numa perspectiva diferente da inicial. Sobre os primeiros ressaltamos alguns aspectos no ponto 2.2.1.4. (48)

As diferentes interpretações do trabalho subterrâneo, e em particular as interpretações

macroeconómicas, poderão servir como orientadoras da acção a empreender pelas autoridades de política económica. A análise das repercussões e funcionalidade desse "novo modelo de emprego" (49) ressalta, em função da perspectiva do analista, os aspectos positivos ou negativos. Aqueles que adoptam uma posição que designaremos por legalista, afirmam que se deve construir um novo enquadramento jurídico onde tenham lugar algumas formas atípicas de trabalho, no que designam por "desregulamentação controlada". Uma opinião mais radical é a da pura e simples eliminação das regulamentações do direito de trabalho que entravam a flexibilização do mercado laboral.

No campo económico e quanto às consequências e medidas de actuação sobre o trabalho atípico confrontam-se naturalmente por um lado, aqueles que afirmam que o trabalho atípico comporta vantagens para empresas e trabalhadores, por permitir reduzir os custos, aumentar a autonomia do trabalhador, e ser um sintoma de que o mercado consegue resolver problemas para os quais a intervenção pública prejudica a solução, e por outro os que salientam os aspectos nocivos da precarização das relações de trabalho em três aspectos: 1-problemas de concertação social por inexistência de interlocutores representativos dessa classe especial de trabalhadores 2-fracas motivação do trabalhador pela sua actividade, com efeitos nefastos sobre os níveis de produtividade e 3-redução das receitas da Segurança Social já de si a braços com um défice que a rigidez das despesas origina crescentes valores.

2.2.1.1. Segmentação do mercado de trabalho

Se o mercado de trabalho constitui um ponto de entrada privilegiado no tema ES, de entre as teorias explicativas do funcionamento do mercado de trabalho, as da segmentação parecem ser as que se encontram mais aptas para a compreensão do funcionamento do mercado de trabalho oculto, em virtude de considerarem que existem "vários segmentos ou sub mercados de trabalho com características próprias, relativamente permanentes, de

difícil ou nula mobilidade".(50)

De entre os segmentos definidos pelas teorias radicais da segmentação: segmento primário independente, primário criativo e secundário (51), educação superior, sindicalizado e concorrencial (52), é, quanto a nós o segmento secundário que maior afinidade apresenta com o mercado de trabalho negro ou oculto.

O segmento secundário pode ser definido como um sub mercado de trabalho onde se verificam, pagamento de baixos salários, deficientes condições de trabalho, capacidade de aceitação da disciplina "instabilidade dos empregos, baixa ou nula sindicalização, critérios arbitrários de supervisão e recrutamento, tarefas simples e repetitivas, exigindo fraco nível de educação e formação, fraca ou nula possibilidade de promoção" (53)

O mercado oculto de trabalho, caracteriza-se também por maior facilidade de entrada que no mercado legal, métodos de organização e controlo do trabalho próprios (trabalho ao domicílio, à tarefa, à peça, etc.), rendimentos mais baixos que no sector oficial e um comportamento distinto por parte dos trabalhadores. No entanto, contrariamente ao que ocorre no segmento secundário, as tarefas podem não ser simples e repetitivas, e necessitarem de algum nível de qualificação da mão de obra. Em Itália, o mercado de trabalho paralelo ocupa-se por vezes de tarefas que não são susceptíveis de realização no quadro do trabalho em série. É o caso do sector de artigos de couro em que trabalhadores ao domicílio, por vezes antigos artesãos, efectuam o acabamento ou operações intermédias de qualidade.(54).

Apesar da similitude entre segmento secundário e mercado de trabalho oculto, os critérios que são usados mais frequentemente na definição dos segmentos (o nível de educação, a sindicalização, a dimensão/organização da produção) não se adequam à definição do sub mercado atípico de trabalho. Julgamos que o critério chave de caracterização de dois segmentos, o mercado de trabalho regulado e o mercado de trabalho não regulado deverá ser o da legalidade de cada um deles. No primeiro, todas as



normas jurídicas referentes ao mercado de trabalho são cumpridas.

No segundo, o não regulado, poder-se-iam considerar dois subsegmentos, aquele em que não existe cumprimento de algumas normas "menores" (segurança de trabalho, horas extraordinárias etc.) que designaremos por não regulado primário, e o outro onde existe uma ausência de normas fundamentais do mercado de trabalho como o pagamento de salários, que designaremos por não regulado secundário. Mas qual o interesse analítico da decomposição do mercado de trabalho em segmentos ?

Ao considerar a existência de dois segmentos, cada um deles com regras próprias que provavelmente conduzirão a níveis salariais também diferentes em ambos os mercados, tem que se reconhecer, que, qualquer análise do funcionamento do mercado de trabalho que atenda apenas ao segmento regulado, porque é parcelar, poderá ter como consequência diagnósticos e decisões incorrectas em termos de política económica.

O problema na aplicação das teorias da segmentação, é que elas supõem que os sub mercados são estanques. Mas, no caso do mercado regulado e não regulado, não existe uma completa autonomia de cada um dos segmentos. Existe uma forte mobilidade descendente, principalmente em situações de desemprego, e existirá também alguma mobilidade ascendente, embora muito fraca.

Ora se os dois segmentos fossem completamente autónomos, seria teoricamente possível considerar que a situação geral do mercado de trabalho seria o somatório da situação em cada um deles. Só que esses mercados interrelacionam-se e é dessa interacção que resulta cada um dos preços em ambos os mercados.

São as empresas que numa situação de necessidade de redução de custos, ingressam no mercado de trabalho negro, são por outro lado os trabalhadores que, ao verem-se desempregados, se dispõem a engrossar a oferta de trabalho atípico. Portanto, qualquer alteração num dos mercados, irá afectar o funcionamento do outro.

Mas existe ainda um outro aspecto que exige uma

redefinição das teorias da segmentação para que possam ser aplicadas ao mercado de trabalho atípico, que é o de, o mesmo indivíduo poder participar em mais que um segmento. Esse facto é importante porque, em certos países (55) é frequente a ES ser praticada por trabalhadores assalariados do sector regular.

Apesar dos problemas que envolve a aplicação das teorias da segmentação ao mercado de trabalho não regulado, existem já alguns ensaios de aplicação nesse domínio. (56) O funcionamento do mercado de trabalho italiano foi representado por Contini (56) tendo em atenção a existência de uma força de trabalho marginal.

O modelo considera que existem dois segmentos de força de trabalho, um primário constituído por trabalhadores do sexo masculino em idade activa, e o secundário composto por mulheres e jovens e reformados do sexo masculino. Perante a rigidez dos salários desenvolve-se um mercado irregular de empregos que ignoram o sistema de segurança social, são desprotegidos, precários e se situam "fora de qualquer forma de controle social" (57). Segundo Contini, foi o desenvolvimento desses empregos irregulares, que se pode assimilar ao nosso conceito de actividade não regulada secundária, que foi gerando uma partição do mercado de trabalho em dois sub-mercados: o regular e o irregular.

O modelo assume ainda as seguintes hipóteses:

- existem dois sectores na economia um atrasado composto de unidades de pequena dimensão e onde abundam os trabalhadores por conta própria, constituído essencialmente pela agricultura e pelos serviços, e existe um outro industrializado que tem o papel central na determinação dos salários

- apenas o sector industrial pode optar entre usar trabalho regular ou irregular

- os salários dos outros sectores não industriais traduzem a produtividade média

- como existe um excesso de oferta de trabalho

secundário, o custo unitário de trabalho no sector irregular é inferior ao do regular.

As equações do modelo são as seguintes, inspirando-se as duas primeiras no modelo de determinação de salários de Phillips-Lipsey (58):

$$\frac{\dot{w}}{w} = f \left(\frac{\dot{OT}}{OT}, \dot{p}, AS, \Delta IM \right) \quad (1)$$

$$\frac{\dot{w}}{w} = f \left(\frac{U1}{FLT}, \dot{p}, AS, \Delta IM \right) \quad (1')$$

$$\frac{U2}{FLT} = g \left(a, \frac{w}{\#} \right) \quad (2)$$

w = salário nominal no sector industrial

\dot{w} =acrécimo de w

OT =emprego permanente (mais que 32 horas por semana)na indústria

\dot{OT} =acrécimo de OT

p =nível geral de preços

\dot{p} =acrécimo de p

AS =militância da força de trabalho

ΔIM =mobilidade intersectorial(mede a segmentação)

U1 =desemprego industrial

FLT =força de trabalho potencial

U2 =força de trabalho marginal

$w/\#$ =custo de uma unidade de trabalho

$\#$ =produtividade média

OA = emprego permanente na agricultura e serviços

$$FLT = OT + OA + U1 + U2$$

a = êxodo rural

Portanto, os salários industriais dependem do crescimento do emprego permanente, do nível de preços, da segmentação medida aqui de forma indirecta por IM e ainda do nível de desemprego (equações 1 e 1'). Por outro lado, a importância da força de trabalho marginal no conjunto da força de trabalho (potencial) depende do êxodo rural dos custos da mão de obra (oficial). Considera-se ainda que o volume da mão de obra marginal vai também depender do desemprego que afecte "as franjas mais fracas da força de trabalho oficial".

Os resultados obtidos com a estimação deste modelo para a economia italiana nas últimas décadas sugeriram que a variável segmentação era significativa na determinação dos salários industriais, e que o modelo se revelava de melhor qualidade que outros com diferentes especificações nomeadamente aqueles que como o de Phillips-Lipsey consideram a oferta trabalho como uma variável exógena.

O modelo apresentado, independentemente da qualidade dos resultados obtidos para o país em que foi testado, apresenta algumas virtualidades que deverão ser exploradas mas, a sua estimação defronta problemas relacionados com a medida da mão de obra marginal. A este respeito, os estudos de medida da ES pelo mercado de trabalho, e em particular o de Rodrigues(59) já efectuado para o caso português, constituiriam um auxiliar precioso à estimação de um modelo de segmentação similar para Portugal.

Contini, para calcular o valor de U2 composto segundo ele por os trabalhadores marginais e irregulares incluindo os subempregados, os trabalhadores sazonais, os trabalhadores a tempo parcial e todos os "excluídos" do mercado regular estimou a equação:

$FLT = OT + OA + U1 + U2$ e considerou que o U2 correspondia ao residual da respectiva estimação. Como apenas tinha séries de observações para OA, U1 e OT teve

de fazer suposições quanto às taxas de participação e construiu assim uma série de "observações" para FLT ou seja a força de trabalho potencial.

Ainda no domínio dos problemas metodológicos, o cálculo da variável "proxy" da segmentação, que no caso do modelo de Contini corresponde à mobilidade intersectorial entre o sector industrial e os outros segmentos do mercado de trabalho, oferece muitas dificuldades. A resolução deste problema de medida é de fundamental importância dado a papel chave atribuído à variável IM.

O indicador da mobilidade intersectorial foi calculado da seguinte forma :

$$IM = \frac{\max (\Delta OT)}{|\min (\Delta OA, \Delta U2)|}$$

as variáveis têm os significados já referidos e Δ representa as primeiras diferenças, ou acréscimos. O valor de IM será 1 quando o acréscimo no sector do emprego permanente na indústria for igual ao decréscimo da força de trabalho marginal e do emprego na agricultura e serviços .

Aquele autor aproxima os valores dos fluxos de mobilidade com base nas estatísticas da população activa, (portanto de stock) e fazendo suposições quanto à evolução da taxa de participação. O valor de IM será máximo quando toda a força de trabalho " sai dos sectores atrasados ou /e U2 é absorvido pelo sector avançado" (60).

Relativamente à especificação do modelo, um estudo aplicado permitiria testar outras variáveis, e tentar construir uma equação de ligação entre os salários oficiais e os salários irregulares que falta no de Contini.

2.2.1.2. Informação imperfeita e mercado de trabalho submerso

A existência de um mercado de trabalho submerso, coloca em causa, entre outros, a questão da transparência do mercado e da fixação de um único preço. Uma das características para que um mercado esteja em concorrência perfeita é a de que a oferta e a procura tenham um perfeito conhecimento sobre o preço, a natureza e a qualidade do trabalho.

O problema do disfuncionamento do mercado de trabalho pela presença da procura e oferta ocultas pode então ser equacionado como uma questão de falta de informação dos agentes participantes no mercado, que tem como consequência uma perda de eficiência.

Considerando que existem dois tipos de situação para a oferta e para a procura, uma informada e outra não informada, o mercado de trabalho poderá ser representado como se ilustra na figura 3 (61).

As linhas a cheio representam a oferta e a procura que se encontram informadas ou seja, nessa situação os empregadores têm conhecimento da toda a mão de obra regular e irregular disponível, e os trabalhadores conhecem a totalidade da procura quer regular, quer irregular.

No caso de um perfeito conhecimento por ambas as partes da parcela oculta, o que é uma hipótese bastante irrealista, então o equilíbrio estabelecia-se ao nível N_b e portanto a existência de um mercado oculto não perturbava o equilíbrio.

Supondo agora que oferta não estava completamente informada enquanto que a procura estava esclarecida sobre a existência de um mercado negro, então o equilíbrio estabelecia-se no ponto A ou seja a um nível superior de salários mas empregando menos activos do que se todos estivessem informados.

No caso de ser a oferta a estar completamente informada e a procura apenas conhecer a parcela visível do mercado, o equilíbrio iria estabelecer-se com perda de eficiência a um nível salarial e de emprego inferior ao do caso da perfeita informação de ambas as partes.

A perda de eficiência é máxima e medida por $N'b \bar{N}b$ quando apenas a parte visível do mercado é conhecida.

Julgamos que uma incorrecção da representação de Ström(62) é a de considerar que a procura e oferta com e sem conhecimento do mercado oculto têm a mesma inclinação. Ora a elasticidade da oferta e procura de trabalho no mercado oculto é diferente da do mercado visível. Por exemplo, para Contini, a oferta de trabalho é altamente elástica ao salário no mercado irregular. (63)

Esta representação do mercado de trabalho com falta de informação, poderá em nosso entender estender-se à análise do mercado de bens produzidos regularmente e irregularmente. Aliás, o mercado de bens quando existem bens regulares e irregulares, caracteriza-se mesmo pela não verificação de nenhuma das quatro condições de concorrência perfeita:

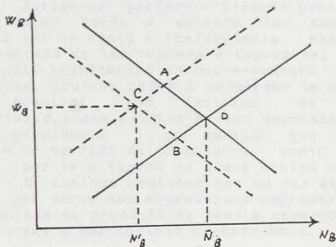
a) os consumidores não são idênticos do ponto de vista do vendedor havendo vantagens e desvantagens associadas à venda a certos consumidores (por exemplo a venda por parte de uma empresa irregular ao Estado pode não ser desejada).

b) o número de consumidores e empresas embora possa ser numeroso, e no mercado irregular será até mais numeroso que no não regular, não é verdade que as vendas ou as compras de cada indivíduo não influencie o todo; este último aspecto é em especial verdadeiro para o mercado regulado onde há lugar à constituição de monopólios.

c) não existe perfeita informação

d) a entrada e a saída no mercado não é no longo prazo livre nem para consumidores nem para vendedores. Em concorrência perfeita, as "empresas dirigem-se para

Fig.3 Mercado de trabalho com deficiente informação



Fonte : Isachen, A. e Strom, S. (1985)

os mercados onde podem realizar lucros e abandonam aqueles onde podem ter prejuízo. Os recursos como o trabalho, tendem a ser atraídos para as indústrias cujos produtos têm grande procura. As firmas ineficientes são eliminadas do mercado e são substituídas pelas eficientes" (64)

Mas a realidade com um mercado oculto é bastante distinta : embora no mercado não regulado possam existir lucros elevados as empresas do mercado regulado nem sempre se dirigem para ele porque têm em conta o risco do subterrâneo, o trabalho embora possa ser atraído para certas indústrias ,no caso de estar numa situação de dupla ocupação, reforma ou recebendo subsídios ou outros benefícios, dirige-se preferencialmente para o sector não regulado, a saída e entrada das empresas do mercado, pode ter em conta a ineficiência, mas em alguns casos a emersão de uma empresa é impossível porque as alterações daí resultantes na sua estrutura de custos não o permitem, noutros casos a submersão de uma empresa não é possível por factores de natureza técnica. Portanto, podem existir muitas empresas abaixo do nível de eficiência (no sentido que demos à ineficiência no mercado de trabalho -v. ponto Nb na Fig 3) mas que , por se situarem no plano oculto continuam a sobreviver. É curioso registar que um dos ataques mais frequentes por parte dos empresários representantes do sector regulado de produção de bens e serviços é o de que a ES procede a uma desleal concorrência.

2.2.1.3. Afecção da oferta de trabalho entre trabalho regular e irregular

Recorrendo à informação obtida pelos inquéritos junto de participantes directos e indirectos da ES na Noruega, (65) foi possível estimar uma equação da oferta individual de trabalho no mercado negro e no mercado oficial.

$$\ln N_b = \alpha_0 + \alpha_1 W_r(1-t) + \alpha_2 W_b + \alpha_3 (1-\#) + \alpha_4 P + \alpha_5 z + u$$

N_b = número de horas trabalhadas por ano no mercado negro
 W_r = salário horário no mercado regular
 t = nível de imposição $0 < t < 1$
 W_b = salário horário no mercado negro
 $\#$ = taxa de penalização $\# > 0$
 ρ = probabilidade de detecção medida em percentagem
 z = vector das variáveis socioeconómicas
 u = variável residual com distribuição normal.
 $\theta_0, \theta_1, \theta_2, \theta_3$, e θ_4 são parâmetros

O cálculo da probabilidade de detecção só poderá ser efectuado em países onde se tenha procedido a inquéritos detalhados aos participantes no mercado negro.

Na Noruega, e com base numa amostra de cerca de 300 indivíduos foi estimado este modelo, que se revelou com qualidade estatística, mas, que conduziu a resultados bastante semelhantes às estimativas dos métodos monetários.

2.2.1.4. Repartição trabalho-lazer e o trabalho doméstico

Embora se refiram à economia doméstica e portanto ao trabalho não remunerado, os modelos de afectação do tempo entre tempo de trabalho doméstico e tempo de trabalho remunerado encerram em nosso entender, algumas potencialidades para o estudo do trabalho irregular.

A teoria microeconómica diz-nos que a oferta individual de trabalho vai estar dependente da opção que é feita entre o número de horas de trabalho e de lazer. Um indivíduo que apenas possua rendimentos provenientes do seu trabalho opta entre trabalhar mais ou aumentar o lazer em função da utilidade que uma e outra situação lhe proporcionam. Como o tempo é escasso a opção entre trabalho e lazer encontra-se sujeita a uma restrição similar à restrição orçamental. A nível macro, as

suposições que se efectuarem àquele nível terão logicamente repercussões na dedução de uma curva de oferta de trabalho agregada .

Efectivamente , a oferta de trabalho numa economia depende além de outros factores , do padrão de trabalho - lazer , como é assumido em vários modelos de funcionamento do mercado de trabalho . É o caso por exemplo da oferta de trabalho no sector paralelo , que Henin propõe ser dependente da procura de lazer (66) ou da oferta de trabalho usada para a projecção da taxa de actividade numa recente publicação da OCDE (67) .

A tradicional escolha trabalho-lazer têm vindo a ser propostas algumas alterações com vista a introduzir-lhe um maior grau de realismo. Assim, Mincer (68) considera que a oferta de trabalho depende também dos recursos da família e diferencia o trabalho remunerado do não remunerado quanto ao seu comportamento em relação às variações ocorridas no rendimento.

Também em relação ao trabalho regulado e trabalho não regulado, deveremos admitir que o seu comportamento é diferente em função das alterações que ocorrem no rendimento . Em situações de crise a oferta individual de trabalho pode aumentar à custa do lazer que é substituído por uma actividade secundária , e em períodos de prosperidade , o padrão poderá novamente inclinar-se para a importância do lazer e da exclusividade do trabalho regulado na totalidade do trabalho individual oferecido.

A nova teoria do consumidor, (69) ao atribuir à família o papel de produtora de satisfações segundo uma função de produção em que o tempo é considerado um factor (e não uma restrição como na visão convencional) permite alterar a perspectiva dicotómica entre trabalho e lazer numa outra em que o tempo de "lazer" se decompõe em trabalho doméstico não remunerado e lazer propriamente dito.

Pode assim ser construído um modelo de afectação óptima do tempo com base numa função utilidade familiar do tipo :

$Z=Z(X,L)$

Z= produção; X =totalidade dos bens produzidos domesticamente ou adquiridos no mercado; L =tempo de lazer ou tempo de consumo .

esta função proposta por Gronau, e cuja estimação para os Estados Unidos e Israel já foi ensaiada , revela alguma aderência empírica. (70) .

O interesse que atribuímos a este tipo de modelos reside no facto de julgarmos que eles poderão ser transformados com base na inclusão do trabalho atípico, pelo menos na parcela referente ao duplo emprego. Passaria a existir uma tripla afectação do tempo entre lazer, trabalho regulado em tempo inteiro e trabalho não regulado em que este último teria uma maior elasticidade em relação ao rendimento global que os restantes.

Os elementos facultados pelos orçamentos-tempo realizados já em muitos países de forma regular e por parte das entidades responsáveis pelas estatísticas nacionais, mostram que existe efectivamente uma mutação no padrão trabalho lazer no sentido de uma maior preferência pelo lazer(71) , a redução da jornada e da semana de trabalho que se tem vindo a desenvolver em especial em certos ramos industriais , tem contribuído para essa alteração, no entanto, poderemos interrogar-nos se essa situação não representa apenas uma alteração na repartição do tempo de trabalho entre trabalho regulado e não regulado, como é provável que aconteça em situações de crise.

2.2.2. Comportamento dos contribuintes

2.2.2.1. Maximização do lucro e fuga ao fisco

Na área da economia do crime, que estuda os comportamentos económicos de transgressão , têm-se desenvolvido alguma investigação, geralmente de carácter teórico, no sentido de formalizar o comportamento dos agentes económicos no que concerne à fuga ao fisco.

Embora os fenómenos de ES não sejam de um modo geral exclusivamente ou até fundamentalmente determinados pela evasão fiscal, os modelos construídos poderão constituir uma primeira aproximação ao problema da ES e ser até auxiliares importantes de algumas

decisões de política económica.

Existem elementos, obtidos por inquéritos e entrevistas (72) que sugerem serem os custos salariais, neles incluindo as contribuições para a segurança social a motivação mais forte para a entrada na economia não regular. Portanto o esquema analítico que apresentaremos em seguida trata, a ES de forma bastante parcelar, porque ignora aquele factor no comportamento de transgressão da empresa.

A evasão fiscal por parte da empresa, pode ser descrita tendo por base uma função de utilidade do tipo Von Neuman-Morgenstern assim representada: (73)

$$E(u) = (1-P)u(VA-tVA) + P.u(VA-tVA1-k(VA-VA1))$$

e, onde as variáveis têm o seguinte significado

VA = rendimento total da empresa (antes da distribuição aos factores produtivos)

VA1 = rendimento declarado da empresa ou valor acrescentado

$(VA-VA1)$ = rendimento não declarado ao fisco

P = probabilidade de a empresa ser submetida a inspecção fiscal e serem integralmente detectados os rendimentos anteriormente omissos.

$(1-P)$ = probabilidade da empresa não ser sujeita a inspecção fiscal

t = nível médio de imposição

$(VA-VA1)t$ = valor total da fuga ao imposto

k = taxa da sanção

p, t e k, são exógenos ao modelo

t e k são susceptíveis de controlo
directo pelas autoridades públicas

$VA-tVA1-k(VA-VA1)$ = valor disponível após a fraude ter
sido detectada e pagamento da
respectiva sanção

A partir da expressão supra é possível deduzir as condições de primeiro e de segundo grau para a maximização de VA1, ou seja, para o rendimento declarado ao fisco, por parte da empresa.

Supondo que o modelo era estimado a partir de séries de observações para as variáveis e fixados os níveis de probabilidade, que interesse prático revestiria?

A empresa poderia, conhecidos o nível de sanção a taxa de imposição e estabelecida a probabilidade de ser alvo de inspecção fiscal determinar a parcela de rendimento a ocultar. Esta aplicação tem um carácter apenas académico. Mas existem outras, a realizar a nível macro-económico mais interessantes.

Seria por exemplo de interesse para as autoridades fiscais efectuar um estudo das repercussões das variações do VA, k, t, e P sobre o valor não declarado segundo várias hipóteses de aversão ao risco. Esse estudo de sensibilidade possibilitaria escolher um nível de imposição e sanção óptimos. Seria afinal encontrar na curva de Laffer, que apresentaremos mais adiante, o ponto de ordenada máxima.

A principal limitação dos modelos do tipo do anterior consiste na impossibilidade real de serem estimados com algum rigor. Embora a taxa da sanção (k) e o nível de fiscalidade (t), possam ser aproximados a partir de informação fiscal e da legislação reguladora dos impostos, a aplicação do modelo é dificultada pelo desconhecimento do valor p, ou seja da probabilidade da

empresa ser submetida a inspecção fiscal, e ,ser detectada integralmente a fraude que antes efectuara.

Julgamos no entanto, que mediante algumas alterações o modelo poderia traduzir de forma mais perfeita o comportamento de evasão fiscal e ser mesmo ensaiada a sua estimação para a economia portuguesa:

a) Formulando hipóteses sobre as expectativas dos empresários quanto à frequência das auditorias fiscais com base no número de inspecções nas empresas por número total de empresas seria possível aproximar o valor de P.As intensões manifestadas ou os actos por parte das autoridades ,de difícil, mas sempre possível aproximação quantitativa (ex: número de leis de combate à evasão,número de declarações públicas por parte do Ministro das Finanças da intensão de combater esse fenómeno,valor do défice orçamental etc.)vão determinar as expectativas em relação a P.

b) Mas,ao nível das empresas,talvez mais importante que a evasão é a fraude fiscal,que por vezes é feita de modo tão sofisticado que a probabilidade de ser detectada é nula. Lembremos que existem em certos países onde a carga fiscal é muito elevada ,profissionais altamente qualificados cuja tarefa é a de apoiar a fraude e evasão fiscais. Por isso, no modelo anterior,constitui uma simplificação entender-se que no caso de inspecção esta será 100% eficiente.

c) Outras práticas ilícitas,além da fuga ao fisco,como sejam o contrabando ou o comércio de droga assentam no pressuposto por parte de quem as pratica que os lucros são de tal forma elevados ,que se a sanção consistir apenas no pagamento de uma multa ,esta ,é insignificante face áqueles,atendendo á frequência das detecções.A realidade parece pois confirmar uma parte da especificação do modelo.

Mas, quanto a nós deveriam ser introduzidos ainda mais dois factores relacionados com a morosidade e eficácia do sistema judicial:1- a probabilidade de tendo sido detectada a prática irregular e movido o respectivo processo este dar origem a condenação (neste dominio uma exploração das Estatísticas da Justiça e das

Estatísticas das Contribuições e Impostos talvez fornecesse elementos interessantes a este respeito)
 ;2- o tempo decorrido entre a prática do delito e a respectiva condenação,este valor, ,deveria de alguma forma ponderar o valor k ,principalmente em contextos inflacionistas.Por vezes, o valor da multa é inferior ao valor actualizado dos rendimentos omissos às autoridades ,o que se poderá traduzir em termos de sabedoria popular dizendo que "o crime compensa".

d) Finalmente,e de modo muito simplificado,julgamos que o comportamento da empresa em relação à admissão de trabalhadores ocultos se poderá representar num modelo que, tal como o anteriormente apresentado, considere o risco à detecção desse delito e o correspondente custo económico.

Definido o Lucro L como a diferença entre as Receitas R e as Despesas D da empresa,e incluindo nestas últimas os gastos salariais e fiscais,entre outros ,então, a redução dos gastos salariais à custa de utilização de mão de obra assalariada submersa,tal como o não pagamento de impostos, aumenta o lucro, mas simultaneamente pode originar o seu decréscimo se aquelas duas fugas à regulação forem detectadas e punidas .Podemos então considerar três situações :

caso 1-empresa cumprindo todas as normas de regulamentação do mercado de trabalho :

$$L1=R1-D1(DP1+DF1+outras)$$

- L1=lucro
- R1=receitas
- D1=despesas
- DP1=despesas com pessoal
- DF1=despesas fiscais

caso 2-empresa onde não são aplicadas as normas de regulamentação do mercado de trabalho a todos ou apenas a alguns dos seus trabalhadores e por hipótese com uma probabilidade nula de ver detectada essa situação

irregular:

$$L2=R2-D2$$

$$D2 = DP2+DPI2+*$$

Considerando que os trabalhadores irregulares têm a mesma produtividade dos regulares, virá que $DPR2+DPI2$, ceteris paribus, será inferior a DPI e portanto $L2$, virá maior que $L1$.

*outras despesas

; Ignorámos, para simplicidade da apresentação, que a admissão de trabalhadores irregulares é também uma forma de evasão fiscal.

caso 3-empresa na mesma situação que a do caso 2, excepto quanto à possibilidade de ser detectada a situação irregular e paga a multa que se considera proporcional ao número de trabalhadores irregulares indirectamente pelas despesas em pessoal irregular

$$L3=R3-D3-S(DPI3)$$

$$D3=DPR3+DPI3$$

* ignorámos outras despesas

$$S=sanção$$

Poderá ainda ocorrer um benefício para a empresa do caso três, relativamente ao caso 1, se o diferencial entre $S(DPI3)$ e $\{DP1-(DPR3+DPI3)\}$ for positivo.

Na maximização do benefício, o empresário teria um comportamento que pode ser esquematizado da forma seguinte, considerando S o nível de sanção e P a probabilidade de ser detectada a situação irregular:

$$E(u) = (1-P) u(R1-DP1) + P u\{R-DP3-S(DP3)\}$$

Portanto, dever-se-ia associar a probabilidade e custo económico da punição. Por exemplo para Portugal, determinar a frequência das inspecções de trabalho realizadas pelo departamento do Ministério de Trabalho respectivo e correspondentes resultados e multas. Considera-se que em situação de desemprego, é em função do diferencial $DPR-DPI$, de P e de S que as empresas se dispõem ou não a submergir parte da sua actividade.

O modelo de Von Neumann-Morgenstern de escolha em situações que envolvem riscos é susceptível também de aplicação ao comportamento de outros contribuintes que não a empresa.

Têm sido construídos alguns modelos que procuram representar o comportamento do contribuinte individual ou até da unidade familiar. Para a Noruega, por exemplo, foi construído um modelo (74) em que se procurava estudar a distribuição entre tempo de trabalho e de lazer num casal de contribuintes supondo a possibilidade de evasão fiscal. De entre as conclusões da estimação desse modelo ressalta a de que um nível salarial elevado estimula a desonestidade na declaração dos impostos e de que a propensão a fugir ao fisco diminui com uma maior probabilidade de detecção dos delitos fiscais.

2.2.2.2. Fuga ao fisco e nível de actividade económica

Para os teóricos da escola da oferta, o nível de fiscalidade não deverá ser demasiado elevado sob o risco das receitas fiscais diminuírem. Assenta essa ideia na premissa de que mais vale um nível de imposição baixo e uma receita fiscal elevada do que um nível de imposição elevado mas que origina processos de evasão fiscal ou até mesmo de redução do nível de actividade, e por isso menores receitas fiscais.

A curva de Laffer, ilustra de forma muito simples aquele raciocínio. A esquerda figura 4 (75) encontramos uma representação dessa curva cujos parâmetros variam em função de vários factores como sejam a confiança que os contribuintes depositam na aplicação dos fundos públicos, o risco de detecção de fuga fiscal etc. O nível de imposição óptimo é evidentemente o ponto de ordenada A, porque nesse ponto são obtidas as maiores receitas, mas, acima do ponto A a

elevação da carga fiscal é absolutamente desnecessária. Por exemplo nos pontos C' e B' o nível das receitas fiscais é idêntico mas o segundo é obtido a um nível de imposição superior, que estimula a economia subterrânea.

O lado direito da figura representa a evolução do nível de actividade da economia. As economias irregular e formal apresentam uma evolução diametralmente oposta em função da evolução da pressão tributária, e o nível de actividade económica total vai diminuindo à medida que a pressão fiscal se eleva. No ponto C praticamente não existe economia subterrânea, mas no ponto B as actividades irregulares têm já uma dimensão considerável.

Mas, para além do nível de actividade e da pressão fiscal quisermos introduzir um outro factor, a especialização e divisão do trabalho, poderemos construir a figura 5(76)

Assume-se que, no limite, a progressão de actividades não reguladas algumas delas mesmo fora da esfera mercantil (do tipo "faça você mesmo") poderá levar a uma diminuição da oferta de trabalho, um menor empenho na actividade formal por parte dos indivíduos que também participam na actividade formal, e entravar o processo de divisão e especialização do trabalho e portanto provocar um atraso ou mesmo regressão no progresso técnico. A somar-se a esta tendência estaria ainda o facto da actividade irregular ser menos propícia à inovação, e menos intensiva em capital. No entanto esta hipótese não é defendida por todos os autores que se debruçam sobre o assunto. Na Itália, o crescimento da economia irregular não teve como consequência uma redução da produção embora a nível tecnológico possa ter representado um atraso (77).

No quadrante 1 da figura 5 representa-se a relação inversa entre pressão tributária e nível de actividade, no quadrante 2 a relação directa entre pressão tributária e economia irregular, considerando que a especialização do trabalho diminui com o nível de actividade da economia irregular, então, no quadrante 4 pode-se representar a relação entre especialização do trabalho e nível de actividade económica. Relação aliás

que já podemos encontrar na visão de crescimento de Adam Smith. Mas o interesse deste gráfico reside em mostrar que a economia irregular afecta a economia formal quer porque é concorrencial em termos de produtos e serviços, quer porque atrasa o progresso e a inovação.

Fig.4 Curva de Laffer. Relação entre o nível de actividade e a pressão fiscal

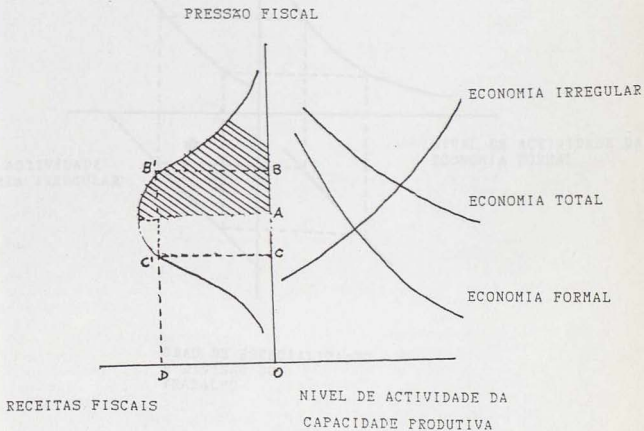
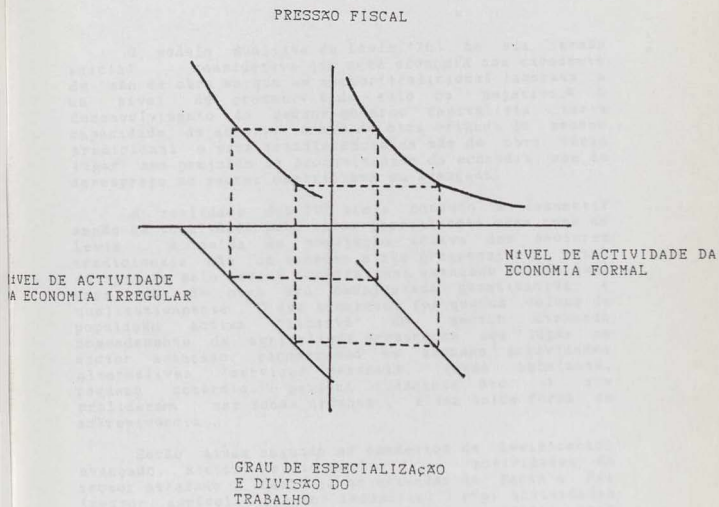


Fig. 5 : Relação do nível de actividade legal e ilegal com a pressão tributária e especialização do trabalho



2.3.Os modelos dualistas de transferência de mão de obra . Economias em vias de desenvolvimento

O modelo dualista de Lewis (78) na sua versão inicial considerava que numa economia com excedente de mão de obra em que um sector tradicional laborava a um nível de produtividade nulo ou negativo, e o desenvolvimento do sector moderno capitalista teria capacidade de absorver a mão de obra oriunda do sector tradicional e essa transferência de mão de obra teria lugar sem prejuízo da produtividade da economia nem de desemprego no sector capitalista ou avançado.

A realidade dos PVD viria contudo a desmentir senão na totalidade pelo menos parcialmente esse tese de Lewis . A saída de população activa dos sectores tradicionais não se sucedeu a sua progressiva e total integração pelo sector capitalista avançado para o qual essa mão de obra era desajustada quantitativa e qualitativamente . O que aconteceu foi que um volume de população activa "liberto" do sector atrasado nomeadamente da agricultura permaneceu sem lugar no sector avançado, encontrando em algumas actividades alternativas (serviços pessoais, venda ambulante, pequeno comércio, pequena indústria etc.) que proliferam nas zonas urbanas , a sua única forma de sobrevivência .

Serão ainda segundo os conceitos de Lewis (sector avançado, sector tradicional) actividades do sector atrasado ? Serão já no entender de Ranis e Fei (sector agrícola , sector industrial) (79) actividades industriais ? Nos dois casos talvez a resposta seja afirmativa , mas a questão que se coloca é de saber se a análise dualista permanece válida , ou se perante as realidades dos PVD , será preferível incluir um terceiro sector que podemos designar por informal intermédio cujas características não se enquadram completamente em qualquer dos dois sectores definidos pelos autores clássicos dos modelos dualistas que antes citámos.

é nesta preocupação que se inserem os modelos designados de trialistas por analogia com a designação daqueles de que pretendem ser uma extensão ou aperfeiçoamento. Steel, propõe um modelo de tipo trialista que inclui : 1- sector moderno 2- sector informal intermédio 3-sector informal residual ou tradicional. Cada um desses sectores tal como nos modelos dualistas com um funcionamento do mercado de trabalho distinto. Idêntica decomposição é proposta por Lachaud recusando tal como Steel a dicotomia dos modelos dualistas. (80)

Steel e Lachaud, autores que trabalham sobre modelos dualistas, efectuam uma análise detalhada do papel do sector informal num processo de desenvolvimento económico. Entendem o sector informal residual ou tradicional como sendo aquele em que : " o capital fixo é fraco, o que traduz ausência de barreiras à entrada. O financiamento é essencialmente familiar ou realizado graças a um mercado de crédito "desorganizado". O produto marginal do trabalho é nulo. Onde há uma partilha do produto, podendo esta eventualmente ser igual à taxa de salário do sector intermédio. Os aprendizes constituem o essencial da mão de obra. "

Este conceito é portanto semelhante ao de sector atrasado em Lewis. O conceito de sector informal intermédio ou de transição usado por Steel e Lachaud é o seguinte : " onde as barreiras à entrada ligadas ao investimento em capital físico e humano são médias. O financiamento se pode fazer de maneira interna (família) ou externa (intervenção de agentes exteriores). O acesso ao mercado monetário organizado é fraco. Devido às barreiras à entrada o produto marginal do trabalho é positivo e igual à taxa de salário de mercado. As unidades de produção deste sector podem ter de 5 a 30 assalariados. Existem poucos aprendizes. " (81)

Em qualquer dos conceitos anteriores ressalta a importância atribuída ao capital físico e à possibilidade de financiamento. Ora associada a esta questão encontra-se a da escolha das técnicas nos vários sectores. Se aceitarmos que a escolha é feita em função dos preços relativos dos factores e que estes reflectem

os respectivos custos de oportunidade , então , no sector informal serão adoptadas técnicas mais trabalho intensivas porque o custo de oportunidade do capital é mais elevado , dada a sua relativa escassez . Esta escolha comporta potencialidades do ponto de vista da expansão dos empregos .

Steel faz mesmo um estudo comparado das repercussões de uma expansão em cada um dos três sectores considerados sobre a produção e o emprego concluindo que o sector informal intermédio é aquele que permite simultaneamente contribuir para dois objectivos , o aumento da produção e o combate ao desemprego .

A preocupação de Lachaud, é distinta da de Steel , porque se relaciona com a tese de que as actividades do sector tradicional informal " estão submetidas a uma mudança dinâmica de tipo involutivo " . Para isso constrói um modelo em que decompõe pelos três sectores a produção o capital fixo os preços os rendimentos e os consumos e vai ver o efeito gerado sobre um sector em termos de procura de bens de consumo (o sector 3) do crescimento da economia como um todo , acabando por confirmar a tese inicialmente apresentada . A dedução do modelo não é contudo testado empiricamente embora assente em algumas constatações sobre o funcionamento do sector informal em países africanos

Os modelos dualistas para além dos desenvolvimentos resultantes da decomposição do sector informal como apresentámos nos parágrafos anteriores , tiveram outros aperfeiçoamentos e extensões e constituíram fonte inspiradora das teorias da segmentação a que já tivemos oportunidade de nos referir no ponto 2.2.1.1.. Os modelos probabilísticos de transferência de mão de obra de que é exemplo o de Harris e Todaro⁽⁸²⁾ apoiam-se também numa lógica de tipo dualista . Considera este modelo que a decisão de emigrar das zonas rurais para as zonas urbanas é feita em função do rendimento urbano antecipado e este é determinado a partir do salário no sector moderno, da probabilidade de obter esse salário, e dos rendimentos que é possível auferir de um outro emprego ou do

desemprego .

O modelo de Harris e Todaro foi testado empiricamente e os resultados não o suportaram na sua totalidade . Benergee desenvolve um trabalho de teste empírico de um modelo do tipo de Harris e Todaro , usando dados de um inquérito efectuado na Índia em relação à população migrante para a cidade de Deli e conclui que a segmentação do mercado de trabalho se verifica parcialmente mas que a probabilidade de passagem de um para outro segmento (do formal para o informal) não se verifica, além de que a própria procura de emprego no sector formal e informal envolve problemas de informação , e portanto falta de transparência do mercado . (83)

2.4. As possibilidades de equilíbrio numa economia com sector paralelo. Economias de direcção económica central

No quadro de uma economia de direcção central a decomposição do mercado em regulado e não regulado é muito mais nítida e fácil de realizar do que no caso de uma economia de mercado. Nesta última, a interacção entre oferta e procura influencia embora com diferente intensidade o preço de equilíbrio em cada um dos mercados, enquanto que na primeira num dos mercados o preço é estabelecido pelo instrumento máximo de regulação : o Plano. Mas se admitirmos uma economia paralela coexistindo com essa planificada teremos de ter em consideração não apenas o funcionamento das regras de mercado mas também as determinações de preços de mão de obra bens e serviços e de quantidades, que são feitas de forma "administrativa".

Esta situação tem sido analisada na teoria macroeconómica no âmbito de estudo do equilíbrio com racionamento . O caso típico de racionamento é aquele em que o consumidor tem as suas possibilidades de maximização de utilidade limitadas não apenas pelo

orçamento mas ainda por uma disponibilidade de oferta de bens . Essa restrição pode ser inclusive não activa, quando se situa para além do ótimo do consumidor .

Seguindo a apresentação de Henin (84) podemos então considerar as seguintes hipóteses de funcionamento de uma economia de direcção central com um sector paralelo :

- existem dois agentes a família e o Estado, e existe apenas um bem ;

-as famílias oferecem trabalho e procuram bens;

- os preços da mão de obra e dos bens no sector paralelo são flexíveis ou seja oscilam em função da oferta e da procura , enquanto que no sector regulado (oficial) os preços e quantidades são fixadas administrativamente via plano ;

- os bens são intermutáveis entre os sectores ;

- no sector paralelo existem economias de escala e existe uma função de produção que é linear relativamente ao trabalho e a função de produção é no sector não regulado igual a A , sendo @ a produtividade e N a força de trabalho envolvida no sector paralelo

$$A = @ N$$

-o consumo reparte-se pelo sector paralelo (A) e pelo sector regulado (B)

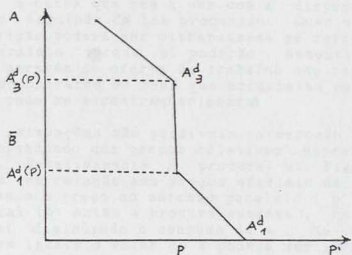
$$C = A + B$$

$$A > 0$$

$$0 < B < \bar{B}$$

Segundo este modelo, será o comportamento das famílias que irá afectar a existência ou não de equilíbrio no sector paralelo. Estas, procuram maximizar a sua utilidade adquirindo bens e oferecendo trabalho e decompõem o seu consumo entre A e \bar{B} em função das quantidades disponíveis e dos respectivos preços. As várias situações possíveis no mercado paralelo vão

Fig Curva da procura no mercado paralelo



Fonte : Henin ,P-Y (1936)

determinar o equilíbrio global uma vez que no mercado regulado os equilíbrios se estabelecem ex-ante via Plano.

Interessa portanto analisar com maior detalhe o comportamento dos agentes promotores do equilíbrio/desequilíbrio ou sejam as famílias simultaneamente participantes no mercado negro de bens e para ele contribuindo com o seu trabalho. As famílias procuram maximizar o seu rendimento, e ao fazê-lo vão encontrar dois tipos de restrição uma que tem a ver com o orçamento e outra qua tem a ver com a disponibilidade no mercado regulado do bem procurado. Quer uma quer outra restrição poderá ser ultrapassada se recorrerem ao mercado paralelo porque aí poderão aumentar o seu rendimento através de oferta de trabalho não regulado, e também aí encontrarão os bens que escasseiam no mercado regulado, onde se encontram racionados.

Três situações são possíveis no mercado paralelo de bens dependendo dos preços relativos entre os dois mercados. Relativamente à procura (v. Fig 6) ela comporta-se em relação aos preços oficiais da seguinte forma: quando o preço no mercado paralelo (p') é menor que o oficial (p) então a procura aumenta, na situação oposta, vai diminuindo o consumo de A. No caso dos preços serem iguais o valor de A poderá ser idêntico a B o que significaria uma perfeita indiferença do consumidor entre a compra num ou noutro mercado, porque o preço era o mesmo. No entanto, entendemos que não existe essa indiferença, porque comprar no mercado não regulado comporta um risco que eventualmente terá a sua expressão monetária e, portanto, para um mesmo preço, a procura deverá dirigir-se primeiro para o sector planeado e só depois para o outro.

Conjugando a situação da procura com três situações no mercado da oferta de bens, iremos considerar três situações que as fig 7 a 9 ilustram.

Situação 1 - $p' < p$ B = 0

Situação 2 - $p' = p$ B C [0, \bar{B}]

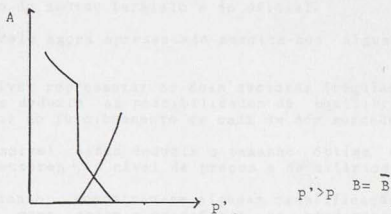
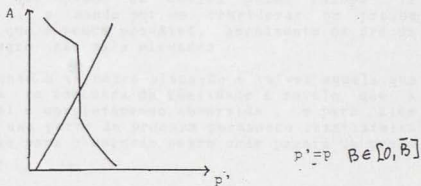
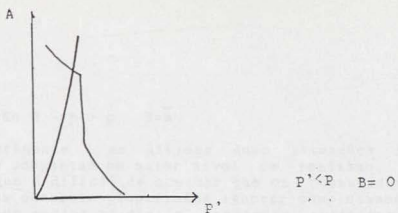


Fig7-9 Equilíbrios do mercado paralelo

Situação 3 - $p' > p$ $B = \bar{B}$

Evidentemente as últimas duas situações são aquelas que comportam um maior nível de realismo, na medida em que é difícil de aceitar que os consumidores poderão numa economia planificada ignorar completamente a produção do sector oficial e conseguir abastecer-se única e exclusivamente ao nível do mercado negro. (situação 1) Relativamente à situação dois admite uma relativa neutralidade do consumidor face aos dois mercados o que põmos em dúvida pelas razões já apresentadas, e ainda por se considerar os preços idênticos o que é pouco provável, geralmente os preços no mercado negro são mais elevados.

Finalmente a terceira situação é talvez aquela que mais próxima se encontra da realidade e revela que a oferta oficial é completamente absorvida, e para além disso porque uma parte da procura permanece insatisfeita irá dirigir-se para o mercado negro onde pagará um preço mais elevado.

A partir destas três situações e considerando adicionalmente as situações de fronteira, é possível deduzir matematicamente várias situações de equilíbrio entre produção do sector paralelo e do oficial.

Este modelo agora apresentado suscita-nos algumas considerações :

- é possível representar os dois sectores (regulado e paralelo) e deduzir as possibilidades de equilíbrio global a partir do funcionamento de cada um dos mercados

- é possível ainda deduzir o tamanho óptimo de cada um dos sectores, o nível de preços e de salários.

- no entanto, encontram-se algumas simplificações neste modelo como sejam a existência de rendimentos constantes à escala e a perfeita substituíbilidade entre os bens o que não corresponde à realidade.

- a aplicação de este modelo ou de um idêntico com dois sectores um regulado e outro não à economia subterrânea dos países de economia de mercado afigura-se

impossível, porque nesses não existe um sector administrado mas antes dois mercados em que a oferta e a procura se interrelacionam podendo até ser determinadas pelos mesmos factores mas segundo diferentes parâmetros. No modelo com sector paralelo era a mesma mão de obra que simultaneamente se oferecia no mercado paralelo e no oficial, ora esta situação apenas engloba as situações de duplo emprego nas economias de mercado. Enquanto que no modelo com sector paralelo os preços relativos podiam variar em qualquer sentido, na ES é de supor como condição da sua sobrevivência a manutenção de preços inferiores aos do mercado visível, porque não se admite situações de penúria ou racionamento (excluindo os bens ilegais, porque esses não são intermutáveis). Se o preço no mercado subterrâneo subir acima ou ficar igual ao do mercado regulado, a procura irá encaminhar-se para este. Relativamente á oferta de trabalho, embora o nível salarial seja no mercado regulado superior isso não significa que trabalhadores do sector não regulado para ele se desloquem, em virtude de os lugares nesse sector se encontram "racionados", porque todos os postos de trabalho estão ocupados.

-o bem compósito considerado no modelo sempre entendido como um bem de consumo, ora é de admitir que nas economias de mercado os bens de investimento sejam também transaccionáveis no mercado não regulado

- finalmente, em relação á função de produção adoptada no modelo de Henin que é uma função sem capital, uma economia de mercado apenas é válida no curto prazo; no longo prazo não se pode supor a permanência do mesmo stock de capital.

2.5. Identificação de áreas de pesquisa teórica

Algumas pesquisas teóricas sobre as actividades não reguladas que antes resenhamos, ilustram a possibilidade da teoria convencional integrar elementos novos sem contudo alterar os seus fundamentos. Pois não defendem alguns que a ES será o retorno da mão invisível

de que falava Adam Smith e portanto mais de acordo com a livre concorrência ?

A maximização da utilidade sujeita ao risco, a oferta de trabalho repartida entre trabalho regular e irregular, a opção trabalho lazer, a extensão do modelo dualista pela decomposição do sector informal, os modelos de racionamento com sector paralelo, os modelos de funcionamento do mercado de trabalho segmentado entre mercado regular e não regular e a falta de informação por parte da oferta e da procura, são muitos dos problemas que a análise económica já equacionou à luz das actividades económicas não reguladas. Mas permanecem ainda algumas lacunas, o que é natural, se pensarmos que este é um assunto que cruza transversalmente uma série de áreas do conhecimento económico e até de outras ciências sociais.

Julgamos que a investigação se deverá orientar no seguinte sentido :

a) Na análise do mercado de trabalho haverá que completar a análise da falta de transparência de mercado com um outro que integre os determinantes dos equilíbrios no mercado regulado e não regulado.

Deverá assumir como pressuposto que existem relações entre esses dois sectores como sejam o facto de o salário no sector não regulado nunca maior que no sector regulado (poderá ser igual na medida em que ausência de determinadas regalias sociais significa para o mesmo salário a disponibilidade de rendimento é maior no sector regulado). Outra relação que tem que ser tida em conta é a de que a oferta de trabalho no mercado não regulado vai depender do desequilíbrio ocorrido no mercado de trabalho ou seja do volume de desemprego.

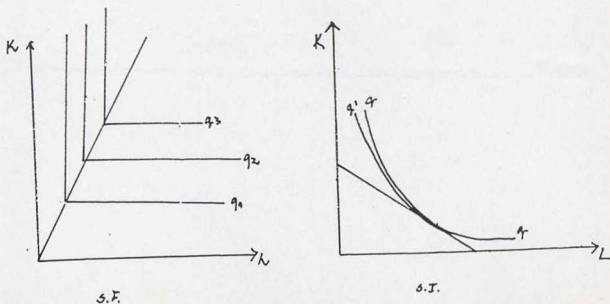
Encontrar as várias possibilidades de equilíbrio, os respectivos mecanismos de ajustamento, e a sua relação com os níveis de produção parece-nos ser um ponto chave de futuras investigações .

b) Na análise do mercado de bens deverá ser também considerada a ausência de transparência e a formação de

preços distintos para o mesmo bem nos mercados regulado e não regulado. Mas neste caso, um desequilíbrio no mercado regulado, por exemplo formação de stocks por excesso de oferta em relação à procura não vai dar origem a uma transferência para o sector não regulado como acontece com a mão de obra. Trata-se aqui de um problema de concorrência entre dois mercados em que um deles por praticar preços mais baixos poderá expandir a sua oferta embora o não regulado se encontre limitado porque a ocultação das autoridades económicas deixa de ser possível acima de uma dada dimensão.

c) Ao nível da teoria da produção parece-nos que existem grandes lacunas na investigação. Haverá que investigar os critérios de combinação dos factores e as formas que assumem as funções de produção conforme se produza um dado bem no sector regulado ou não regulado. Formulamos a hipótese da existência de dois tipos de função de produção: uma rígida tipo neoclassicista de curto prazo de factores complementares, e outra do tipo neoclássico de factores substituíveis. No sector informal ou não regulado estaríamos próximo de uma situação de flexibilidade. Este tipo especial de dualismo, já caracterizado por Higgins relativamente às possibilidades de produção do sector agrícola e industrial (85) poderá ser representado como ilustra a figura 10 -A e 10-B.

Figura 10- Dualismo Tecnológico segundo Higgins



3. Métodos de avaliação da economia subterrânea

3.1. Métodos indirectos

3.1.1. Métodos monetários

Os métodos monetários desenvolvidos por Gutmann Feige e Tanzi (86) são aqueles que maior aplicação tiveram, embora de um modo geral sejam alvo de inúmeras críticas, dirigidas particularmente à fragilidade das hipóteses que lhes estão na base.

O método de Gutmann toma como hipóteses essenciais:

a) que as transacções na economia subterrânea recorrem exclusivamente à moeda fiduciária.

b) que a relação entre moeda fiduciária e depósitos bancários não se altera.

c) que qualquer alteração havida na relação entre depósitos e moeda fiduciária só poderá ser devida à presença de ES.

É assim possível a partir das estatísticas monetárias determinar o desvio entre o valor aproximado de ES e depois ver o peso na produção oficial registada.

A aplicação do método de Gutmann torna necessária a escolha de um ano base em que se considere não tenha havido ES, esse procedimento, constitui o ponto mais frágil do método.

O método desenvolvido por Tanzi, também com recurso às estatísticas monetárias, e assentando em hipóteses semelhantes, traduz já um aperfeiçoamento, relativamente ao de Gutmann, pois utiliza uma função que pretende descrever o comportamento da relação entre a massa monetária total e a moeda fiduciária, em função de uma série de variáveis e, nomeadamente em função da pressão fiscal.

O método de Tanzi, ao contrário do de Gutmann permite aplicações mais adaptadas à realidade de cada um dos países que se pretende estudar. Foi este o método seguido por alguns investigadores em Portugal.

Os resultados alcançados por este método para um conjunto numeroso de países nem sempre coincidem com os de outros métodos e, para o mesmo país, como podemos verificar nos quadros síntese que apresentamos para Portugal e outros países (87) Uma alteração na especificação da equação de comportamento do rácio moeda total moeda fiduciária origina diferenças nos valores absolutos e relativos para os vários anos.

3.1.2. Métodos baseados na análise das discrepâncias entre receitas e despesas

A definição de ES que adoptámos(88) salienta o carácter apenas potencial da omissão nas contas nacionais das actividades económicas dissimuladas às autoridades. Rejeitamos, portanto, simultaneamente os conceitos que identificam ES com as actividades não registadas pelos sistemas estatísticos oficiais e aquelas que entendem que o universo das actividades subterrâneas se esgota e coincide com as actividades que produzem rendimentos omissos às autoridades fiscais.

Duas razões justificam que concordemos com a opinião de Quaden (89) sobre o carácter apenas potencial de omissão da ES por parte das contas nacionais(CN):

- existem métodos e procedimentos especificamente implementados pelos institutos estatísticos de vários países e seguindo recomendações de organismos internacionais como a Euroestat e as Nações Unidas que permitem incluir no PNB uma parcela das actividades subterrâneas bem como de outras actividades subavaliadas ou omitidas às autoridades estatísticas.

- certas actividades económicas não sendo englobadas no conceito de produção não deverão por isso ser registadas no PNB, embora criem valor de uso. é o caso da economia familiar ou doméstica que normalmente só é considerada nas CN² parcela respeitante à autoconstrução e à produção agrícola para autoconsumo. (90)

Sendo nosso objectivo analisar o grau de distorção introduzido nas estatísticas nacionais e em particular na da produção industrial em resultado da presença de ES, reveste particular interesse o conceito de produção utilizado nas CN para se traçar a fronteira entre o que deveria ter sido incluído nas CN e não o foi, e o que, embora omisso nas contas nacionais, não pode considerar-se como produzindo um enviesamento do PNB, por não estar englobado na definição convencionada.

O sistema de Contas Nacionais da ONU (91), na versão de 1953, considerava fazerem parte do PIB todos os bens e serviços que respondessem a uma procura expressa no mercado. Portanto, mesmo que a produção, distribuição ou consumo desses bens ou serviços estivesse ferida de ilegalidade, tal facto não deveria constituir motivo de exclusão na contabilização do PIB. A versão de 1970 (92) sustenta idêntica definição.

Actualmente, o conceito de produção convencionado pelo Sistema de CN das Nações Unidas de que o PIB deverá incluir todas as actividades que resultam na produção de bens e serviços para venda no mercado (93) As actividades do Estado no domínio da administração, saúde, educação, justiça e segurança social, são, por convenção, incluídas no PIB mesmo que não sejam vendidas.

Uma das alterações previstas no processo de revisão do Sistema de Contas Nacionais da ONU presentemente em curso, e que deverá estar concluído em 1990 (94), é a do grau de cobertura das actividades não mercantis no PIB.

Os trabalhos até agora realizados, propõem um alargamento das actividades familiares a incluir no PIB

assim como a estimação, monetária ou em tempo de serviços de manutenção e limpeza da habitação, tratamento de crianças, etc. Tal estimação não deveria, segundo os técnicos da ONU, ter em vista a inclusão no PNB, mas apenas um melhor conhecimento da realidade sócio-económica do país. (95)

Nas estatísticas portuguesas o conceito de produção inclui, não só a produção de bens e de serviços comercializáveis, como também os serviços não comercializáveis. Destes últimos fazem parte os "serviços fornecidos à colectividade ou grupos particulares de famílias de título gratuito e ainda os serviços domésticos que umas famílias prestam a outras". (96).

A excepção da produção agrícola para auto-consumo e da construção e reparação da habitação familiar, a economia doméstica não é normalmente incluída no PIB nacional.

Persistem divergências de opinião entre os estatísticos sobre a justeza ou não de incluir actividades ilícitas no PIB, além de que a definição de lícito económico, varia de país para país, podendo até variar de Estado para Estado, dentro de um mesmo país.

O critério da ilegalidade não é, em nenhuma das definições de PIB apresentadas, factor de exclusão. Esta questão não é de forma alguma despicienda, pois a ES envolve sempre comportamentos de transgressão.

Argumentam uns, como Denison, (97) que produção distribuição bens ou serviços ilegais, não deverá ser contado como produção nacional. As razões para tal posição são as seguintes:

a) porque os representantes da população as consideram ilegais e portanto constituem não-bens. (98)

b) porque a avaliação é praticamente impossível em virtude de o preço reflectir fundamentalmente o seu carácter proibido. Esta avaliação, a efectuar-se, levaria a conclusões surpreendentes como aquela relatada por Pons (99), a de que, segundo o Bank of America a

actividade agrícola principal na Califórnia em termos de valor/era em 1983 a cultura da marijuana. Discute-se, até, paradoxalmente se a droga ou os serviços de um assassino profissional se são procurados no mercado não deverão ser incluídos no PIB. Outros opinam que, do ponto de vista das CN, a preocupação deverá dirigir-se para a avaliação daquelas bens e serviços ilegais que não são "demasiado penalizados" pela moral pública, e que se julga revestirem de alguma importância. (100)

As actividades ilícitas apenas são avaliadas em dois países da OCDE e os resultados globais apontam para uma importância diminuta: 0.1% do PIB em França para 1977 e cerca de 1.5% nos Estados Unidos para o mesmo ano. (101)

Nos Estados Unidos foram efectuadas estimativas dos rendimentos provenientes de actividades ilegais, pelo IRS Instituto responsável pelo registo dos rendimentos com base em dados de várias proveniências: fiscais, policiais, judiciais, receitas e despesas familiares, programa de auditoria fiscal, e, em 1977, essas actividades ilegais representavam 1,5% do PIB.

Na Itália, outro país onde se tenta incluir as actividades ilícitas nas CN, apenas no que concerne ao contrabando e distribuição de cigarros, recorre-se aos valores das despesas familiares registadas nos Inquéritos às receitas e despesas familiares e às apreensões pelos serviços alfandegários.

Blades, considera que a produção ilícita oscilará em torno de 1% do PIB nos países europeus da OCDE, ou seja, um pouco inferior à percentagem calculada para os Estados Unidos, onde essa estimativa foi mais longe em termos de actividades cobertas (102) Esta opinião assenta, segundo aquele autor, no facto do consumo de drogas ser inferior nos países europeus.

Parece portanto justificada a exclusão da produção de bens e serviços ilegais, para efeitos de avaliação da ES, dada a pouca importância nos países em que foi avaliada, dificuldades de avaliação e polémica quanto ao contributo para a riqueza gerada num país.

Os rendimentos em espécie não declarados, outra componente da ES, só deverão ser incluídos na medida em que correspondam a uma sobre-estimação dos consumos intermédios, e portanto a uma sub valorização do valor acrescentado. A avaliação, porque exige uma monetarização, é bastante problemática. Nos Estados Unidos, onde já foi tentada, conduziu a valores da ordem de 0.5% do PIB.

Concluimos portanto que a avaliação da ES deverá assentar principalmente na produção legal não declarada (PLND).

No desenvolvimento de um método específico para Portugal, iremos centrar também a análise na Produção legal industrial não declarada. (PLIND)

Constitui preocupação antiga entre os economistas que trabalham na base de elementos informativos cuja construção não dominam- ao contrário do que se passa com outras ciências -melhorar a qualidade da informação estatística .Kuznets, por exemplo, dividiu o PNB em 520 fracções e para cada uma delas calculou com base em opiniões de peritos a probabilidade de erro. Outros economistas como Milton Friedman, Morgenstern, Mead e Stone também se detiveram sobre este problema do registo completo das várias operações económicas. (103)

Ora os dados antes se deveriam designar de "captados ", pois traduzem apenas a parte apreensível da realidade. No caso da economia subterrânea , os gentes participantes evitam a "captação" das suas actividades , e por outro lado, os próprios sistemas estatísticos e processos de recolha informativa não estão organizados de forma a captar a ES. Foram então criados meios, alguns apoiados no confronto entre estatísticas oficiais, que permitem, embora de forma incompleta , corrigir os problemas do mecanismo "receptor" e do "emissor".

Conhecer o hipotético enviesamento das principais estatísticas nacionais, produzido pela ocorrência de ES, constitui certamente um ponto de partida para estudos quantificadores da ES. Para tal, é necessário estudar os processos de construção das estatísticas e em particular

das Contas Nacionais, (CN). As CN constroem-se essencialmente a partir de dois tipos de fontes estatísticas:

1. Estatísticas recolhidas de forma sistemática com base em projectos definidos pelos institutos estatísticos nacionais onde há preocupações quanto à selecção da amostra e uma orientação específica das questões com o fim de obter determinadas informações. De entre estes, pode-se identificar duas categorias:

1.1. Dados estruturais, de que são exemplo para Portugal os Recenseamentos Industriais e o Recenseamento às Explorações Agrícolas;

1.2. Dados obtidos anualmente, como as Estatísticas Industriais e as Estatísticas do Comércio Externo nacionais.

2. Estatísticas obtidas como subprodutos de certas rotinas administrativas, como em Portugal as Estatísticas das Contribuições e Impostos e as Estatísticas da Saúde.

É provável que da parte do inquirido a atitude perante os questionários de cada um destes dois tipos de estatística seja diferente. Assim, cada uma delas comporta um nível de envolvimento das respostas que, embora desconhecido, não será certamente homogéneo.

Existem consequências prováveis do falseamento das respostas por parte dos inquiridos. As famílias tenderão a sobrevalorizar os gastos, com excepção de alguns condenados socialmente (droga, bebidas alcoólicas etc.) e a subvalorizar as receitas nomeadamente as provenientes de trabalho negro, as empresas adoptarão a estratégia de resposta que melhor sirva a apresentação de resultados. É no entanto impossível, sem uma investigação mais apurada dizer, mesmo que com um nível de probabilidade baixo, qual a resultante das sobre e sub valorizações e incorrecções por parte dos inquiridos.

A natureza dos erros e omissões das estatísticas obtidas como subprodutos de certas rotinas

administrativas é ainda mais difícil de antever, porque nesse caso a intenção deliberada de falsear a informação pode não existir, e portanto as sub e sobre avaliações não terem um carácter sistemático.

De um modo geral, as estatísticas e valores comumente apontados como sendo afectadas no seu rigor pela existência de ES são as estatísticas de rendimento, produção e emprego, e em consequência os valores da taxa de desemprego, taxa de actividade, poupança, stock de equipamento e instalações, entre outros.

As estatísticas da produção, além de não cobrirem todo o valor criado numa economia, em virtude do conceito de produção excluir por exemplo certas actividades domésticas, também ignora outras actividades que não são deliberadamente omitidas. Encontram-se neste último caso as "empresas muito pequenas empregando poucos assalariados de forma regular ao qual se junta um grande número de assalariados a tempo parcial, dos quais bastantes trabalham ao domicílio" (104)

Para Blades, aquelas empresas não pertencem à ES porque a sua actividade é legal e aberta e nem empregados nem empregadores tentam dissimulá-la. Entende ainda que nos países do Sul da Europa poderá revestir utilidade a avaliação desse sector que designa de "informal" devendo para tal proceder-se a uma modificação nos métodos de inquirição no sentido de o inquirido deixar de ser a empresa e ser antes a família.

Não deixa de ser curioso o critério de Blades de não inclusão das empresas informais na ES, quando os dados disponíveis para Espanha e especialmente para Itália, indiciam que a ES e em particular o trabalho clandestino surge associado a essas unidades económicas.

A sensibilidade dos organizadores das estatísticas às transformações que se vão operando na estrutura

económica vai tem vindo a aumentar. É disso exemplo a revisão das CN efectuada pelo ISTAT, Instituto de Estatística de Itália, após a qual as empresas mais pequenas e os trabalhadores por conta própria passaram a estar mais representados nas amostras inquiridas.

Quanto às estatísticas dos rendimentos, considera-se que haverá uma tendência para os valores recolhidos sobre salários, juros e rendas estarem de uma forma geral subavaliados.

A qualidade das estatísticas de emprego e desemprego depende bastante do agente que fornece os elementos informativos. Este poderá ser o trabalhador, o empregador privado ou público ou outras entidades.

Os trabalhadores tenderão a omitir um segundo emprego, ou que têm um emprego a tempo completo, se estes forem ilegais. Aprofundaremos este ponto nos métodos de avaliação da ES pelos dados sobre mercado de trabalho.

Os empregadores sejam empresas privadas ou públicas ou ainda o Estado, ocultarão a existência de mão de obra que trabalhe dentro ou fora da empresa, em condições irregulares.

As entidades responsáveis pela concessão do subsídio de desemprego e colocação ou formação de desempregados, podem não falsear deliberadamente a informação sobre emprego/desemprego, mas geralmente apenas dispõe de valores para parte do universo, nomeadamente com direito a subsídio de desemprego, o que não corresponde à totalidade da população activa desempregada.

A questão do efeito da ES sobre as estatísticas não é dissociável dos métodos desenvolvidos para a avaliar. apresentaremos seguidamente alguns desses métodos, neles se incluindo procedimentos visando o aperfeiçoamento das Contas Nacionais.

-A nível macro económico

Numa óptica que podemos adjectivar de contabilística, o "problema da economia subterrânea é apenas um aspecto da tarefa que visa assegurar um carácter completo às estatísticas das contas nacionais" (105)

Existem procedimentos para a correcção e aperfeiçoamento dos dados das CN, nomeadamente pela inclusão de actividades omissas, subterrâneas ou não, e que podem também ser usados na avaliação da ES. O confronto entre receitas e despesas ao nível macro é um deles.

O PIB pode ser calculado de três formas: pela produção, pelos custos ou rendimentos ou pela despesa, mas em muito poucos países se estima o PIB de forma independente por estas três vias. O cálculo nos países subdesenvolvidos consiste em aproximar o produto industrial pela via da produção e os serviços pela via dos custos. Quadro 5.1, 5.2 e 5.3

Quando o PIB é calculado por mais que uma via, raramente os institutos estatísticos nacionais divulgam o valor dessas discrepâncias, que constituem uma informação sobre a veracidade dos números apresentados. (106)

A medida de ES a partir das diferenças entre o cálculo pela via dos rendimentos e pela despesa assenta na premissa de que os protagonistas da ES subavaliarão as receitas, mas estas acabarão por ser transformadas em despesas, denunciando assim as receitas anteriormente omissas.

A análise mais detalhada desse residual entre receitas e despesas a nível macro permite lançar luz sobre a dimensão da ES.

Os resultados obtidos foram por vezes contraditórios. Por exemplo, para os Estados Unidos, Parker tentou medir a diferença não explicada entre as estimativas de dois institutos estatísticos, a BEA e o

Q 5 - VIAS DE AVALIAÇÃO DO PIB

Quadro 5.1-PIB -Aproximação pela produção

- 1 Agricultura, caça, sivicultura e pesca
- 2 I. Extractiva
- 3 Indústria Transformadora
- 4 Electricidade, gaz e água
- 5 Construção
- 6 Comércio por grosso e a retalho, rest. e hotéis
- 7 Transportes, armazenagem e comunicações
- 8 Bancos, seguros, imobiliários e serviços comerciais
- 9 Serviços pessoais, comunitários e sociais

Sub total

Ajustamentos:

- (-) imputação de serviços bancários
- (+) impostos de importação
- (+) imposto sobre valor acrescentado

TOTAL: PRODUTO INTERNO BRUTO

Quadro 5. 2 - PIB-Aproximação pelos custos

Impostos indirectos, líquidos

Impostos indirectos pagos

menos: subsídios recebidos

Consumo de capital fixo

Excedente de exploração

Remunerações dos empregados

TOTAL: PRODUTO INTERNO BRUTO

Quadro 5. 3 - Aproximação pela despesa

Consumo final público

Consumo final privado

Famílias

Instituições privadas sem fins lucrativos

Formação bruta de capital

Aumento de Stocks

Formação bruta de capital fixo

Construção de habitações

Outras construções e desenvolvimento rural etc.

Outras

Exportação de bens e serviços

Menos: importação de bens e serviços

PRODUTO INTERNO BRUTO

Fonte: Handbook of national accounting.

Accounting for production: sources and methods, Nações Unidas,
Nova York, 1986 p. 2-3

IRS, corrigindo os valores com base nos diferentes conceitos e cobertura estatística de cada um daqueles organismos, e conclui que a ES tem declinado desde a II Guerra Mundial(107) o que diverge dos resultados de outros investigadores, para o mesmo país.

As fontes informativas usadas são geralmente provenientes dos serviços fiscais para as receitas e os inquéritos às receitas e despesas das famílias para as despesas. Contudo, as vias de estimação do PIB exibem bastantes diferenças entre países. No Reino Unido as estimativas assentam mais nas informações fiscais e nos Estados Unidos e na Alemanha Federal apoiam-se mais no lado da produção. Em Portugal a informação fiscal é também pouco usada pelo INE no cálculo do PIB.

A qualidade da informação fiscal varia em função da estrutura de impostos. Os impostos indirectos são difíceis de subtrair ao fisco, pelo que será de prever uma informação fiscal mais exacta nos países onde predominam.

Das numerosas aplicações do método das discrepâncias entre receitas e despesas iremos expor com mais pormenor a efectuada no Reino Unido (108)(109).

A partir de estatísticas fiscais, agrícolas e inquéritos a empresas e famílias regularmente geradas pelo sistema estatístico britânico, foram calculados de forma independente o PIB na dupla óptica do rendimento e da despesa., considerando que as fontes fiscais não comportariam um erro elevado, o que se torna discutível se considerarmos a importância atribuída à fuga ao fisco na determinação da ES por alguns autores.

A diferença entre receita e despesa, designada por diferença residual inicial, foi atribuída aos factores: não declaração de rendimentos, erros devido ao desfasamento temporal entre a receita e a despesa, outros erros de estimação como por exemplo os associados a problemas de amostragem.

Recorrendo depois a várias fontes estatísticas relativas à produção e ao rendimento, foi possível destacar desse resíduo inicial alguns valores deduzidos do PIB, persistindo no entanto um resíduo que, tal como os rendimentos em espécie e algumas despesas ocultas, fazem parte da ES mas não são registados na CN..

O carácter do resíduo total pode ser ilustrado com o esquema em anexo. Figura 11

O Reino Unido é dos poucos países que publica os valores da diferença residual inicial, mas o Departamento Estatístico das Nações Unidas, recomenda a divulgação das discrepâncias estatísticas entre as várias formas de cálculo do BIP, quando estas tiverem lugar. (110)

Existem já em alguns países procedimentos de correcção que consistem na majoração das contas nacionais de uma dada percentagem que rectifica o valor da produção no sentido de registar actividades que se julgam subavaliadas.

O método de correcção mais frequente é efectuado com base nas declarações de rendimento apresentadas para efeitos fiscais e nas fontes referentes às despesas, ou seja, segundo procedimento similar ao antes exposto para o Reino Unido.

A Divisão de Estatística e de Contas Nacionais da OCDE efectuou uma recolha junto dos serviços estatísticos dos países membros do grau de inclusão da ES nas estatísticas, tendo chegado a uma estimativa aproximada de 2% já abrangida por métodos de correcção. ficando este valor bastante aquém dos cálculos agregados da ES obtidos a partir dos métodos monetários.

-A nível microeconómico

Neste caso, a fonte estatística privilegiada são os inquéritos das receitas e despesas familiares, sendo por vezes conjugada a análise pelos valores do censo à população e outros.

A comparação entre as receitas e despesas é efectuada segundo a habitual ventilação dos inquéritos: tipo de família, categorias profissionais, grupos ocupacionais, classes de rendimento.

No Reino Unido calculou-se o valor de ES para o universo estatístico, 7.500 famílias a partir de uma análise detalhada de uma amostra de 1.000 famílias inquiridas pelo Inquérito das Receitas e Despesas Familiares. (111)

Da amostra inicialmente seleccionada foram progressivamente sendo expurgadas determinadas famílias que se consideraram com baixo potencial de ingresso na ES, e mais detalhado o exame das famílias cujo representante do agregado era trabalhador por conta própria, desempregado ou trabalhador a tempo parcial.

Foram ainda retirados à amostra, numa estimativa classificada de "baixa" os pensionistas, estudantes e as famílias cujo representante se encontrava temporariamente fora do mercado de trabalho. Os resultados, apontam para uma subavaliação do Pib em cerca de 3% (112)

3.1.3. Métodos fiscais

O método anteriormente apresentado, já recorria a informação fiscal, mas alguns autores designam por métodos fiscais os que se apoiam essencialmente em

auditorias fiscais que permitem detectar subavaliações de rendimentos de indivíduo ou empresas. É curioso recordar que antes da 1ª Guerra Mundial, o rendimento nacional era obtido a partir de extrapolações das estatísticas do imposto.

Uma forma vulgarmente utilizada para detectar a fuga ao fisco é a escolha de uma amostra, aleatória ou não, a partir do número total de contribuintes, ou de apenas alguns deles, e sobre ela efectuar uma auditoria, calcular o grau de subdeclaração e extrapolar os resultados para um conjunto mais vasto, se a amostra for considerada representativa.

A auditoria fiscal ocorre em vários países da OCDE, nomeadamente nos Estados Unidos, na França e na Suécia. (113)

Além das auditorias foi já realizada uma análise de dossiers fiscais individuais (114) mas esse processo é bastante moroso e envolve algumas informações sigilosas, pelo que se torna dificilmente exequível.

O processo seguido nos Estados Unidos pelo Internal Revenue Survey (IRS) servirá para ilustrar os passos essenciais do método fiscal de auditoria.

Após seleccionada uma amostra de rendimentos declarados, esta foi analisada com vista à identificação de sub-amostra que incluiu os contribuintes com maior probabilidade de subdeclaração dos rendimentos dos rendimentos.

Essa sub-amostra foi sujeita a um processo de auditoria, após o que foram calculadas taxas de não declaração e de subdeclaração globais, por tipo de rendimento. Os resultados oscilaram entre 33-40% para os trabalhadores por conta própria até 3,9/5,1% para os rendimentos de capita. (115)

As estimativas assim obtidas foram ainda confrontadas com valores de estatísticas de várias proveniências: Segurança Social, FBI, vários departamentos policiais e judiciais. Mas, como as informações fornecidas por instituições não

vocacionadas para analisar e colectar dados com objectivos económicos, são geralmente de qualidade inferior aos obtidos pelos institutos estatísticos nacionais, os resultados obtidos neste como em outros casos não são muito fiáveis.

3.1.4. Métodos de estudo do mercado de trabalho submerso

Anteriormente, quando da apresentação das tipologias de ES, foram apresentadas algumas que atendiam às diferentes formas assumidas pelo trabalho oculto. Dessa diversidade resultam dificuldades na avaliação do trabalho negro . (116)

Existem três tipos de métodos de avaliação do trabalho oculto, um que se apoia na evolução da taxa de participação, outros que recorrem ao confronto entre estatísticas relativas ao mercado de trabalho oriundas de várias fontes e ainda métodos directos de inquérito.

Em vários países têm sido efectuados estudos de avaliação pelos métodos seguidamente sumariados e os resultados ,porque referentes no caso dos inquéritos a um universo restrito, e nas estatísticas oficiais derivados de distintos processos, são de arriscada extrapolação . Os problemas da comparação entre os vários resultados obtidos entre países também são devidos ao facto de que os conceitos estatísticos variarem.

A passagem do número de activos ou de horas de trabalho no mercado negro para o valor ou volume da produção ES é possível sendo formuladas hipóteses quanto ao nível de produtividade no sector regular e irregular.

Numerosos autores abordam o problema dos níveis de produtividade relativos entre ambos os sectores. As opiniões são neste domínio divergentes. Enquanto que Reuter afirma serem iguais, Gábor e Stone escrevem que são mais elevados na economia irregular. (119) (117) (118)

Para Stone, uma das causas da redução do residual, (120) que tanto intriga Denison deverá ser procurada na redução do esforço dentro das horas de trabalho regular . Aliás idêntica opinião é também expressa por Gábor (121) relativamente à participação na EP .



Alguns estudos como por exemplo de Alvaro, consideram que os trabalhadores independentes e os assalariados das empresas industriais produziram o mesmo valor acrescentado que os assalariados das grandes empresas, para a mesma actividade. Um outro economista italiano vai mesmo ao ponto de afirmar que o valor acrescentado por trabalhador nas pequenas empresas é superior ao das grandes .(122).

Esta questão associa-se a uma outra que é a de se continuar ou não a admitir como válido o princípio das economias de escala. Mesmo para países com elevados níveis de desenvolvimento, como os Estados Unidos, nem sempre é perfeitamente evidente, com base em estudos empíricos efectuados a ocorrência de economias de escala(123)

Um estudo detalhado do Recenseamento Industrial 1984 ainda em fase de apuramento pelo INE, forneceria por certo elementos definidores da situação no nosso país. Aliás a escassa informação disponível nas Estatísticas Industriais que é ventilada por dimensão segundo nº de trabalhadores, não infirma o princípio das economias de escala e portanto, parece ir ao encontro da tese de Ikonikoff(124). O estudo deste problema exigiria um exacto conhecimento da distribuição da dimensão das empresas quanto a número de activos e quanto ao capital decomposto estes nas categorias mais significativas. Ora, esta última informação raramente é obtida por processos directos, e os métodos indirectos conduzem a resultados que terão de ser assumidos como meras aproximações.

A ocorrência de produtividades mais elevadas em empresas cuja dimensão em pessoal é menor, para o mesmo sector industrial pode ser devida a uma subestimação sistemática do número total de operários ou de horas de trabalho por não serem considerados os trabalhadores domiciliários à tarefa e outros sem vínculo legal à empresa mas contribuindo para a sua produção.

De uma maneira geral, a transformação dos resultados obtidos para a dimensão e composição do trabalho irregular em produção nacional, através de

níveis de produtividade arbitrados, embora problemática, tem a vantagem de tornar possível a comparação com conclusões de outros métodos.

-Taxa de actividade e trabalho oculto

Um dos métodos de avaliação do mercado de trabalho oculto, recorre à análise da evolução da taxa de actividade. Esta taxa corresponde ao rácio entre os activos e a população total, mas o conceito de activo não é uniforme, por vezes nem mesmo no próprio país e para a mesma instituição se utiliza um único conceito. "Grosso modo" a população activa é constituída por todos aqueles indivíduos que trabalham ou procuram emprego.

A taxa de actividade no mercado de trabalho é influenciada pela estrutura etária da população, pela alteração da idade de reforma, pelo número de anos de escolaridade obrigatória etc.

O seu declínio pode encontrar-se associado à presença de ES se os indivíduos envolvidos a tempo total em actividades de ES declararem que não trabalham nem procuram trabalho, não incorporando assim a classe dos activos.

É curioso que Denison (125) recorre exactamente ao valor e evolução das taxas de participação nos EEUU para tentar demonstrar que a economia subterrânea tem um grau de omissão nas contas nacionais pouco significativo.

A partir de dados das estatísticas oficiais conclui que não existe subestimação do PNB, em particular nos anos 70 quando o residual, que para Denison representa o "progresso de conhecimentos" se torna negativo. (126)

A evolução da taxa de participação em particular dos estratos normalmente considerados com maior propensão a entrada na ES não revelou segundo o estudo de Denison tendência decrescente significativa, pelo que conclui o autor, não dispor de dados que apontem para uma importância crescente da ES.

Salientemos no entanto, que a excepção apontada por aquele investigador, que merece referência mas não constitui objecto de qualquer aprofundamento são os jovens negros. O argumento que evoca é o de que é uma camada que tem rendimentos que são negligenciáveis, para a contabilização da economia. Da economia oficial acrescentaríamos nós.

Um problema colocado à aplicação deste método é a adopção de uma taxa de participação "normal" para poder detectar eventuais desvios e interpretá-los como ES. Uma via será confrontar a taxa de participação de um país com taxas de países com idênticos níveis de desenvolvimento, outra, é tomar como padrão a taxa de participação antes do decréscimo. (127)

- Confronto de estatísticas referentes ao mercado de trabalho e provenientes de diversas fontes

Estes métodos apresentam uma diversidade directamente proporcional ao volume de estatísticas disponíveis sobre o mercado de trabalho. Por isso ao contrário de métodos como o monetário que pode ser aplicado de forma relativamente uniforme para uma série de países, neste caso estamos em presença de métodos específicos para cada país e cujo conhecimento apenas se reveste de alguma utilidade na medida em que poderá fornecer inspiração para construção de métodos similares, mas nunca iguais.

Na base está a hipótese de que é possível conhecer as actividades ocultas pelo reflexo indirecto sobre as estatísticas oficiais referentes à população activa.

Para Portugal, o método usado por Rodrigues (128) poderá inserir-se nesta categoria, na medida em que recorre fundamentalmente ao Censo da População e Quadros do Pessoal. Partindo de certos pressupostos quanto às declarações das empresas nos Quadros de Pessoal, e dos indivíduos quanto à sua situação profissional no Censo, constroi dois indicadores na base dos quais hierarquiza os sectores

quanto à possibilidade de ocorrência de trabalho atípico.

Uma investigação realizada para a Áustria(129), ilustra um outro modo de cálculo do Emprego Oculto decomposto em duas categorias analíticas, cada uma com processo de avaliação independente : as actividades não registadas e as actividades em tempo parcial executadas por empregados do sector regular em actividades similares às exercidas na economia oficial e por desempregados.

Os resultados apresentados por sectores e ocupações traduzem uma fraca dimensão da ES exceptuando o sector de calçado e de alimentação e bebidas. São também estes sectores que no método que aplicamos no ponto 4. , revelam maior possibilidade de submersão.

Nesse estudo austriaco, a passagem do número de pessoas envolvidas em actividades de ES para o volume de produção omisso nas estatísticas oficiais é feito a partir dos valores de produtividade das pequenas empresas em cada um dos sectores económicos.

A fiabilidade da informação referente ao mercado de trabalho é um problema a ter em consideração quando da aplicação deste tipo de métodos. O conhecimento dos questionários que servem de base à informação auxilia a identificação de áreas em que a qualidade da informação pode ser mais frágil.

Se um inquirido se autodesigna de desempregado, os questionários estão geralmente feitos de forma que nada mais é indagado. Ora, é possível que um individuo se declare desempregado, porque efectivamente não exerça a sua actividade normal, mas execute trabalhos à tarefa ou em tempo parcial que para ele não são encarados como "trabalho". Neste caso poderá não haver uma intenção de ocultar uma actividade paralela, mas tão só uma deficiente construção do inquérito. Na sequência da pergunta "está desempregado?" vem geralmente a de "Procura emprego?" sem nada se inquirir sobre outra actividade.

No entanto, se não existirem muitas perguntas sobre onde trabalha e o que faz, é natural que o inquirido declare que está a trabalhar ou trabalha por conta própria, este é no entender de Molefky, a resposta mais provável, excepto se auferir subsídio de desemprego, (129). Refira-se que em Portugal os trabalhadores por conta própria tem vindo a aumentar, aliás como na maior parte dos países.

Mas há ainda um comportamento, que segundo Feige e Gutmann será o mais vulgar, que é o de o produtor da ES se classificar de "desempregado" porque sabe que poderá continuar a auferir de certos benefícios em especial o subsídio de a desemprego e assistência na doença.

3.2. MÉTODOS DIRECTOS

Os métodos directos ou de inquérito, apresentam vantagens sobre os indirectos porque não se trata agora de aperceber o fenómeno pelos seus vestígios, mas sim conhecê-lo a partir do seu interior. No entanto, dada a natureza dessas actividades, os resultados dos inquéritos directos, nunca podem ser extrapolados para o universo, porque este é desconhecido. As amostras inquiridas são assim apenas representativas delas próprias.

Esses inquéritos têm sido promovidos por entidades oficiais e por investigadores e instituições privadas. Em Itália, o ISTAT, instituto de estatística nacional, efectuou um inquérito desse tipo antes de proceder à revisão das contas nacionais.

Os inquéritos podem ter por destinatários a totalidade ou apenas um grupo de actores que intervêm no processo directa e indirectamente: trabalhadores, empresários, agentes alfandegários, contabilistas, compradores de serviços ou bens produzidos irregularmente.

Além da fraca representatividade dos resultados apurados pelos métodos directos, há ainda outra

limitação a saber. Quando os inquiridos são intervenientes directos e activos na ES, só se disporão a responder com verdade, se tiverem a segurança que as suas respostas não poderão por em risco a persistência do que é por vezes o seu único modo de vida. Situação muito pouco provável, como é evidente.

Por este motivo tem sido preferida a auscultação das sensibilidades de "observadores privilegiados" da área fiscal, financeira e empresarial, fazendo apelo aos conhecimentos adquiridos na sua vida profissional. Este tipo de informação tem um carácter essencialmente qualitativo.

Esses inquéritos, geralmente na forma de entrevistas semi-directivas, procuram informação quanto ao tipo de empresas da ES, dinâmica e formas do fenómeno, motivos de submersão e emersão e respectivas vias desses processos, incidência de ocultação fiscal por tipo de impostos e empresa, atitude geral perante a legislação laboral e fiscal, quota parte atribuída ao Estado e à política económica no incentivo à submersão, tipificação da mão de obra e envolvida na ES e reacção às medidas de controlo fiscal.

Foram também já efectuados em comunidades envolvidas na ES, em Itália, Espanha e outros países, alguns inquéritos aos trabalhadores irregulares, nomeadamente trabalhadores ao domicílio. Este é um fenómeno bastante expandido em certas regiões italianas, onde chega a ocupar a totalidade da população activa de algumas aldeias, como alguns exemplos referidos por Saba.

As actitudes perante a ES por parte da comunidade em geral são, por vezes de aceitação e até de satisfação, face à qualidade dos serviços e bens fornecidos ilegalmente, segundo inquéritos efectuados na Noruega. Esta constatação num país desenvolvido, contrasta com a existência, nos países em desenvolvimento, de uma certa dicotomia no mercado de bens e serviços, principalmente de primeira necessidade, onde o sector não estruturado daria resposta a uma procura pouco exigente em qualidade, proveniente dos escalões dos mais baixos rendimentos.

Os métodos directos permitem, sem dúvida, uma elucidação dos mecanismos de funcionamento da ES, indispensável à compreensão teórica global do problema, mas, o carácter extremamente limitado dos resultados e as dificuldades de concretização desses métodos, não têm estimulado o prosseguimento desta via de avaliação da ES que no entanto, pelos elementos já conhecidos, se afigura fecunda.

Em relação às actividades informais ou sector não estruturado, promoveu a OIT, no início da década de 80 vários inquéritos em países africanos de expressão francesa, no âmbito do Programa de Combate ao Desemprego.

As questões incidiam, neste caso especialmente, sobre o estudo dos trabalhadores envolvidos na economia informal e nas ligações estabelecidas por esta com o sector regular da economia. Os vários resultados entretanto obtidos, nem sempre foram convergentes, e, dado o mosaico de formas do sector não estruturado, em cada um dos países, e dentro do mesmo país nas várias regiões e sectores de actividade, não foi possível construir um modelo geral de funcionamento do sector informal. No plano teórico, houve no entanto a elaboração de um modelo de transferência de mão de obra que pretende integrar a realidade do emprego no sector não estruturado urbano, no clássico modelo dualista de Lewis, como damos conta do ponto 2.3..

Um tipo de inquérito, que não sendo dirigido à ES poderia ter interesse para o conhecimento dessas actividades seria um inquérito ao sector artesanal como, já realizado em alguns países, nomeadamente em França, em que o artesanato é definido como sendo constituído por empresas que empregam além de pessoal familiar, não mais de 10 assalariados.. Parece-nos que a caracterização do artesanato, apenas segundo o critério dimensão em pessoal, não é a mais útil sob o ponto de vista analítico, aliás como no caso da definição de o sector informal nos países subdesenvolvidos a que já fizémos referência. O estatuto dos trabalhadores envolvidos no sector artesanal é, quanto a nós, mais importante que o seu número.

Curiosamente, os resultados do inquérito ao artesanato em França, para 1978, apresentam similitudes com os dos inquéritos na Africa francófona, em particular quanto aos sectores de ocorrência e progressão dos aprendizes. Como nos reporta Barthelemy, a fileira artesanal que geralmente se assume existir e que consiste em iniciar a carreira como aprendiz passando a assalariado de uma empresa artesanal e final mente empresário artesanal, nem sempre se confirma.

REPERCUSSOES SOCIAIS

REPERCUSSOES EM LARGA ESCALA NAS ZONAS RURAIS

3.3. Comentários críticos aos métodos e resultados da avaliação da economia subterrânea

Sendo a medida da economia subterrânea uma questão que apenas é ensaiada há cerca de uma década, é natural que os métodos até agora desenvolvidos enfermem de múltiplas deficiências. No presente ponto apresentaremos as que nos parecem mais significativas para cada um dos métodos, reservando para o ponto de conclusões algumas propostas de melhoramento das contas nacionais e de um modo geral todas as estatísticas com vista à inclusão da ES e em particular da componente legal não declarada.

MÉTODOS MONETARIOS

Os principais limites desses métodos adveem da fragilidade das hipóteses em que assentam. No caso do método Gutmann os resultados ficam totalmente dependentes do valor escolhido como ano de referência, escolha que é efectuada subjectivamente pelo investigador.

O método Tanzi, embora ultrapasse aquela deficiência do de Gutmann, mantém a hipótese de que das operações de economia subterrânea são essencialmente efectuadas em moeda fiduciária.

No caso particular das estimativas para os Estados Unidos há ainda a ter em consideração o facto do dólar ser reserva internacional de valor e portanto a massa monetária em circulação encontra-se fortemente dependente da evolução dos chamados "capitais flutuantes" cujos movimentos erráticos dependem dos valores cambiais.

MÉTODOS COM BASE NAS CONTAS NACIONAIS

Os resultados obtidos pela diferença entre Receitas e Despesas a nível global, devem ser interpretados com prudência porque comportam numerosas imperfeições, que advem de múltiplos factores:

a) erros de cobertura estatística

b) conceitos e categorias estatísticas para o mesmo país e entre países nem sempre coincidentes dados para certas categorias que reconhecidamente têm pior qualidade que para outras, como é o caso dos dados relativos aos trabalhadores por conta própria.

c) erros de subavaliação das receitas que estão relacionadas com a via fiscal por onde foram recolhidos. Embora certas actividades estejam isentas de fisco não estão de declaração, mas neste último caso é natural que evitem fazê-lo principalmente se a sanção não for muito elevada.

d) certos rendimentos como lucros, dividendos e alguns salários podem ser declarados nos inquéritos e simultaneamente omissos ao fisco. No entanto se se considerar que os protagonistas da ES são coerentes na mentira, procurarão também subestimar as despesas.

e) quer os compradores quer os vendedores de bens e serviços de ES tendem a omitir essas actividades, sendo contudo de esperar uma omissão superior por parte dos vendedores

f) a monetarização de certas operações pelos departamentos estatísticos comporta o risco de introduzir uma distorção nos valores, de sentido desconhecido. Estão neste caso as rendas imputadas às habitações próprias e certas transacções entre as famílias.

A avaliação a nível micro comporta deficiências comuns com a estimação num plano mais desagregado. De

entre os limites desse método salientamos :

a) existência de respostas falseadas intencionalmente ou não em relação às receitas e a despesas.

b) cobertura estatística deficiente.

c) como os dados das receitas são recolhidos simultaneamente com os da despesa, aumenta a possibilidade de subavaliação intencional por parte dos inquiridos no que concerne a ambas as rubricas.

d) as receitas e despesas não cobrem geralmente o mesmo período de referência, pelo que daí resulta uma natural superioridade das despesas relativamente às receitas.

O Inquérito às receitas e despesas Familiares 1980/81 promovido pelo INE utiliza diferentes períodos de referência para as receitas e para as despesas. As receitas reportam-se aos 12 meses que precederam o inquérito e as despesas referem-se ao momento de inquirição. (31).

e) os dados referentes aos trabalhadores por conta própria comportam numerosos erros relativamente às respostas expressas e principalmente um número elevado de não respondentes.

f) o nível de despesa e o seu comportamento, como mostram as funções consumo, não depende apenas do nível de rendimento, mas também das expectativas, nível de impostos e transferências, activos financeiros detidos pelas famílias etc.

O nível de poupança das famílias não é inquirida nos inquéritos às receitas e despesas familiares e mesmo quando isso ocorre os resultados podem não ser satisfatórios. Por exemplo no Inquérito às Receitas e Despesas Familiares do INE 1980/81 a pergunta sobre a poupança obteve um número tão elevado de "não respostas" que não chegaram a ser publicados quaisquer dados sobre essa variável.

Este problema poderá eventualmente ser

ultrapassado se se formularem hipóteses quanto ao nível de poupança por categorias

g) os inquiridos esquecem certas despesas e por vezes adiam as compras para depois do inquérito.

h) algumas despesas são conscientemente falseadas sem que isso se relacione com ES. Um estudo efectuado na Suécia revela que os inquiridos tendem a subavaliar os gastos em bebidas, tabaco, doces e comunicação e pelo contrário a sobrevalorizar as despesas em carros, vestuário e mobiliário

MÉTODOS FISCAIS

Uma ventilação da fuga e sua avaliação fiscais por tipo de rendimento, imposto, actividades ou por grupo socioprofissional é de grande utilidade na determinação da incidência da ES. Parece existir um suporte empírico para a ideia geral de que são os assalariados que menos

praticam a fraude e fuga fiscais, encontrando-se os trabalhadores com profissões liberais e os comerciantes entre aqueles que mais as praticam.

Quanto à qualidade da medida de ES através de fuga ao fisco, é prejudicada pelos seguintes factores :

a) os controlos ou auditorias fiscais apenas se reportam aos contribuintes que entregaram declarações de rendimentos, o que desaconselha extrapolações para o universo global dos declarantes e não declarantes ;

b) o tipo de obrigação fiscal de cada uma das categorias de rendimento é diferente, e as sanções e consequências de não declaração, bem como as próprias possibilidades de sonegação de informação também divergem;

c) nem todos os rendimentos não declarados às autoridades fiscais se inclui na ES porque pode não existir intenção deliberada de omissão. No entanto para Gutmann, o criador do método monetário de avaliação e a

quem é atribuída a paternidade do termo "Economia Subterrânea"

d) por vezes a mesma transacção está sujeita a várias taxas, pelo que, relativamente a um imposto pode ser declarada e relativamente a outro omissa.

e) os resultados obtidos por este método fiscal têm pouco interesse para comparações internacionais porque estão fortemente associados aos métodos de detecção de fuga ao fisco, e à estrutura da legislação fiscal de cada país.

f) os processos de auditoria podem ser eficazes apenas no que concerne ao falseamento das despesas dedutíveis para efeitos do cálculo do montante passível de imposto.

MÉTODOS DE ESTUDO DO MERCADO DE TRABALHO SUBMERSO

a) Como a taxa de participação é afectada por outros factores para além da submersão da mão de obra, a interpretação do seu declínio deverá também ter em consideração esses factores.

b) O confronto das estatísticas que se reportam ao mercado de trabalho tem como principal óbice à sua aplicação, a existência de diversos conceitos e amostras

MÉTODOS DIRECTOS

Os métodos directos embora possuam vantagens sobre os indirectos, porque se orientam para o funcionamento interno e atitudes perante a ES, produzem resultados bastantes insuficientes para o conhecimento da ES porque :

a) são de difícil realização defrontando-se com grandes resistências às respostas por parte dos entrevistados mesmo no caso as entrevistas a entidades qualificadas

b) incidem sobre uma amostra apenas representativa dela própria, porque o universo é desconhecido.

3.3.1. Avaliação das Actividades Subterrâneas em Portugal

Em Portugal, foram já efectuados vários estudos (v. quadro8) que se dirigem à medida e interpretação da ES no nosso país.

No que respeita à medida global do fenómeno, foram calculados valores para as últimas décadas pelos métodos monetários, e, independentemente das diferenças dos valores obtidos, todos os estudos concluem que o fenómeno ganha maior realce na década de 70.

As avaliações parciais até agora realizadas, nomeadamente a de M. J. Rodrigues e de I. S. Lobo, fornecem no entanto mais elementos informativos para a compreensão e intervenção sobre a ES. NO âmbito do primeiro daqueles trabalhos de investigação, foi construída uma metodologia de determinação dos sectores onde predomina o trabalho não declarado.(132)

Mas, para além da medida, o estudo das causas e natureza da ES e das suas relações com a política económica, tem também constituído preocupação de investigadores individuais e equipas. Registe-se pela dimensão do projecto e respectivos resultados o estudo desenvolvido por um grupo de trabalho constituído em 1983. No âmbito desse projecto, onde se integra parte do trabalho de Rodrigues já referido, foram realizadas entrevistas semi-directivas que são, até ao presente, as únicas fontes "directas" de informação sobre o sector. (133)

Do conjunto dos estudos referenciados, podemos concluir que a ES tem em Portugal alguma importância em certos sectores, embora no total assuma valores inferiores aos de outros países europeus.(134)

Além disso, a ES assume, em Portugal, formas específicas e originais, nomeadamente no que diz respeito ao trabalho atípico. Essa especificidade pode estar relacionada com as mutações económicas profundas ocorridas nas últimas décadas, com a importância reguladora do Estado, e ainda provavelmente com a existência de uma população agrícola ainda numerosa. Villaverde Cabral procede a uma análise bastante interessante da interligação das estratégias individuais e familiares dos assalariados industriais-camponeses e da sua participação no mercado não regulado. (135)

Quadro 7 - Estimação da ES por países segundo vários métodos

País	AUTOR	MÉTODO	% POP. Activa % PIB		Ano/Período
				%	
Austrália	Tucker (80)	M		10	1978/79
	Kirchgaessner (83)	M		8/12	1980
Alemanha Federal	Albers (74)	CN		9	1968
	Frey e Weck	O		8,3	1960-1978
	Petersen (82)	CN		4,8	1974
Austria	Franz (85)	O		25	1976
	Frey e Weck (82)	O		8,6	1960-1978
Bélgica	Mont (82)	M		15	déc.1970
	Frey e Weck (82)	O		11,5	1960-1978
	Frank (72-76)	CN		19-20-19	1965-1966 1970
	Frank (79)	CN		18	1976
Canadá	Mirus e Smith (81)	M		5-7/14/22	1976
	Frey e weck (82)	O		8,6	1960-1970
Dinamarca	Okonomske R&D (67,77)	CN		12-10-6	65-71-75
	Schneider (86)	M		3/8-6/14-7/12-6/4	60-70-75 80
	Frey e Weck (82)	O		11,8	1960-1978
Espanha	Lafuente (81)	M		23	1978
	Moltó (1980)	M		1	1979
	Frey e Weck (82)	O		6	1960-1978
Estados Unidos	Gutmann (77-79)	M		10-4	1976-1978 1979
				4-7-14	60-65-70- 75-84
				2,6-4;3/4,7	60-65;70-

M=MONETARIO

CN=CONTAS NACIONAIS

O=OUTROS

QUADRO 8

ESTIMATIVAS GLOBAIS DA ES PARA PORTUGAL

Proporção da ES no PIB (%)

Método	Tanzi	Tanzi	Gutmann	
Estudo	a)	b)	c)	d)
Anos	e)			
1958	3,6	6,0		2,4
1959	5,6	5,8		0,2
1960	3,7	5,2		1,5
1961	3,9	5,3		1,4
1962	3,6	4,9		1,3
1963	4,0	4,9		0,9
1964	0,0	4,7		4,7
1965	2,3	4,7		2,4
1966	5,1	5,1		0,0
1967	3,9	4,7		0,8
1968	3,9	4,8	0,0	0,9
1969	4,9	5,6		0,7
1970	4,5	6,4		1,9
1971	4,3	6,5		2,2
1972	4,5	6,4		1,9
1973	4,4	5,4		1,0
1974	4,7	6,7		2,0
1975	10,6	10,3		-0,3
1976	9,0	9,7		0,7
1977	10,4	9,1		-1,3
1978	9,3	7,6		-1,7
1979	7,2	7,8		0,6
1980	8,4	8,7		0,3
1981	8,4	11,2	21,8	2,8

Notas : a) Figueiredo, A. (coord) 1985 b) Cocco, R. e Santos, E. (1984)
 c) Santos, A. (1983) d) diferença entre os resultados da coluna b) e
 a) ambos obtidos por método idêntico. e) Os autores ajustaram três
 equações e seleccionaram os resultados de uma delas, que aliás
 não diferiam substancialmente das outras duas.

			4,5/6,1	75:80
	Feige (79-80-82)	M	22-28/33/27	1976-1979
	Frey e Weck (82)	O	8,2	1960-1978
	Porter (84)	M	16-27-47-57	75-79-81
				82
	IRS (79)	F	0,5-0,75	1976
	Palk (79)	CN	9-7-6-4	48-58-68
				77
		CN	3-4,5	1976
França	Rose (71)	CN	2,3	1965
	Barthelemy (82)	M	6-7	1979
	Frey e Weck	O	8,7	1960-1978
Finlândia	Frey e Weck (82)	O	7,6	1960-1978
Holanda	Frey e Weck (82)	O	9,2	1960-1978
Irlanda	Frey e Weck (82)	O	7	1960-1978
Israel	Ben-Porath e Brun (77)	CN	8,7	1974
Itália	De Grazia (80)	.	10	1975-1979
	Frey e Weck (82)	O	10,5	1960-1978
	Forte (79)	TN	20	1976
	Alvaro (79)	TN	14	1976
	Martino (80)	TN	25-33	fim de 70
	Done-Isid (80)	TN	10	1975
	Istat (80)	TN	13	1977
	Contini (81)	TN	14-20	1977
Japão	Frey e Weck (82)	O	3,9	1960-1970
Noruega	Klovland (80)	M	6-16	1960-1978
	Isachsen e outros (80)	M	6-2,3	1978-1979
Reino Unido	Macafee (80)	CN	3,5	1978
	IR (77)	CN	3,7	1977
	O Higgins (80 81)	CN	1-2	70-75-78
	Dalnot e Morris (81)	M	34-24-16-7	52-62-72-

	Dolnot e MoWis	CN	2/3	79
	Frey e Weck(82)	O	8,2	1977
				1960-1978
Suécia	Klovland (80)	M	7-17	1978
	Klovland (82)	M	4-6,6	1976
	Frey e Weck(82)	O	13,2	1960-1978
	Hansson (80)	CN	3-7	1970-1980
	Isachsen (80)	TN	40	1980
	Verdens Gang(80)	TN	26	1980
Suiça	Frey e Weck(82)	O	4,5	1960-1978

4. ENSAIO METODOLÓGICO DE DETERMINAÇÃO DOS SECTORES DA INDÚSTRIA TRANSFORMADORA PORTUGUESA COM MAIOR POSSIBILIDADE DE OCORRÊNCIA DE PRODUÇÃO LEGAL NÃO DECLARADA

4.1. INTRODUÇÃO

Propomo-nos aproximar o grau de enviesamento introduzido nas estatísticas industriais nacionais resultante da ocorrência de fenómenos de produção legal não declarada (PLND).

Os métodos de determinação da ES por sectores económicos seguem, como vimos no ponto 3., duas vias: os inquéritos directos e entrevistas semi-directivas, ou o confronto entre estatísticas. Para a efectivação da primeira alternativa deparámo-nos com os obstáculos inerentes a essa metodologia salientados no ponto 3.4. e que inviabilizavam a sua aplicação no imediato. A segunda via, embora interessante, já tinha sido aplicada, com a construção de uma metodologia inovadora cujos principais traços apresentamos no ponto 3.3.1.

Pareceu-nos portanto possível ensaiar a construção de um método que, recorrendo às estatísticas oficiais da produção permitisse identificar os sectores com maior incentivo e possibilidade de submersão, e por isso, com maior probabilidade de gerar uma subavaliação do produto nas contas nacionais.

A aplicação desta metodologia, de certa forma original, só foi possível graças à disponibilidade de uma série de estudos empíricos, cujos métodos analisámos em 3., e dos quais retivemos fundamentalmente:

a) os conceitos para os operacionalizar e confrontar com os conceitos e classificações utilizadas nas estatísticas portuguesas e para construir, caso possível, novas nomenclaturas ou adaptar as existentes.

b) os métodos, em particular aqueles que assentam

nos vestígios deixados nas estatísticas pelas formas atípicas de produção, e que confrontam informação reportada a idênticos universos.

c) as causas da submersão, porque sugerem os factores a analisar quando se pretende saber o grau aproximado de propensão e possibilidades à submersão.

Partimos do pressuposto básico que o estímulo e possibilidades de submergir quando abordámos a causas da ES, eram susceptíveis de ser "lidos" nas estatísticas oficiais, ou seja, que algumas actividades registadas exibiriam traços que, por serem comuns às actividades submersas constituiriam como que a ponta emersa de um 'iceberg' cuja parte imersa corresponderia à PLND.

É sem dúvida uma hipótese dura, mas a sua apreciação deverá ser efectuada em função da igual dureza de outras hipóteses formuladas no âmbito das metodologias de avaliação da ES, como sejam, por exemplo, a da constância do valor do rácio entre circulação monetária e depósitos à ordem no caso de não existir ES (no método Gutmann) e a da igualdade entre as produtividades do trabalho no sector subterrâneo e o no regulado (em alguns métodos de avaliação do trabalho não regulado).

Na construção e aplicação do método, sucederam-se as seguintes etapas:

1-Seleção do suporte informativo básico e dos sectores da indústria transformadora a serem estudados .

2-Escolha das características representativas dos incentivos e possibilidades de submersão e dos respectivos indicadores e variáveis .

3-Determinação dos indicadores e variáveis existentes nas estatísticas portuguesas, nomeadamente nas Estatísticas Industriais(EI) e Recenseamento Industrial(RE), susceptíveis de traduzir situações próximas das de submersão.

4-Determinação de núcleos de indicadores referentes à flexibilidade no mercado de trabalho, intervenção reguladora do Estado e características do processo produtivo. Discussão da qualidade dos vários indicadores e das possibilidades de cálculo .

5-Seleção e cálculo dos indicadores com base nos resultados da etapa anterior. Transformação dos indicadores em índices.

6-Hierarquização dos sectores industriais escolhidos com base em cada um dos índices e num índice agregado representativo das possibilidades e incentivos à submersão. Análise da sensibilidade dos resultados a variações na construção dos índices agregados.

7-Confronto dos resultados obtidos com os de estudos efectuados em Portugal e noutros países.

Em cada uma das etapas do métodos deparámo-nos com numerosos problemas metodológicos .Ao longo da sua apresentação aludiremos a eles e às soluções que adoptámos.

4.2.SUPORTE INFORMATIVO E PROBLEMAS DE COMPATIBILIZAÇÃO. SELEÇÃO DA AMOSTRA.

Da informação estatística sobre a indústria transformadora publicada em Portugal, usámos como suporte informativo preferencial as Estatísticas Industriais(EI), e o Recenseamento Industrial(RI). Recorremos ainda pontualmente a outras fontes que a tempo referiremos.

A utilização conjugada de várias fontes estatísticas envolve problemas de comparabilidade das amostras, conceitos, variáveis e nomenclaturas. No caso português podemos afirmar que, embora abunde informação sobre a indústria transformadora dificilmente se tornam comparáveis dados provenientes de fontes diferentes. Tal facto, colocou-nos alguns problemas relativamente aos seguintes aspectos:

a) Nível de desagregação

As EI e o RI apresentam um nível de desagregação respectivamente de três e seis dígitos segundo a CAE -versão 1973. Os ramos considerados na matriz de entradas e saídas das contas nacionais (1977-1981) incluem por vezes sectores de distintas classes da CAE. Os quadros de Pessoal utilizam a classificação cae-versão 1973 a dois dígitos e as Estatísticas dos Salários exibem idêntico nível de desagregação.

Como pretendemos trabalhar com um elevado nível de desagregação (seis dígitos), comparámos, sempre que necessário, os valores das EI com os da correspondente classe nas restantes estatísticas.

b) Amostras e unidades de inquirição

As Estatísticas Industriais inquirirem cerca de 18 000 estabelecimentos da indústria transformadora enquanto que o Recenseamento Industrial teve como objecto uma cobertura exaustiva do universo com base em ficheiros do INE e também do Ministério da Indústria, Repartições de Finanças, Associações Patronais, Registo Nacional de Pessoas colectivas e Segurança Social. Dos nove distritos já publicados foram inquiridos cerca de 7 000 estabelecimentos.

As Estatísticas dos Salários 1980-1985 são compostas pelas Estatísticas de Ganhos e Estatísticas de Custos da Mão de Obra (EG e ECMO). As primeiras assentam numa amostra retirada do ficheiro do Inquérito Anual à Indústria Transformadora, por um método de amostragem que assegura a representação das unidades com menor dimensão em termos de pessoal ao serviço, e que abrange 3500 estabelecimentos. As segundas, apoiam-se numa amostra de 3000 estabelecimentos, com base no ficheiro anual das Indústrias Transformadoras. Também aqui a distribuição da amostra, feita proporcionalmente à raiz quadrada do pessoal ao serviço, assegura uma representação das unidades de menor dimensão.

Os Quadros de Pessoal, baseando-se numa unidade estatística diferente das anteriores, a empresa, pretendem

ser exaustivos do universo. Em 1984, cerca de 24000 empresas enviaram os Mapas de Pessoal para o Serviço de Estatística do Ministério do Trabalho, entidade responsável pelo tratamento dessa informação.

Os Quadros de Pessoal parecem conseguir a melhor cobertura do universo porque, embora as 23713 empresas respondentes em 1984 não possam ser comparadas com os 18000 estabelecimentos do ficheiro (apenas responderam em 1984 13.903) onde assentam as Estatísticas Industriais do INE, é pouco provável a existência de quase duas empresas por estabelecimento e o total de pessoal ao serviço é para a indústria transformadora de 656365. (Dezembro 1984) com base nas Estatísticas Industriais e de 856959 (Março 1984) segundo os Quadros de Pessoal.

A discrepância entre as amostras das EI e dos QP, não seria tão importante se existisse uma certa homogeneidade entre as características de ambas. Mas, por exemplo, enquanto a dimensão medida pelo número de trabalhadores nas EI para estabelecimentos com menos de 10 trabalhadores corresponde a 45,5% (1981) do total, já nos QP e para o mesmo ano (1981), cerca de 53% das empresas têm essa dimensão.

As classes de mais pequena dimensão, que se revestem para nós de bastante interesse, são cobertas de modo bastante incompleto. O INE reconhece que em especial o escalão menor (menos de 10 pessoas) se encontra coberto de forma deficiente pelo Inquérito Anual, e os resultados obtidos não deverão ser inferidos para o conjunto da Indústria Transformadora. O Recenseamento Industrial, presentemente em curso, recolhe um volume de informação superior para as empresas com mais de cinco trabalhadores.

Outro exemplo da escassez de informação sobre as pequenas empresas, é o facto de nas Contas Nacionais a unidade Famílias incluir as famílias enquanto consumidores e "na sua função de empresários individuais se as suas operações de repartição e as financeiras não forem separadas das do seu proprietário" e de nessa unidade serem ainda incluídas "todas as

empresas individuais não compreendidas nas quase sociedades" (139)

Se preferimos utilizar as fontes estatísticas do INE foi por nelas serem incluídas mais variáveis caracterizadoras do sector industrial que nas restantes fontes, mesmo com o prejuízo da amostra não ser tão representativa como a que serve de base à construção dos Quadros do Pessoal do Ministério do Trabalho.

c) Actualidade da informação

As últimas Estatísticas Industriais publicadas (volume II Industrias Transformadoras) reportam-se a 1982, os dados ainda provisórios e parcelares do Recenseamento Industrial reportam-se a 1984 e os últimos quadros de entradas e saídas disponíveis são de 1981.

Optámos por trabalhar principalmente com os dados de 1981 porque para o mesmo ano foram publicados o Inquérito ds Receitas e Despesas Familiares e o XII Recenseamento Geral da População, existindo quadro de relações intersectoriais para esse ano. Portanto, esta evidente desactualização permite o confronto com outros estudos para eventual aprofundamento da pesquisa.

d) Diversidade de conceitos

Os conceitos do Recenseamento Industrial são idênticos aos das Estatísticas Industriais. No entanto o primeiro inclui variáveis que não constam das segundas, (como os Impostos Indirectos e os Subsídios) e algumas rubricas exibem um maior nível de desagregação, tal é o caso das "Máquinas e outro Material" que são decompostas em "Equipamento Industrial" "Activos Incorpóreos" e "Outros Bens de Capital Fixo" da "Energia consumida" que é decomposta em "Combustíveis" e "Electricidade" e dos "Materiais Consumidos" que são decompostos em "Materiais", "Matérias Primas e Subsidiárias" e "Outros Materiais". (Quadro XXIII)

Face As condicionantes salientadas em a), b), c) e d) escolhemos como fonte preferencial as EI de 1981, e de cada um dos vinte e oito sectores aí considerados

(agregação a três dígitos) analisámos um subsector

O critério de escolha seguido foi o do contributo do subsector para o VAB da classe a três dígitos em que se inclui. Em anexo, No Quadro I, dá-se conta dos resultados dessa selecção.

O recurso ao critério da ponderação no VAB, sendo um dos vários possíveis, parece-nos mais simples e adequado ao fim em vista. A utilização das ponderações usadas pelo INE para a construção do Índice de Produção Industrial calculado em percentagem relativamente ao total do valor acrescentado de cada classe, embora conduzisse a resultados idênticos (pois apenas quatro subsectores seriam diferentes) reporta-se ao ano de 1970. A opção por uma única variável em vez de um índice ponderado constituído pelo VAB, Investimento e Pessoal, pareceu-nos ser também de afastar, porque o fim último da nossa análise relaciona-se com as possibilidades de subavaliação do produto industrial.

Foram assim seleccionados os 28 subsectores a seis dígitos que maior contributo deram para o VAB da classe a três dígitos em que se integram. A amostra não é portanto representativa em igual grau de cada uma das classes embora 18 desses sectores representem mais de metade do VAB dentro da respectiva classe. (Quadro I e II)

4.3. INDICADORES DO INCENTIVOS E POSSIBILIDADES DE SUBMERSÃO

O conjunto de indicadores construídos apoia-se nos factores identificados na literatura consultada como estimulando as actividades irregulares. Os resultados dos inquéritos directos e entrevistas semi-directivas foram particularmente valiosos. (v. ponto 3.2.)

A intervenção reguladora do Estado nas suas múltiplas formas constitui, como vimos, factor de estímulo à submersão. Assim, o nível de fiscalidade, a legislação respeitante ao delito económico a legislação laboral, a regulamentação de preços e o controle de margens de comercialização, são factores que afectam a

entrada no subterrâneo.

Para além destes factores poderemos ainda citar a organização sindical, a atitude da sociedade para com as actividades subterrâneas, a escassez de bens e serviços no mercado regular, o desemprego, e a dificuldade de adquirir certas matérias primas no mercado regular.

A existência de estímulos à submersão é condição necessária mas não suficiente para que uma empresa se decida por submergir totalmente a sua actividade industrial.

Actividades em que as ligações à montante e à juzante se estabelecem fundamentalmente com o Estado ou Empresas Públicas, que são tecnicamente inviáveis abaixo de uma dada dimensão, que exigem montantes elevados de capital financeiro para se constituírem e laborarem, que não têm possibilidade de decompor e descentralizar o processo produtivo pelo recurso ao trabalho domiciliário ou à subcontratação, são actividades onde dificilmente a empresa subterrânea se instala.

A rigidez do mercado de trabalho frequentemente apontada como a geradora de ES, pode ser entendida na dupla perspectiva das possibilidades de despedimento e das remunerações da mão de obra. A utilização de pessoal com laços legais, precários ou nulos, em relação à empresa, (trabalhadores a prazo, à peça ou à tarefa, trabalhando dentro ou fora da empresa, por vezes no domicílio), é expressão dessa flexibilidade.

Quanto ao segundo aspecto, as oportunidades de redução das remunerações salariais dependem do nível de desemprego, da população potencialmente activa que afe de rendimentos não salariais como reformas, pensões, subsídios nomeadamente de desemprego, e outros benefícios da Segurança Social (assistência médica e medicamentosa etc), das possibilidades de fuga aos descontos para a Segurança Social, das condições de admissão de trabalhadores menores de 18 anos etc.

Traduzir por indicadores os vários fenómenos que positiva ou negativamente influenciam a ES envolve bastantes problemas. Os indicadores que propomos deverão

entender-se como uma mera aproximação a um tipo de medida que ainda não mereceu suficiente atenção.

Do conjunto de indicadores definidos (Quadro 6) tivemos que seleccionar aqueles que podiam ser calculados através das EI ou de outra fonte com elas comparáveis. Assim, em função da informação disponível, consideramos os vários indicadores de possibilidade e incentivo d submersão, associados em três grupos:

- 1- Intervenção reguladora do Estado
- 2- Flexibilidade no mercado de trabalho
- 3- Características do processo produtivo

a) Indicadores da intervenção reguladora do Estado

A acção reguladora do estado é exercida no plano económico e no juridico. Neste último, torna-se particularmente difícil a quantificação. As infracções ds regulamentações económicas (delitos contra a economia nacional, contra a concorrência, fiscais e aduaneiros e cambiais quando não são punidos, constituem certamente um factor de estímulo à ES. Haveria portanto que relacionar o enquadramento juridico das actividades económicas com o nível de eficácia do sistema fiscalizador e do aparelho judicial.

Vimos no modelo de fuga ao fisco por parte da empresa (2.2.2.) como era importante determinar, para a estimação do modelo , a probabilidade de ser detectada a fraude fiscal .No caso mais geral do delito económico essa probabilidade também é impossível de calcular.No entanto ,uma comparação entre os processos instaurados e as respectivas condenações , o cálculo do periodo em que ocorre o delito e a data de condenação (elemento bastante importante em países com mecanismos judiciais lentos e em contexto inflacionário). forneceria alguns elementos.

O volume de legislação por tipo (leis, decretos lei, portarias etc) publicado para cada um dos sectores considerados no total da legislação para a indústria transformadora poderá ser também uma aproximação d

medida de intensidade de regulação em determinado sector.

A acção reguladora do Estado no domínio laboral, fiscal e comercial poderá ser apurada por um exame e classificação da legislação publicada.

Uma questão fundamental para o estudo da ES em Portugal, é o facto de o Sector Empresarial do Estado ter uma dimensão considerável o que inviabiliza ou dificulta bastante a penetração no subterrâneo de alguns sectores, e traduz um nível de possibilidade de regulação elevado.

Relativamente à pressão fiscal, a informação disponível também não é abundante.

Um confronto com as estatísticas e registos fiscais poderia fornecer indicações adicionais. Contudo, as Estatísticas Fiscais em Portugal apenas cobrem as empresas do Grupo A.

A fixação de preços e margens para os produtos finais e matérias primas efectuada pelo Estado não são contempladas nas estatísticas o que constitui uma importante lacuna já que, ao contrário da legislação laboral, são bastante distintos os graus de intervenção segundo os sectores de actividade.

2-FLEXIBILIDADE DO MERCADO DE TRABALHO

Julgamos poder em relação à flexibilidade no mercado de trabalho encontrar traços na economia registada que representem indícios de ES. O trabalho ao domicílio, a importância dos trabalhadores não remunerados e de trabalhadores menores de 18 anos encontram-se entre esses indicadores indirectos.

O conceito de "trabalhador ao domicílio" das EI não coincide com o de outros autores que abordam o problema (140). Para as EI, o "pessoal à tarefa no domicílio" é constituído pelas pessoas que "durante o ano trabalham para o estabelecimento em regime de

120.

tarefa-geralmente pagas à peça-e que exercem a sua actividade fora do estabelecimento, normalmente no próprio domicilio" (141). O conceito usado especifica claramente que não deve ser confundida esta actividade com a de "serviços recebidos de terceiros".

Para efeitos de cálculo, considerámos que os trabalhadores ao domicilio poderiam ser integrados totalmente na categoria de operários.

Os trabalhadores não remunerados, que são constituídos pelos proprietários em nome individual ou em nome colectivo, que "participam efectivamente na actividade do estabelecimento, sem receberem remuneração regular" e ainda os "familiares que trabalham no estabelecimento, pelo menos durante um terço da duração de trabalho considerado normal no estabelecimento, sem receberem remuneração regular a troco do seu trabalho" é uma categoria incluída nas EI que dá uma ideia do tipo organização e gestão da empresa. (142)

No RI essa categoria não é especificada, sendo eventualmente classificada nos trabalhadores a tempo parcial ou nos dirigentes.

O grau de organização sindical, a dimensão da empresa e o desemprego na região são factores que afectam a flexibilidade do mercado de trabalho.

Os dados do Censo, poderão ser usados para a determinação regional do desemprego em relação à organização sindical. Em relação à organização sindical, as Estatísticas da Segurança Social, Associações Sindicais e Patronais, fornecem alguns elementos.

3- CARACTERÍSTICAS DO PROCESSO PRODUTIVO

Ao contrário do Recenseamento Industrial de 1972, o de 1984 não contempla os valores de capital fixo pelo que nos tivemos de socorrer da avaliação indirecta.

Das 3 estimativas de stock de capital, adoptámos aquela que, incluindo valores para 1981, apresentava o sector da indústria transformadora a um nível mais desagregado. (143)

As Amortizações, correspondem ao valor da operação contabilística e são por isso um indicador pouco fiável do capital fixo efectivamente existente.

A própria nomenclatura usada para o capital fixo no RI, se bem que mais completa que as EI não facilita o conhecimento do tipo de capital adquirido. Os "activos incorpóreos" incluem por exemplo patentes o que poderia aproximar o nível tecnológico dos sectores, mas também trespasses e campanhas publicitárias etc., que nada têm a ver com aquele nível.

Um caso ainda mais flagrante de inadequação das classificações estatísticas às necessidades de informação do investigador que se debruça sobre a composição do capital, é o de os computadores, serem incluídos numa rubrica residual, denominada "Outros bens de capital fixo", que inclui embalagens, utensílios, mobiliário etc.

A descentralização da produção pode ser efectuada remetendo para trabalhadores domiciliários ou outras empresas determinadas fases do processo produtivo. Será portanto de esperar que as maiores unidades sejam aquelas que proporcionalmente recebem mais serviços industriais e as pequenas aquelas que mais os fornecem. Esses fluxos de serviços industriais, encontram-se no entanto muito dependentes do tipo de produção.

Um consumo elevado de electricidade relativamente aos inputs totais revela possibilidade de decomposição do processo produtivo, enquanto que um elevado consumo de combustíveis traduz uma situação inversa. A substituição do vapor pela electricidade, constitui mesmo segundo Ikonicoff uma mutação extraordinária nas possibilidades de descentralização. (144)

A caracterização da qualidade dos factores produtivos está longe de ser satisfatória. A informação disponível em relação ao trabalho, por exemplo, inclui de forma agregada o Pessoal administrativo e o técnico, quando só o primeiro tem a ver com o nível técnico do sector.

Relativamente às "Marcas e Patentes", como indicador de fluxo que é, tem fraca qualidade, reflectindo fenómenos de natureza conjuntural. O indicador alternativo ideal seria o do Stock de marcas e Patentes. (145)

As E.I. publicam a parcela de FBCF constituída por bens de capital usados, entendendo-se estes como "todos os que já foram objecto de utilização no país". Nessa rubrica inclui-se ainda "o valor das reparações e modificações importantes" (146). Consideramos esta informação com bastante interesse, porque permite, embora de forma indirecta avaliar o nível tecnológico do sector. Se a FBCF for efectuada à custa de equipamento já usado, pode admitir-se que ele terá um baixo nível tecnológico. Mas mesmo a FBCF realizada à custa de equipamento usado, pode ser subavaliada porque "os bens de capital usados importados do estrangeiro, são considerados como novos" (147)

QUADRO 6

INDICADORES DA INTERVENÇÃO REGULADORA DO ESTADO, FLEXIBILIDADE DO MERCADO DE TRABALHO E CARACTERÍSTICAS DO PROCESSO PRODUTIVO

1 - INTERVENÇÃO REGULADORA DO ESTADO

- * Contribuições Patronais para a Segurança Social/Despesas com o pessoal (EI)
- * Empresas públicas
- * Impostos Indirectos/VBP(RI)
- * Subsídios/VBP(RI)

2-FLEXIBILIDADE DO MERCADO DE TRABALHO

- * Remunerações pagas ao pessoal à tarefa ao domicílio/Remunerações do Pessoal Operário (EI)
- * Montantes pagos a operários, remunerados à tarefa, por trabalhos executados, fora do estabelecimento/remunerações ilíquidas dos operários (RI)
- * Pessoal não remunerado/Pessoal Total (EI)
- * Pessoal a tempo parcial/Pessoal total (RI)
- * Pessoal operário menor 18 anos/Pessoal operário total (EI)
- * Pessoal menor de 18 anos/Pessoal Total (RI)
- * Dimensão média empresarial (EI, RI)
- * Número de empresas com menos de 5 trabalhadores/número total de empresas (RI, EI)
- * Número de desempregados em categorias específicas no distrito/concelho de predomínio do sector/total da população activa no mesmo distrito/concelho (Censo da população)
- * Dispersão do custo da mão de obra por classe de dimensão da empresa (ECMO).
- * Remuneração média por hora de trabalho operário (EI)
- * Organização sindical (ESS, AS e AP)

3 - CARACTERÍSTICAS DO PROCESSO PRODUTIVO

a) Intensidade Capitalística

- * Capital fixo/VBP (-)
- * Capital fixo/Trabalhadores (-)
- * Amortizações de capital fixo/VAB (RI)

b) Possibilidades de decomposição e descentralização do processo produtivo

- * Pessoal à tarefa ao domicílio/Pessoal operário total (RI, EI)
- * Serviços Industriais recebidos/Consumo industrial (RI)

- * Trabalhos Industriais executados sob contrato ou à comissão por terceiros/Materiais, energia e serviços comprados (EI)
- * Serviços Industriais prestados a terceiros/VBP(EI)
- * Serviços Industriais de Reparação e Manutenção prestados/VBP industrial (RI)
- * Energia consumida /total consumos (EI)
- * Combustíveis comprados/Consumo industrial(RI)
- * Desvio padrão dos estabelecimentos por dimensão (EI,RI)
- * Electricidade consumida/Consumo Industrial(RI)
- * Unidades com mais de 50 trabalhadores /Unidades totais (RI,EI)

c) Nível técnico

- * Remunerações do Pessoal Administrativo e Técnico /Total de ordenados e salários (EI)
- * Remunerações Empregados/Remunerações Operários(RI)
- * Intensidade Capitalística (-)
- * Utilização de Marcas e Patentes /Consumos Industriais e não Industriais(RI)
- * Patentes e Marcas/Materiais e Energia Consumidos e Serviços Comprados (EI)
- * Aquisições de equipamento industrial /Total de aquisições de Bens de Capital fixo (RI)
- * Máquinas e outro material/FBCF (EI)
- * FBCF novo/FBCF total (EI)

(EI)= Estatísticas Industriais
 (RI)= Recenseamento Industrial
 (ESS,AS e AP)= Estatísticas da Segurança Social, Associações Sindicais e Associações Patronais

(-)-Outras

4.4. Apresentação e discussão dos resultados

Os indicadores foram seleccionados com base nas variáveis para que existia informação disponível e referida à mesma amostra (Q VIII) foram calculados (QIX)

Os valores em termos absolutos para alguns dos indicadores são bastante baixos. É o caso do peso das remunerações do pessoal ao domicílio no total das remunerações onde o valor máximo não chega a atingir os 2%. No entanto, como procuramos apenas nas EI os sinais da possibilidade de ocorrência de EI preocupamo-nos principalmente com a posição relativa dos vários sectores face a cada um dos indicadores calculados.

Uma análise do Quadro QIX permite-nos desde já chegar às seguintes conclusões: o sector da Panificação destaca-se dos restantes pelos valores extremos que exhibe. Assume o valor máximo quanto ao peso do pessoal não remunerado e no número de empresas com menos de cinco trabalhadores. Por outro lado tem valores mínimos quanto à ligação com outras empresas em serviços recebidos ou prestados, o que resulta, naturalmente, da natureza dos inputs deste sector e da forte ligação à procura final.

Ainda para a panificação, note-se que cerca de 40% da FBCF foi efectuada 'custa de máquinas usadas', ou apenas haove lugar a reparações. O valor na panificação para trabalho de menores de 18 anos, embora acima da média não é tão importante como noutros sectores. Este facto poderá dever-se ao carácter nocturno da laboração desses estabelecimentos.

O sector da pasta de papel, sem trabalhadores ao domicílio, com um elevado nível de concentração, com ténues ligações em termos de prestação e recebimento de serviços, enquadra-se perfeitamente no grupo dos sectores onde as possibilidades de submersão é baixa. Acresce ainda o facto deste sector ser controlado indirectamente pelo Estado que participa no capital de uma grande empresa.

Nas refinarias ,sector totalmente coberto pela nossa amostra ,está ausente o pessoal ao domicilio ou familiar não remunerado, predominando as unidades de grande dimensão.O valor nulo para as marcas e patentes, faz ressaltar a fragilidade daquele indicador como aferidor do nível técnico do sector. O equipamento investido é na sua totalidade novo.

O sector do vidro revela grande rigidez relativamente ao factor trabalho, segundo os indicadores que utilizámos, além de uma forte concentração (não existem, ou melhor não responderam ao inquérito estabelecimentos com menos de 5 trabalhadores) e consumo energético.O valor máximo para aquisição de patentes e marcas para o ano em análise,relaciona-se, possivelmente, com o reapetrechamento operado neste sector, visando diminuir os consumos energéticos.

O sector de Materiais de Barro apresenta um peso máximo para os gastos em energia no total dos consumos. No entanto, não existem estabelecimentos com mais de 500 trabalhadores .

Na Laminagem de ferro e aço a uma dimensão elevada , associa-se, como seria de esperar , uma ausência de trabalho ao domicilio,pessoal não remunerado e trabalhadores com menos de 18 anos.

Quanto aos Barcos Metálicos apresentam um mínimo de contribuição para a segurança social e de capital novo no total. Esta situação pode resultar da crise por que passa o sector e de existirem nele remunerações em atraso , ou dívidas à Segurança Social.

Relativamente aos indicadores , a importância do pessoal ao domicilio no sector das Químicas Base é algo surpreendente , mas um estudo mais detalhado revela que a esmagadora maioria desse pessoal se concentra no distrito de Leiria . Como nesse sector são produzidas as colas ,tintas ,vernizes, etc poderão tratar-se de resinheiros , que efectuem um processamento rudimentar da matéria prima ou de pessoal encarregue de rotulagem e embalagem. O sector de calçado exhibe também um valor elevado para o trabalho ao domicilio.

Os valores mais elevados para os operários com menos de 18 anos, ocorre no sector do calçado (que a nossa amostra cobre a 100%), onde cerca de 13% se encontram nessa categoria.

Para passarmos a uma análise que apenas estudasse o peso relativo de cada um dos indicadores propostos nos vários sectores, e porque os indicadores possuem ordens de grandeza bastante distintas, procedemos de duas formas alternativas :

a) Transformámos os indicadores em índices, pela fórmula :

$$I = \frac{100 \times (i - i_{\min})}{(i_{\max} - i_{\min})}$$

em que i = valor do indicador para o sector i

i_{\min} = valor mínimo assumido pelo indicador na série considerada

i_{\max} = valor máximo assumido pelo indicador na série considerada

Os resultados obtidos apresentam-se no Q XI.

Como uns factores influenciam negativamente e outros positivamente a submersão, atribuímos um valor negativo aos que não contribuem para a submersão (por exemplo estabelecimentos com mais de 500) e um positivo para os que a estimulam ou facilitam. A soma de todos ou de grupos de índices para cada um dos sectores dá a sua posição relativa quanto à entrada no subterrâneo. (Q XII)

b) A outra via de ordenação dos sectores foi também muito simples. Ordenámos os sectores em relação a cada um dos indicadores, uns por ordem crescente, outros por ordem decrescente (por exemplo em relação aos trabalhadores não remunerados ordenamos por decrescentemente, mas em relação ao capital novo no total do capital ordenámos de modo crescente. O resultado dessa ordenação é apresentado em (X II).

Atribuímos depois a cada um dos sectores as seguintes ponderações :

2 se constituia o valor máximo ou mínimo (conforme o factor que se pretendia medir influenciasse positiva ou negativamente a submersão)

1 se se encontrava acima (ou abaixo) da média

0 se se encontrava abaixo(ou acima) da média

A análise dos dados obtidos a partir do primeiro método, leva-nos a concluir que os sectores onde é mais flexível a mão de obra são: o da panificação, calçado e e curtumes e fabricação de artigos de vestuário em série (considerando apenas os indicadores relativos ao pessoal ao domicílio, não remunerado e menor de 18 anos-flexmo1); quando se utiliza outro indicador (a dimensão-flexmo2) os sectores os resultados não diferem substancialmente dos obtidos com o primeiro indicador. Os sectores com menor flexibilidade são: Malte e Cerveja, Tabaco, Pasta de Papel, Refinarias, Fabrico de Pneus, Construção e Reparação de Barcos, Fabricação de Aparelhos de rádio e tv e material de telecomunicações, e ainda laminação de ferro e aço.

No que concerne às possibilidades de descentralização, considerando apenas a importância energética e a existência de trabalho ao domicílio, (desc1) salientam-se a Confecção de Artigos de Vestuário em Série, a industria de Curtumes e o Fabrico de Calçado, como sendo os sectores que maior facilidade têm em descentralizar a sua actividade. O fabrico de material de barro para construção e as industrias de fusão do vidro surgem como as de maior dificuldade de descentralização.

Analisando as possibilidades de descentralização, mas recorrendo agora a um indicador que inclui o anterior e ainda os serviços recebidos(desc2), a posição altera-se ligeiramente ficando em lugar de maior realce o sector da Confecção de Artigos de vestuário e série, os Curtumes e o Calçado. O sector de Construção e Reparação de Barcos apresenta um valor muito elevado em

virtude de receber um volume considerável serviços industriais de outras empresas, mas não traduz, neste caso concreto uma situação de descentralização

Quanto ao nível técnico, se avaliado por um indicador englobando apenas o peso dos ordenados e salários em relação às remunerações do pessoal, e a parcela nova da FBCF (nívetec), conclui-se que os sectores menos exigentes tecnicamente são o da Panificação, Artes Gráficas e Fabricação de Especialidades Farmaceuticas e Construção e Reparação Naval. é um resultado algo estranho especialmente no que concerne aos dois últimos sectores. Se for incluída uma terceira variável (as marcas e patentes -tec 2)) as conclusões são sensivelmente idênticas. Só um estudo aprofundado de cada um daqueles sectores poderia revelar a razão destes resultados. Como as patentes e marcas são um indicador de fluxo, porque se trata das aquisições e não o stock, não vão rectificar possíveis erros de leitura que ocorram apenas com o primeiro índice agregado.

Se recorrermos aos resultados obtidos pelo segundo método já enunciado, as conclusões são as seguintes :

-os sectores com maior possibilidade de submersão surge o da Panificação, de Mobiliário, Curtumes, e ainda as indústrias básicas de metais não ferrosos. Aqueles que maior dificuldade oferecem, em função da nossa grelha de selecção são o sector das Cervejas, indústrias fundamentais ou de fusão do vidro, e obtenção de laminagem de ferro e aço..

-em relação à flexibilidade do mercado de trabalho, é novamente o sector da panificação e ainda os curtumes e fabricação de produtos químicos de base com excepção dos adubos que ocupam uma posição mais favorável. (coluna flextra)

-se considerarmos como indicador da flexibilidade apenas o pessoal doméstico e os operários menores de 18 anos, (coluna odome18) destacam-se os sectores da Panificação, os Curtumes, Calçado, a cortiça e as artes

gráficas.

- as possibilidades de descentralização são ,segundo os nossos resultados , maiores na Panificação, Alimentos para animais, Tabaco, Curtumes, Cortiça, Mobiliário, Artes Gráficas , Laminagem de ferro e aço, e artes gráficas e o fabrico de material óptico. (coluna desc)

- se ao valor total adicionarmos os valores resultantes dos coeficientes de intensidade capitalística e o coeficiente capital produto que se considera representarem indirectamente o nível técnico das actividades económicas ,e se entendermos essa característica como um desincentivo a penetrar nas actividades não reguladas (coluna toegep) são os sectores da Panificação, Curtumes Mobiliário, Industrias básicas de metais não ferrosos as que poderão submergir com mais facilidade.

Pelos resultados obtidos, parece que a transformação em índices produz informações mais coerentes, que pelo segundo método

Effectuámos ainda alguns calculos tendentes a saber se não existiriam alguns indicadores redundantes, ou seja, que nada acrescentavam à informação já fornecida por outros.

Os resultados das correlações que estabelecemos, apontam para um R2 muito baixo entre variáveis que era de supor apresentarem alguma relação . Assim, e com base nos dados disponíveis e na análise de correlação linear, podemos afirmar que : existe uma correlação extremamente baixa entre as empresas de grande dimensão e o recurso a serviços industriais de terceiros e o consumo de energia, existe uma fraca correlação entre a produtividade e a dimensão, o pessoal domiciliário e o pessoal não remunerado, entre o pessoal ao domicilio e os trabalhadores com menos de 18 anos, e entre a produtividade e o capital novo. existe uma correlação que embora superior às restantes é dupla daquelas (0,48) entre a produtividade média e o nível médio de remunerações .

Estes resultados para além de suscitarem interesse

por futuras investigações quanto à existência ou não de economias de escala e determinantes da produtividade industrial, permitem para já considerar que alguns dos indicadores que utilizámos conjuntamente não são redundantes.

A flexibilidade da mão de obra determinada para o sector de Confecção e Vestuário, vem ao encontro do reconhecimento oficial de que neste sector se recorre, em especial em períodos de grande procura a "encomendas à tarefa a trabalhadores por conta própria"

Os dados ainda provisórios do RI para 1984, a partir dos quais já calculámos indicadores idênticos aos das EI (Q.Xv a XvIII) corroboram as conclusões anteriores, em particular quanto à flexibilidade da mão de obra.

Poderíamos ainda relacionar essa flexibilidade com o nível de desemprego existente na região, inquirido pelo Recenseamento Geral da População. Por exemplo, no distrito de Braga, onde os trabalhadores nas indústrias de vestuário e calçado representavam 75% do total dos trabalhadores industriais desse distrito (Estatísticas Industriais 1981) existe um nível de desemprego de 9-12% e um número elevado de inquiridos com menos de 12 anos declarou-se activo e alguns à procura de novo emprego. é portanto bastante provável que nesta região proliferem certas formas de trabalho atípicas

Embora maior parte das avaliações de ES conduzam a resultados globais, existem já alguns estudos que, por apresentarem valores de ES desagregados sectorialmente, tornam possível uma análise comparada dos resultados que obtivemos.

Esse confronto torna necessário estabelecer uma equivalência entre as actividades. Por outro lado, como nenhum dos estudos conhecidos trabalhava com uma amostra a um nível de desagregação tão elevado como o nosso, considerámos, para efeito de comparação a classe de actividade em que o subgrupo da nossa amostra se incluía.

Dessa análise comparada (Quadro XXI) resulta que, os resultados de Rodrigues não se afastam substancialmente dos presentes, embora o nosso objectivo não tenha sido o de avaliar o trabalho atípico. Também os sectores onde é mais frequente a presença de ES noutros países são basicamente coincidentes com os que resultaram da nossa análise.

4.5. Limites do método e propostas de aperfeiçoamento e desenvolvimento

Reconhecemos que o método que ensaiámos enferma de inúmeras limitações ao nível do suporte informativo em que se apoia, dos pressupostos de que parte, dos indicadores a que recorre e da sua técnica de análise.

Relativamente aos problemas levantados pela base de dados utilizada já nos referimos em 4.2.

As hipóteses de partida quanto às possibilidades e incentivos à submersão deveria ter sido melhor fundamentada. O recurso à informação já recolhida em Portugal, nomeadamente através de entrevistas semi directivas facultaria eventualmente dados mais seguros para a escolha dos indicadores e até para a sua ponderação de forma diferenciada, quer em função da sua importância na determinação do fenómeno, quer até da própria qualidade da informação em que assentam.

Ao assumirmos que as actividades industriais subterrâneas teriam certos aspectos em comum com as registadas procedemos a uma enorme simplificação, porque considerámos que era nos sectores em que já existiam possibilidades de fraccionamento e descentralização do processo produtivo, baixo nível técnico, pequena escala produtiva e flexibilidade da mão de obra que haveria maior possibilidade de se verificarem fenómenos de ES. Ou seja, nos sectores onde já existe um certo grau de "informalidade" é que seria maior a probabilidade de ocorrência de ES. Veja-se por exemplo as definições de sector informal de Hugon e Sethuraman que apresentámos no ponto 1.1.2. que quase incluem no EI todas as características que analisámos neste ponto, a saber: escala de produção, grau de assalariamento, carácter familiar, técnicas de intensidade em trabalho.

Mas a leitura indirecta das actividades subterrâneas a que procedemos arrisca-se também a ser fortemente enviesada pela deficiente cobertura estatística das unidades "informais". As EI chamam a atenção exactamente para o facto dos resultados para as pequenas unidades serem de pior qualidade em termos de representatividade desse sub-universo. Portanto, relativamente às pequenas unidades dois factores distintos confundem os seus efeitos na subavaliação pelas estatísticas nacionais do produto: deficiências de cobertura estatística por ineficácia do "sistema captador" (e neste caso as actividades podem ser reguladas) ou então por omissão deliberada por parte do "agente emissor" (e nesse caso tratam-se de actividades não reguladas subterrâneas)

Julgamos que, para assegurar uma perfeita cobertura do universo das pequenas empresas e do artesanato deveria ser efectuado em Portugal um Inquérito ao Artesanato a exemplo do que já se realiza em França há vários anos. Para além da quantificação dessas empresas artesanais, seria também importante conhecer o tipo de relações que estabelece com o sector industrial e as características e comportamentos dos agentes nele envolvidos. As empresas industriais com menos de 10 activos representavam em 1981 cerca de 46% do total, no entanto a essa importância numérica não corresponde uma atenção especial na elaboração dos inquéritos com vista ao conhecimento de um maior número de itens. Talvez para não aumentar o número de "não respondentes" as entidades que elaboram os inquéritos, quando fazem duas versões questionário por tipo de dimensão da empresa optam por reduzir o número das questões, estando geralmente as dirigidas às pequenas empresas contidas integralmente no questionário para as grandes. É exemplo deste procedimento o último Recenseamento Industrial (RI).

Dado o carácter rudimentar dos processos de análise e dos inputs informativos usados não é possível determinar com rigor, ou associar qualquer nível de probabilidade à parcela de produção industrial eventualmente omissa nas contas nacionais. Mas, para além disso, os sistemas estatísticos são construídos de forma a ser possível uma certa filtragem dos dados.

Em Portugal a economia subterrânea, pelo menos a parcela de produção legal não declarada é já incluída nas contas nacionais. Segundo opinião de um técnico responsável do INE a parte omissa será sensivelmente idêntica à parte abrangida. Se nos lembrarmos que as avaliações feitas para o nosso país pelos métodos indirectos apontam para valores desde os anos 70 entre 5% e 10% em relação ao valor total do PIB (se exceptuarmos o valor de 20% calculado para 1980 pelo método Gutmann), e se levarmos em consideração que esses estudos também referem que uma parte já se encontra no PIB, ficaria a ES não registada, a crer na opinião do referido técnico, reduzida a uma percentagem de 2,5% -5% do PIB. Embora diminuta, essa percentagem ganha realce quando a confrontamos com o crescimento do PIB de .8% em 1981 e 3.0 em 1982.

Verifica-se que a opinião dos agentes envolvidos na recolha e tratamento dos dados é geralmente de subavaliação da importância da ES (veja-se o caso de Denison()) o que em parte se justifica pelo profundo conhecimento que dispõem das técnicas de triagem dos dados. Infelizmente, em Portugal os processos específicos de detecção da produção legal não declarada faz parte do "segredo estatístico". Existem no entanto motivos para crermos que, desde a introdução do novo sistema de contas nacionais que tem por base de avaliação o produto e não o ramo de actividade, passou a ser possível a comparação entre as várias operações para o mesmo produto do ponto de vista do uso de recursos e empregos.

Alguns exemplos ilustram como é possível determinar um nível de produção que inclua não só a produção regulada como também uma parte da não regulada: - analisando o uso do recurso "cimento", que constitui um input exclusivo para a Construção Civil, não se exporta nem importa e tem fracas possibilidades de armazenagem com os gastos de cimento da Construção Civil e Obras Públicas, torna-se mais fácil aproximar o volume de produção deste sector;

- uma parcela da reparação de automóveis clandestina, desde que recorra ao mercado legal de peças pode também ser determinada pelo confronto das estatísticas desse sector com as do Comércio Externo em

relação à importação de peças e venda de peças legal.
 -no sector de barbearias e cabeleireiro pode proceder-se de forma idêntica à anterior,mas agora para os produtos respectivos.

Para o subsector que avaliámos ter maior possibilidade de submersão,a Panificação,poder-se-ia até há poucos anos efectuar o confronto entre recursos e empregos,com vista a corrigir omissões por parte da produção ,porque a matéria prima principal era comercializada em exclusivo por uma empresa pública.

Seria portanto de interesse acrescentar aos indicadores que calculámos um que traduzisse as possibilidades do sistema estatístico nacional captar as actividades económicas não reguladas .Um indicador síntese do tipo de ligações a montante e a juzante ,por produto,de que aliás as EI dão elementos muito detalhados permitiria aproximar o conhecimento dos sectores que,embora praticando ES têm pouca possibilidade de escapar às malhas da contabilidade nacional.

Uma grave lacuna nos indicadores construídos relaciona-se com o facto de não termos adoptado nenhum que traduzisse a intensidade de possibilidades de regulação do sector por parte das autoridades económicas A carga fiscal,que é o determinante exclusivo da ES segundo as hipóteses do método indirecto não foi considerada nos indicadores calculados.O único indicador que era possível calcular com base nas EI (contribuições para a segurança social nas remunerações totais veio a revelar-se de fraca qualidade ,porque não podia aproximar o nível de carga fiscal.Note-se que este indicador é afectado pelo facto de certas empresas pagarem com grandes atrasos à segurança social,podendo acontecer que um baixo valor do indicador não indique uma baixa carga fiscal.

Em relação aos indicadores de descentralização ,haveria que distinguir por um lado os serviços industriais prestados e recebidos a e de terceiros que relacionámos com o total do VBP e dos consumos respectivamente ,e por outro a intensidade energética e o trabalho ao domicilio.Para os primeiros dois

indicadores apenas se deveriam considerar os serviços recebidos por parte das empresas de grande e média dimensão, e os serviços prestados apenas se deveriam analisar em relação às de pequena dimensão.

(Qxxiv)

Não é apenas a teoria convencional que se mostra pouco útil à compreensão do fenómeno de ES. Também os métodos convencionais dificilmente se aplicam à ES e a demonstrá-lo a multiplicidade de métodos originais com ela relacionados. O problema principal na aplicação de certos métodos, nomeadamente a construção de modelos econométricos explicativos da ES, é o de que não se dispõe de uma série de valores observados da variável a explicar. Tentar o ajustamento de um modelo econométrico em que as variáveis explicativas fossem a carga fiscal, desemprego, crise, etc só era possível se tomássemos como "observações" os valores obtidos pelos métodos monetários. Esta aproximação poderia ser tentada, assim como uma análise de correlação da ES calculada como % do PIB e os restantes fenómenos económicos e sociais a que se atribui a sua origem.

Mas um outro método que poderá ser ensaiado para Portugal é o proposto por Frey e Weck (1982) consiste na fixação prévia dos valores dos parâmetros para depois se determinar o valor da variável a explicar. Não nos parece muito consistente este método, aliás os próprios autores o classificam de "naive", o que não impede que tenham procedido à sua aplicação a vários países com resultados nem sempre convergentes com os de outros métodos.

O sistema de pontuação que utilizámos foi demasiado simples, no entanto, a transformação dos indicadores em índices que também efectuámos (QXI) não conduzia a resultados muito diferentes.

A construção de uma matriz de entradas e saídas em que para cada sector, ou apenas para alguns se dividisse a produção do sector formal e informal, como proposto por Blumer-Thomas é um caminho a seguir na compreensão dos processos de submersão e também no nível

de funcionalidade do sector informal.

Uma análise dinâmica dos sectores industriais considerados quanto a produção, emprego e exportações conjugada com a evoluções dos indicadores considerados, teria o interesse de determinar se os sectores de em crise e os sectores progressivos tinham igual possibilidade de submergir. Verifica-se que as pequenas empresas, em alguns países resistem melhor que as grandes à crise. Enunciamos a hipótese se isso não ficará a dever-se não apenas a uma maior flexibilidade em relação à mão de obra, nas ligações à procura final que estabelecem, mas principalmente às possibilidades de submersão, mesmo que parcial, como por exemplo com a admissão de trabalhadores "atípicos".

A conjugação com os dados do recenseamento populacional permitiria identificar zonas de oferta de trabalho de menores, zonas de predomínio de trabalhadores por conta própria, regiões de maior incidência do desemprego etc.

5. Conclusões gerais e pistas para futuras investigações

O estudo que até agora efectuámos torna possível avançar algumas respostas para as questões que propusemos como orientadoras da presente pesquisa. Nos pontos 1.3. 2.5. ,3.3. e 4.5. enunciámos já algumas propostas de trabalho futuro, que parcialmente iremos agora retomar. São as seguintes as principais conclusões que julgamos poder extrair do trabalho efectuado :

- Em diferentes formações económicas e sociais, onde actuam mecanismos de regulação distintos ,encontramos fenómenos de actividades económicas não reguladas (AENR) .Essas AENR embora por vezes com diferentes origens manifestam-se em particular em certos sectores de actividade . Tal característica universal independente das formas de regulação e níveis de desenvolvimento, leva-nos a sugerir a hipótese de que existem condicionantes à fuga à regulação relacionadas com as características técnicas do processo produtivo .

Uma análise mais aprofundada das várias actividades (ES,SI,EP) leva-nos a concluir que embora as AENR se instalem em sectores económicos idênticos , como resultado da condicionante que referimos, as dimensões absolutas e relativas e o estatuto da mão de obra participante podem apresentar diferenças significativas

- As abordagens teóricas das AENR e em especial da ES,EP e SI estão ainda numa fase prospectiva , persistindo lacunas especialmente ao nível da teoria da produção. São as perturbações no funcionamento do mercado de trabalho resultantes da existência de trabalho não regulado que estão na origem da maior parte das investigações desenvolvidas .

- A maioria dos resultados da avaliação da ES , geralmente apresentadas sob a forma de uma percentagem do PIB ou da população activa,têm um nível de desagregação muito pequeno, revestindo-se por isso de fraco interesse para serem tidas em consideração no

processo de elaboração de políticas económicas gerais e em particular de medidas orientadas para essas actividades quer para as reprimir (por exemplo combate à evasão fiscal) ou enquadrar (por exemplo actividades informais nos países em desenvolvimento). Além disso, os resultados globais obtidos variam bastante de método para método o que aconselha que a utilização dos resultados desses métodos seja feita com bastante prudência.

Com base nas conclusões gerais obtidas, faremos algumas propostas para ulteriores trabalhos de investigação.

Ainda não foi construído um método suficientemente credível e rigoroso susceptível de ser aplicado em moldes uniformes pelos sistemas estatísticos nacionais. Tal método a ser desenvolvido deverá assentar prioritariamente no confronto entre diferentes estatísticas referentes à mesma amostra, e os resultados deverão ser desagregados por ramos.

A nível teórico, muitos aspectos deverão ainda ser desenvolvidos, porque os próprios métodos se ressentem de uma ausência de suporte teórico. Nessa investigação, deverá ser prioritária:

-A construção de um modelo que traduza as relações que se estabelecem entre os sectores regulados e não regulados e entre este e o Estado (153). A construção desse modelo deveria assentar na elaboração de uma matriz do tipo da que apresentámos no ponto 1.3. onde, para além do sector não regulado e regulado, este último em termos de produção, fosse decomposto entre aquelas empresas totalmente controladas pelo Estado e as restantes.

-Os modelos de fuga ao fisco deverão ter em conta que o nível de fiscalidade num dado momento t , é influenciado pela dimensão das actividades económicas omitidas ao fisco no período $t-n$, na medida em que a um menor nível de receitas fiscais, é normal que as autoridades fiscais respondam elevando o nível de imposição (154)

- Das várias interrogações que podemos fazer em relação às actividades económicas não reguladas são pertinentes as seguintes : O que se produz? quem? como? Destas três interrogações é talvez a última que se encontra menos esclarecida. Deverá investigar-se a possibilidade de ocorrer um dualismo tecnológico, (155) , para cada sector económico onde existam AENR : na parcela regulada estaríamos em presença de uma rigidez na combinação dos factores , que deixaria de se verificar na parcela não regulada da economia , onde, em relação ao factor trabalho se poderia admitir uma elevada flexibilidade económica e técnica .

Para além desta oportunidade que as AENR parecem oferecer de aumentos da produção acompanhados de redução da intensidade capitalística existe ainda um outro aspecto a merecer estudo mais atento. Trata-se da descentralização espacial da produção facilitada por alguns dos actuais sistemas técnicos produtivos . A "fábrica difusa"(156) parece ser possível num número considerável de indústrias.

O trabalho empírico que desenvolvemos no ponto 4. tentou aproximar o problema da flexibilidade da mão de obra e das possibilidades de descentralização ainda de uma forma muito elementar . Uma análise aprofundada da questão da flexibilidade exige que se construam funções de produção que integrem como factores o trabalho, o capital , a energia e tenham em conta o progresso técnico. Será a partir dessas funções de produção ,eventualmente do tipo translog, (porque permitem o cálculo das elasticidades cruzadas entre os factores) ,que será possível avaliar do grau de flexibilidade do factor trabalho e das possibilidades de combinação dos factores.

As pequenas e médias empresas têm revelado em alguns países(157) um maior dinamismo em situações de crise económica geral. Esta situação , constatada em alguns sectores deverá quanto a nós merecer reflexão aprofundada por parte dos economistas, no sentido de esclarecer os motivos desse comportamento .Um dos motivos, senão o principal será a possibilidade que as empresas de menores dimensões possuem para flexibilizar o uso do factor trabalho (trabalhadores familiares

remunerados e não remunerados , trabalhadores temporários etc) .

Quanto aos métodos e em particular a sua aplicação a Portugal , julgamos que o aperfeiçoamento de alguns criações de novos e ainda o aperfeiçoamento das estatísticas serão possíveis .

-A informação fiscal em Portugal não é ainda confrontada de modo sistemático com outros dados recolhidos pelo INE. No entanto, como vimos no ponto 3. as fontes fiscais podem constituir um elemento importante na detecção das AENR.

-Os valores das remunerações pagas aos trabalhadores ao domicílio constantes nas Estatísticas Industriais poderão ser utilizados para aproximar o número de trabalhadores abrangidos pelo "putting out" e até do seu contributo para a produção . Se por hipótese a remuneração dos trabalhadores ao domicílio for 40% inferior aos trabalhadores da empresa (suposição que talvez não peque por excesso, se atendermos a que só as contribuições patronais para a Segurança Social representam cerca de 20% das remunerações totais (v. Quadro IX)) então o seu número obtem-se dividindo o valor da rubrica "Ordenados e salários pagos a Pessoal à tarefa no domicílio "por 60% do salário médio do sector. Estimado o número de trabalhadores e supondo que as produtividades medidas em termos de produto/homem seriam idênticas às do interior do estabelecimento (é de prever que a produtividade medida em produto/hora de trabalho seja inferior no exterior da fábrica) seria então imediato o cálculo da produção gerada fora daquele.

Na sequência do exercício efectuado em 4. poderá depois de repetido para os últimos 10/15 anos, e após determinação dos subsectores que durante esse período apresentaram possibilidades de submersão, ser feita uma análise do crescimento do produto em cada um deles, e no conjunto da actividade económica industrial, com vista a determinar se existiu ou não um maior dinamismo nesses subsectores . Em caso afirmativo, estaríamos de posse de um elemento de apoio à hipótese de trabalho segundo a qual situações de crescente desemprego, incentivam um

processo por parte das empresas de substituição de capital por trabalho, sempre que as condições técnicas de produção o permitem. Mas esse processo encontra também barreiras à sua concretização no sector regulado da economia, em virtude de o trabalho regulado ser quase um factor fixo de produção. É então à custa do mercado de trabalho não regulado, menos rígido, que se opera a referida substituição.

Num artigo recente de Malinvaud sobre o desemprego (158) encontramos uma proposta segundo a qual a substituição do trabalho por capital não deverá ser efectuada se não resultar em técnicas mais produtivas. Julgamos que esta opinião vai ao encontro da hipótese que antes formulámos até porque o mesmo autor afirma ainda: "A substituição do trabalho por capital era uma necessidade no início dos anos 60 quando o mercado de trabalho se encontrava bastante rígido; essa substituição poderia ainda ser recomendada durante o crescimento rápido do início dos anos 70. Mas ela parece ter continuado depois, sem ter em conta a subida paralela do desemprego" (159).

-Outro tipo de trabalho que poderia ser efectuada na sequência do desenvolvido em 4., seria o do confronto para os subsectores seleccionados dos valores do nível de utilização da capacidade produtiva (publicados pelo Inquérito de Conjuntura à Indústria Transformadora) com a procura intermédia e final dirigida a esses sectores. No caso de uma crescente subutilização da capacidade produtiva de uma dada indústria coexistir com um aumento dos consumos dos seus produtos, e ponderada essa análise com os valores do comércio externo, então poder-se-ia deduzir, que a procura estaria a ser parcialmente satisfeita por bens produzidos de forma não regulada.

A fundamentar esta nossa hipótese de trabalho existem elementos publicados oficialmente. É o caso do relatório do Banco de Portugal referente a 1982, onde pode ler-se relativamente ao sector de têxteis e vestuário: "trata-se de um sector que se caracteriza por uma grande flexibilidade, especialmente nas unidades de pequena e média dimensão, que lhe é dada pelo recurso

- em escala por vezes apreciável, em períodos de grande pressão da procura - a encomenda à tarefa a trabalhadores por conta própria, modalidade que, evidentemente, não se reflecte na utilização da capacidade produtiva, nem no emprego do sector." (160)

-A análise que efectuámos em 4. não foi aprofundada ao nível regional, a indisponibilidade de valores para os distritos com maior peso industrial foi, como afirmámos, o principal obstáculo. No entanto, após a publicação integral do Recenseamento Industrial, será possível proceder a uma comparação entre os distritos onde existe maior incidência de Trabalhadores à tarefa ao domicílio e aqueles com maiores taxas de desemprego e de trabalhadores por conta própria. A verificar-se uma coincidência por sectores e distritos, tal situação, poderia apoiar a hipótese de que o trabalho atípico é constituído fundamentalmente por desempregados do sector regulado e trabalhadores por conta própria, sendo menor a importância de outros grupos da população que também costumam ser apontados como contribuindo para a oferta no mercado negro, como sejam os reformados, as mulheres domésticas e os estudantes.

Em particular os sistemas estatísticos nacionais deverão ter em consideração a existência de actividades económicas não reguladas no processo de recolha tratamento e organização da informação, podendo ser introduzidos aperfeiçoamentos com vista à inclusão pelo menos da parcela referente à produção legal, não declarada. Salvaguardando a especificidade dos problemas que enfrentam os vários institutos e departamentos estatísticos em cada país, parece-nos ser oportuno alinhar algumas propostas de melhoramento das estatísticas:

-Aprofundamento do estudo do resíduo inicial (a que nos referimos no ponto 3.1.2.) no sentido de dissociar nele a componente referente à ES daquela atribuível a outros factores.

-Promoção de inquéritos especiais para certos segmentos de despesa ou sectores populacionais que se suponha estarem mais envolvidos em práticas de AENR:

desempregados, reformados, trabalhadores por conta própria etc.

-Acompanhamento de uma amostra de indivíduos ou famílias, durante um longo período de tempo, com vista a recolher o máximo de informação económica passível de revestir interesse para o cálculo de rendimentos subterrâneos.

-Ter em conta na elaboração dos questionários e guiões de entrevista as áreas que são particularmente sensíveis à omissão ou deturpação de valores relacionados com a prática de AENR.

Os estudos empíricos que recorrem a métodos de avaliação que produzem resultados a um nível mais desagregado por sectores ou categorias profissionais, revelam que as AENR não se distribuem de igual forma pela totalidade da economia.

Portanto, uma avaliação desagregada por sectores económicos, sectores institucionais, qualificação da mão de obra ou outro critério que se entenda conveniente, poderá comportar alguma utilidade, quer para a ponderação das estatísticas referentes às actividades regulares respectivas (porque a subavaliação do produto nacional não será idêntica para todos os sectores) ou como indicação para as autoridades de política económica que pretendem intervir sobre as AENR.

Os métodos de avaliação anteriormente apresentados são no entanto susceptíveis de aperfeiçoamentos com vista a um aumento de rigor. No caso do método Tanzi, por exemplo, a estimação de uma função procura de moeda poderá contribuir para o seu melhoramento. No método Gutmann, onde a escolha do ano base é importante para os resultados deverá sempre ensaiar-se os efeitos da selecção de diferentes anos base.

O estudo das causas e consequências do fenómeno AENR via modelos econométricos encontra-se dificultado senão mesmo inviabilizado, porque não existem séries de observações para o fenómeno. Uma via de pesquisa poderá ser considerar que a variável AENR pode ser observada

indirectamente, e estimar um modelo explicativo em que se tomem como série de observações os valores estimados pelos métodos indirectos. Seria nesse caso possível testar a qualidade estatística de modelos onde as variáveis explicativas do nível de AENR seriam por exemplo o desemprego, o nível de regulação das actividades económicas.

1.

(1) Hugon, Ph. (1980)

(2) Entendemos dualismo tecnológico no sentido dado por Benjamin Higgins em *Economic Development*, New York, 1968, (edição revista) pp 17-20, 296-305 e apresentado em Meier, G. (1976), ou seja, a existência de diferentes funções de produção no sector avançado e no sector tradicional.

(3) Quaden, G. (1985)

(4) Na Suécia foram efectuados por instituições privada, inquéritos de amplitude considerável.

(5) No ponto 3.1.2. discutiremos este problema tomando como referência as categorias convencionais da produção e o seu tratamento por parte dos sistemas estatísticos. Vanoli (1983) identificou cerca de 5 noções de produção: produção mercantil, produção não mercantil monetária, produção não mercantil não monetária no sentido fisheriano mais lato, produção mercantil não monetária no sentido económico mais lato, produção não mercantil não monetária no sentido mais restrito proposto por T-Phill. Esta multiplicidade de noções dá bem ideia da complexidade envolvida na delimitação do conceito de produção nacional.

(6) Córdoba, E. (1986)

(7) Rodrigues, M. J. (1986)

(8) Macafee, K. (1980)

(9) Bawly, D. (1982)

(10) v. Quadro síntese dos resultados para Portugal no ponto 3.

(11) Em Figueiredo, A. (coord) (1985) são apresentadas em confronto estruturas de custos de oficinas de reparação automóvel regular e irregular, que mostra serem os custos

salariais bastante diferentes. Também em De Grazia, R. (1980) são indicados alguns elementos quanto aos níveis salariais no sector subterrâneo, em particular o industrial. Em Sanchis, E. (1982) apresentam-se alguns resultados de um inquérito promovido em Espanha junto da mão de obra domiciliária onde se verifica que os níveis salariais são muito mais baixos que na economia regular.

(12) Em certos sectores, e segundo inquérito realizado em Espanha, Sanchis, E. (1982) as máquinas usadas no trabalho ao domicílio eram propriedade dos próprios trabalhadores que as tinham adquirido por meio de um intermediário (o mesmo que lhes distribuía o trabalho) à empresa para qual executavam o trabalho ao domicílio. Eram máquinas velhas que se tinham tornado obsoletas tecnológica e economicamente na empresa regular, mas que num contexto de trabalho ao domicílio teriam perdido a sua obsolescência económica.

(13) Lewis (1964)

(14) O conceito de sector informal foi utilizado pela primeira vez por Keith Hart no artigo "Informal income opportunities and urban employment in Ghana", Journal of Modern African Studies (Londres) Março 1973 pp61-89.

(15) Hugon, Ph. (1980) p. 237

(16) Sethuraman, (1976)

(17) v. quadros Q.3 e Q.4

(18) O problema do não recenseamento das actividades informais e em particular dos activos nelas envolvidos tem vindo a ser progressivamente colmatado. No seio da OIT têm sido desenvolvidos projectos com vista a uma melhor informação sobre o mercado de trabalho nos países em desenvolvimento. v. Richter, L. (1978)

(19) Alguns resultados dessa investigação foram publicados no número especial da Revue Tiers Monde de Julho 1980.

(20) Dada a importância que as pequenas empresas têm em Portugal, seria de bastante interesse promover um

inquérito junto de uma amostra representativa em que se pudesse conhecer não apenas o seu funcionamento mas principalmente o tipo de laços que estabelecem com as grandes ,médias empresas e com a procura final.

(21)N.Z.(1983) e Bernard,Ch(1980)

(22)Alguns resultados de um inquérito ao artesanato realizado em França (v.Barthelemy(1980))apresentam aspectos comuns com os resultados do estudo do sector informal em Africa . Para Portugal, além das entrevistas semi-directivas (Rodrigues ,M.J.(1985))não foram realizados inquéritos directos à economia subterrânea e ao trabalho negro em particular. Nesta situação, por vezes, as notícias de jornal embora não possam ser eleitas como fonte de informação científica, fornecem algumas pistas. Na revista do semanário Expresso, no primeiro semestre de 1987, lia-se "Um rapaz pode começar aos dez anos e aos 16 está desempregado". Note-se que em Portugal , a idade mínima de admissão nas empresas é de 14 anos.

(23)Charmes, J.(1980)Hugon, Ph(1980). Nihan, A.(1980)O último autor defende que existe uma certa independência do sector informal relativamente ao formal. Note-se que a conclusão deste último autor assentou num inquérito em que os empresários do sector informal eram directamente questionados sobre "compras de matérias primas e equipamento" "formas de financiamento" e " vendas ao sector moderno".

(24)Um interessante confronto de ideias sobre este assunto encontra-se no número especial da RTM referido em (19)

(25)Grossman, G.(1981)

(26)No sentido físico do local de ocorrência do delito

(27)Gábor, I.(1979)

(28)idem

(29)idem

(30) Grosfeld, I e Smolar, A. (1980)

(31) Krug, A. (1986)

(32) Grossman, G. (1981)

(33) O autor refere-se possivelmente a ferramentas

(34) Kende, P. (1979)

(35) idem

(36) Gaudin, J. e Shiray, M. (1984) p. 722-723

(37) A classificação das causas da ES que adoptámos encontra-se em Smith, A. (1981)

(38) Ikonicoff, M. (1984) e Ikonicoff, M. (1986)

(39) Gábor, I. (1979) .

(40) Essa situação é interpretada por Adrian Smith como constituindo um entrave ao progresso técnico . Contini, B. (1981b) manifesta idêntica opinião em relação ao caso italiano. Arango, C. e Portela, J. (1982) como veremos em 2.2.2.2. também considera que com a ES o progresso técnico fica prejudicado.

(41) Smith, A. (1981)

(42) Ponto 1.1. e Rodrigues , M. J. (1985)

(43) Córdova, E. (1986)

(44) Córdova, E. (1986) e De Grazia, R. (1980)

(45) Córdova, E. (1986)

(46)

(47) Isachsen, A. e Strom, S. (1985)

(48) A apresentação da opção entre trabalho e lazer será efectuada essencialmente com base em Faugère, J-P (1978)

(49) Terminologia utilizada por Córdova, E. (1986).

(50) Ramos dos Santos, A. (1983) p. 77

(51) Divisão proposta por Gordon, Reich e Edward como refere Ramos dos Santos, A. (1983) .

(52) Classificação proposta por Carnoy, M. (1978) referido por Ramos dos Santos, A. (1983) p81.

- (53) Ramos dos Santos, A. (1983) pp80-81
- (54) Saba, A. (1981)
- (55) Por exemplo nos países escandinavos como é relatado por Isachsen, A. e outros (1982), Isachsen, A. e Strom, S. (1985), Hansson, I. (1982). Também na Austria conforme Franz, A. (1985).
- (56) Contini, B. (1981 b)
- (57) idem, p. 403
- (58) Contini, B. (1981b) As equações (81) e (1') são idênticas ao modelo de determinação de salários de Phillips-Lipsey conforme referido por Contini, com excepção das variáveis relativas à mobilidade e à militância laboral.
- (59) Rodrigues, M. (1985)
- (60) Contini, B. (1981b) p.405. O valor de IM oscila entre 1 e 0 respectivamente em situações de mobilidade máxima e mínima.
- (61) A fonte da figura 3 é Isachsen, A. e Strom, S. (1985).
- (62) Isachsen, A. e Strom, S. (1985)
- (63) Contini, B. (1981 b)
- (64) Henderson, J. e Quandt, R. (1980) p. 137
- (65) Isachsen, A. e outros (1982)
- (66) Em Henin, P-Y. (1986) encontramos a seguinte equação traduzindo o comportamento da oferta de trabalho:

$$N = (1 - \#)(T - L) - \#[M_0 + wL + (p' - p)B/w]$$
 onde T é a dotação em tempo.
- (67) Segundo Chan-Lee, J. em Documents de Travail OCDE (jan 1984) sobre a análise e projecção da taxa de actividade, a oferta de trabalho do membro i de uma família (Ri) poderá ser assim representada:

$$R_i = R_i(W_m, W_f, P, N, W_j)$$
 com (i=w, j)

T = tempo total disponível de cada membro da família
L=tempo dedicado a actividades não mercantis
Wj=taxa de salário (j= m,f)
P=preço de bens de consumo
NWY rendimentos não salariais

(68)Mincer, J. (1962) citado por Faugère, J-P. (1978).

(69)Lancaster, K. (1966) e Becker, G. (1965) citados por Faugère, J-P. (1978). Na apresentação de Becker, G. (1965) a função utilidade depende dos bens produzidos domesticamente, no seio da família :

$U = U (Z_1, Z_2, \dots, Z_m)$ em que Z_i são os bens produzidos e a função de produção de cada bem final é dada por $Z_i = f_i(x_i, T_i)$ onde T se refere ao tempo, que é portanto aqui um factor de produção e x_i são os bens adquiridos no mercado.

Das equações anteriores resulta que a "restrição orçamental" terá de ser alterada com vista a incluir o tempo

$E \sum x_i p_i = I = V + (N \times W)$
p_i = os preços dos diferentes produtos
I = rendimento monetário total
V = rendimentos não salariais
N = tempo de trabalho
W = salário horário

(70)Os ensaios efectuado por Gronau, P. citado por Faugère, J-P. (1978) para os Estados Unidos e Israel, com base em orçamentos-tempo, revelam a presença de uma correlação negativa entre taxa de salário e tempo de trabalho doméstico.

(71)Em Gaudin, J. e Schiray, M. (1984) encontram-se várias referências sobre a organização dos tempos de trabalho e lazer. Na França o INSEE efectuou inquéritos sobre a repartição do tempo, chamados orçamentos tempo. Sauvy, A. (1984) dá-nos conta de alguns dos resultados .

(72)Félez, A. (1981), Perezagua, R.G. (1982), Saba, A. (1981), Sanchis, E. (1982)

(73)A função de Von Neumann-Morgenstern é apresentada por Félez (1981) relativamente ao comportamento do empresário. No entanto, a formulação de Von Neumann-

Morgenstern diz respeito ao comportamento do consumidor em situações de incerteza ou seja em situações que envolvem risco.

(74) Isachen, A. e Strom, S. (1985)

(75) Arango, C. e Portela, J. (1982)

(76) idem

(77) Contini, B. (1981b)

(78) Lewis, A. (1954), Lewis, A. (1979). No artigo de 1979 Lewis procede ao reexame da teoria dualista, mas acaba por concluir que " O dualismo continuará a ser o modo de análise apropriado, até que cessem o crescimento da população e as migrações e se crie um único mercado de trabalho" Lewis, A. (1979) p. 228.

(79) Para Lewis, A. (1954) o sector capitalista "é a parte da economia que utiliza capital reprodutível e que retribui aos capitalistas pelo uso deste" (...) "O sector de subsistência é por exclusão toda aquela parte da economia que não utiliza capital reprodutível" Lewis, A. (1954) p. 413-414. Ranis, G. e Fei, J. referindo-se a Lewis, afirmam que ele "apresenta um modelo de dois sectores e investiga a expansão do sector capitalista ou industrial" Ranis, G. e Fei, C. (1961) p. 246. E, embora em nota declarem não existir "qualquer relação unívoca entre o sector de subsistência e a agricultura e entre o sector capitalista e a industria " idem p. 246, na prática estabelecem essa associação quando da apresentação do modelo que ficou conhecido na literatura económica por modelo de Ranis e Fei.

(80) Stell, W. (1980) e Lachaud, J-P. (1980)

(81) Lachaud, J-P (1980) p. 347. Os trabalhos de Steel e Lachaud incluem-se numa série de investigações efectuadas em alguns países africanos de língua francesa de que foram publicados vários trabalhos na Revue Tiers Monde, t. XXI, n. 82, Abril-Junho 1980.

(82) Harris, J. e Todaro, M. (1970).

(83) Banerjee, B. (1983); Demol, E. e Nihan, G. (1982);
Richter, L. (1978)

(84) Henin, P-Y. (1986) aponta Barro e Grossman como tendo sido os primeiros que chamaram a atenção para a possibilidade da análise dos equilíbrios com racionamento poder ser útil no estudo macroeconómico das economias de direcção central. num artigo de 1974 publicado na Revue of Economic Studies, 1974, p.87-104. ("Supressed Inflation and Supply Multiplier").

(85) Higgins, B. (1968) citado por Meier, G. (1976).

(86) Gutmann, P. (1979) "Statistical Illusions, Mistaken Policies", Chalange, Nov-Dez, pp14-17; Feige, E. (1979) "How big is the irregular economy", Chalange, Nov-Dez e Tanzi (1980)

(87) v. Quadro 7 e quadro 8 .

(88) Quaden, G. (1985). v. ponto 1.1.1. do presente trabalho.

(89) Quaden, G. (1985)

(90) Nas contas nacionais portuguesas, fazem parte da Produção a "produção de serviços não comercializáveis" que englobam "os serviços fornecidos à colectividade ou a grupos particulares de famílias a título gratuito ou quase gratuito e ainda os serviços domésticos que umas famílias prestam a outras" Ine, CN 1977-1981 p. 14

(91) ONU (1953) Système de Comptes Nationaux et Tableaux Connexes, N.Y. citado por Blades, D. (1982)

(92) ONU (1970) Système de Comptabilité National, N.Y. citado por Blades, D. (1982)

(93) ONU (1986)

(94) Alguns trabalhos desenvolvidos no contexto dessa revisão foram publicados na Review of Income and Wealth, nº31, Março 1985.

(95)ONU(1986)

(96)v.nota (90)

(97)Denison,E. (1982)

(98)Denison considera que não deverão ser considerados os bens ilegais como "goods" (bens) mas sim como "bads"(maus na tradução literal mas cujo significado será não-bens)

(99)Pons,J-F(1983)

(100)Blades,D.(1982)

(101)Kredietbank(1982)

(102)Blades,D.(1982)

(103)Kuznets,S.(1954),Friedman,M. e Kuznets,S.(1954), Morgenstern,O.(1963) e ainda outras obras promovidas pela International Association for Research in Income and Wealth com o título genérico de Income and Wealth em que colaboraram os mais prestigiados técnicos de Contabilidade Nacional da década de 50.

(104)Blades,D.(1982)

(105)Quaden,G.(1985)

(106)ONU(1986)

(107)Parker,R. e Gorman,J.(1979)

(108)Macafee,K.(1980) Dilnot,A. e Morris,C.(1981)

(109)idem

(110)ONU ONU(1986)

(111)Macafee,K.(1980),Dilnot,A. e Morris,C.(1981)

(112)idem

(113)Tanzi,V.(1982)

- (114) KredietBank (1962)
- (115) Tanzi, V. (coord) (1982)
- (116) ponto 1.
- (117) Reuter, P. (1982)
- (118) Gábor, I. (1979)
- (119) Stone, R. (1980)
- (120) O residual no sentido atribuído por E. Denison
- (121) Gábor, I. (1979)
- (122) Alvaro e Forte (1980)
- (123) Ikonocoff, M. (1986)
- (124) idem
- (125) Denison, E. (1964)
- (126) v. nota 20.
- (127) A escolha da taxa de participação "normal" envolve um nível de erro bastante elevado, mas talvez inferior ao da escolha do ano base no método de Gutmann.
- (128) Rodrigues, M. J. (1985)
- (129) Franz, A. (1985)
- (130) Molefsky, B. (1981)
- (131) Inquérito às Receitas e Despesas Familiares INE.
- (132) Rodrigues, M. J. (1985) e Rodrigues, M. J. (1983)
- (133) Grupo de trabalho constituído por técnicos e colaboradores do Instituto Damião de Góis
- (134) Santos, J. (1983), Cocco, MR e Santos, E. (1984)

- (135) Villaverde Cabral, M. (1983)
- (139) INE, Contas Nacionais , 1977-1981
- (140) Idem
- (141) INE, Estatísticas Industriais
- (142) idem
- (143) Existem várias estimativas para o stock de capital em Portugal. No ponto 4. utilizamos a do Gabinete de Planeamento do MI.
- (144) Não existe uma relação constante entre volume de capital e amortizações .
- (145) Ikonicoff, M. (1986) defende a ideia de que com a utilização da energia eléctrica aumentou a possibilidade de descentralização da produção.
- (146) Quando do cálculo daquele indicador iremos constatar dos resultados ambíguos a que conduz.
- (147) INE, Estatísticas Industriais
- (153) Modelo do tipo que apresentámos no fim do ponto 1.
- (154) Esta proposta deveria ser conjugada com as que referimos no ponto 2.2.2.
- (155) No sentido de B.Higgins como referido em Meier, G. (1979)
- (156) A fábrica difusa refere-se a processos de organização do trabalho em que o essencial da produção é efectuado no domicílio dos trabalhadores
- (157) Estudos efectuados em França levam a sugerir a hipótese de uma melhor capacidade de adaptação à crise por parte das pequenas empresas. Por exemplo

Delattre, M. (1982)

(153) Malinvaud, E. (1986)

(159) idem.

(160) ibidem.

BIBLIOGRAFIA

ALBARRACIN, J e YAGO, A (1985) Agregación de la Encuesta Industrial en los 15 sectores de la Contabilidad Nacional de 1970, Madrid, Banco de España, Servicio de Estudios .

AMADO, J STOFFAES, Ch (1980) "Vers une socio-économie duale?" A. Danzin e outros, La société française et la technologie, Paris Commissariat général du Plan, La Documentation Française, pp 137-151

ANNEZ, Ph e WHEATON, W. (1984) "Economic development and the housing sector: a cross national model" , Economic Development and Cultural Change, vol 32, nº4 , julho, pp .749-766.

ARANGO, C.V. (1981a) "La cara oculta de la economía" , Horizonte empresarial nº 1906 junho, pp 9-15.

ARANGO, C. (1981b) "El crecimiento de la economía oculta", Horizonte Empresarial nº 1909, Outubro 1981, pp 23-26.

ARANGO, C. e PORTELA, J. (1982) "Las vías de transformación de la economía formal en irregular", Información Comercial Española, julho, pp 81-89.

BANERJEE, B (1983) "The role of the informal sector in the migration process : a test of probabilistic migration models and labour market segmentation for India" , Oxford Economic Papers, vol 5 pp 399-422.

BARCA, F. e MAGNANI, M. (1985) Nuove forme dell'accumulazione nell'industria italiana , Servizio Studi della Banca d'Italia , Temi di discussione, nº 52, setembro

BAWLY, D. (1982) The Subterranean Economy, Mac Graw Hill Book Company

BARTHELEMY, N (1980) "L'artisanat à grands traits" , Economie et Statistique, nº 197 , pp 3-9

BEAUCOURT, Ch (1982) "Les tendances de l'offre de main-d'oeuvre et la qualité de cette main-d'oeuvre en URSS, dans les années 80", em NATO, Les plans quinquennaux du caem 1981-1985 dans une perspective nouvelle , Bruxelles, NATO. EID pp 159-181.

BERNARD, CH. (1980) "Les activités dites non explorateuses -

Recherche sur la signification du concept de "petite production marchande" en milieu urbain a partir de quelques cas algériens". Tiers Monde, tomo XXI, n282 Abril-Junho. pp 305-319.

BHAGWATI, J. (Ed.) (1974) Illegal Transactions in international trade, North Holland

BLADES, D. (1982) "Economie Souterraine et Comptes Nationaux", Etudes Speciales, OCDE, Paris, Junho. pp 32-51

BLADES, D. (1983) "Mesures possibles de l'épargne", Perspectives Economiques, OCDE Junho, pp 52-94

BLAS, A. e BENITO, S. (1982) "La economía irregular en el mercado de trabajo-Algunas lineas de investigaciön" Informaciön Comercial Española, Julho, pp 91-102

BLUNDEL-WIGNAALL e outros (1984) La demande de monnaie et la vitesse de circulation dans les grandes pays de l'OCDE, OCDE, Documents de travail

BOYLE, G. (1982). A Glimpse at the Non-Accounted Economy, Dublin Central Bank of Ireland.

BRAIBANT, M. (1982) "Le tertiaire insaisissable?", Economie et Statistique, n0 146, Julho Agosto, pp 3-17.

BULMER-THOMAS, V. (1982). Input-Output analysis in developing countries /sources, methods and applications, Chichester, John Wiley & Sons.

CABRAL, M. (1983) "A economia subterrânea vem ao de cima/estratégias da população rural perante a industrialização e a urbanização", Análise Social, 3. vol 19 n276 pp 199-234

CHADEAU, A. (1985) "Measuring household activities: some international comparisons", Revue of income and wealth, n0 31, 3, Março 1985, pp 237-253.

CHADEAU, A. E ROY, C. (1986) "Relating households' final consumption to household activities: substitutability or complementarity between market and non-market production", Review of income and wealth, n0 4, dezembro, pp 387-407

CHAN-LEE, J. (1984) Taxe d'activité : analyse et

projection, OCDE, Documents de Travail n° 12.

CHARMES, J. (1980). "Les contradictions du développement du secteur non structuré", Revue Tiers Monde, t. XXI, n°82 Abril-Junho pp 321-335.

CHOFFEL, Ph. (1981) "Du salaire déclaré au salaire offert", Economie et Statistique, n°131 Março, pp 7-23.

COCCO, M. e SANTOS, E. (1984). "A economia subterrânea/contributos para a sua análise e quantificação no caso português", Boletim Trimestral do Banco de Portugal, Lisboa, Março

COLLET, J-Y e outros (1980) "Travail et capital dans les comptes nationaux", Economie et Statistique, n°127, Novembro, pp 7-21.

CONTINI, B. (1981a) "The second economy of Italy", Journal of Contemporary Studies, 4, n° 3, Verão, reimpresso em TANZI, V. (1982) pp 199-208.

CONTINI, B. (1981b) "Labor Market segmentation and development of the parallel economy-The Italian experience", Oxford Economic Papers, 37/3 p401-412

COSSON, J. (1984) "La répression pénale de la fraude fiscale", Revue Française de Finances Publiques, n°5 pp 101-112.

COUTIÈRE, A. (1983) "Augmenter l'impôt sur le revenu : des mesures de portée inégale", Economie et Statistique, n°158, Setembro, pp 21-37.

CÓRDOVA, E. (1986) "De l'emploi total au travail atypique : vers un virage dans l'évolution des relations de travail?", Revue Internationale du Travail, vol. 125, n°6, Novembro-Dezembro pp 715-733

DE GRAZIA, R. (1980) "Clandestine employment: a problem of our times", International Labour Review, vol 119, n°5, Setembro-Outubro pp 549-563.

DEL BOCA, D e FORTE, F. (1982) "Recent Empirical Surveys and Theoretical Interpretations of the Parallel Economy in Italy", em TANZI (1982) pp 181-197.

- IKONICOFF, M. (1984) "Economie souterraine accumulation et Tiers Monde", Revue Tiers Monde, Abril - junho pp 317-337
- IKONICOFF, M. (1986) "La economia subterranea y el sistema economico mundial: La experiencia de los países de la europa mediterránea", El Trimestre Económico pp 35-57
- INTERSOCIAL (1980), "Italie: le boom de l'économie immergée", n° 61, Junho 1980 pp5-7
- INTERSOCIAL (1980) "France : une campagne contre le travail clandestin deux ou trois étoiles" n°61 Junho
- ISACHSEN, A. e outros (1982) "The hidden economy in Norway", em TANZI (1982) pp 209-231.
- ISACHSEN, A. e STROM (1985) "The size and growth of the hidden economy in Norway", Review of income and wealth, Março, pp21-38
- JUNGUITO, R e CABALLERO, C. (1982) "Illegal Trade Transactions and the underground economy of Colombia", em TANZI (1982) pp.285-313.
- KENADJIAN, B. (1980) "The dire approach to measuring the underground economy in the United States : IRS Estimates of Unreported Income" comunicação apresentada ao encontro da American Economic Association (Denver, Colorado), publicada em TANZI (1982) pp 93-101
- KENDE, P. (1979) "Hongrie : quelques regards nouveaux sur le systeme économique et social", Analyses de la SEDEIS, n°12, Nov pp 5-7.
- KLATZMANN, R (1979) "Le travail noir", Futuribles 2000, Setembro
- KLEIN, L. e KOSOBUD, R. (1961) "Some econometrics of growth : great ratios of economics", Quarterly Journal of Economics, vol LXXV, maio pp 173-199.
- KREDIETBANK (1982) "L'économie souterraine", Kredietbank, Bulletin hebdomadaire, n°38, outubro pp 1-6
- KENDRICK, J. e VACCARA, B. (Ed) (1980) "New developments in Policy Analysis in Intelligent Economy", Canada (1982) pp 273-282.

productivity measurement and analysis, Chicago, University of Chicago, Conferência realizada em Williamsburg, Virginia, 13-14 Novembro 1975

KRUG, B. (1986) "Korruption in der Volksrepublik China : ein neues Problem", Neue Zürcher Zeitung (Zurich) Maio , traduzido em Problemes économiques nº 1988 Setembro 1986, pp18-20

KUZNETS, S. (1954) National Income and Its Composition, 1919-1938, vol I , National Bureau of Economic Research, Inc. N.Y.

LACHAUD, J-P (1980) "Les lois de fonctionnement du secteur informel 'traditionnel' : presentation d'un modèle", Revue Tiers Monde, Abril -Junho pp 435-445.

LEONARD, M. (1980) "Quelques réflexions sur l'expérience de Madagascar en matière de politique artisanale", Revue Tiers Monde, Abril -Junho pp 337-351.

LEWIS, A. (1954) "Economic Development , with unlimited supplies of Labour " , The Manchester School of Economic and Social Studies , Maio . reproduzido em A.N. Agarwala e Singh , A economia do subdesenvolvimento, Rio, Forense, 1969, pp406-456

LUTZEL, H. (1986) "Market transactions in the national accounts " , Review of Income and Wealth , nº2 , junho

MACAFEE, K. (1980) "A glimpse of the hidden economy in the national accounts of the United Kingdom " , Economic Trends nº 316, Fev pp 81-87, reimpresso em TANZI (1982) pp 147-161.

MALINVAUD, E. (1986) "Les causes de la montée du chômage en France " , Revue Française d'économie , nº 1 . Verão reproduzido em problèmes économiques , nº 1989, Setembro, 1986.

MCDONALD, D. (1985) "Trade data discrepancies and the incentive to Smuggle", IMF Staff Papers, vol 32 nº 4 , Dezembro pp 668-692.

MEIER, G. (1976) Leading Issues in Economic Development, N.Y., Oxford University Press. [3ª edição]

MIRAS , C. (1980) "Le secteur de subsistance dans les branches de production a Abidjan", Revue Tiers Monde , Abril Junho pp 353-372.

MIRUS, R. e SMITH, R. (1981) "Canada's Irregular Economy", Canadian Public Policy -Analyse de Politiques 7-3 Verão , reimpresso em TANZI (1982) pp 273-283.

- MOLEFSKY, B. "America's underground economy" em TANZI (!) (") pp 47-67
- MORGENSTERN, O. (1963) On the Accuracy of Economic Observations, Princeton University Press, Princeton
- NANNEI, a. (1980) "l'Italie des miracles et des crises " Le monde diplomatique, julho
- NEUE ZURCHER ZEITUNG (1983) "Florienrende Schattenwirtschaft in Indien", N.Z.Z. Março 1983 reproduzido em Problèmes Economiques, nº 1845, outubro, pp 29-31
- NEVES, A. e outros "(1983) Economia Subterrânea: aproximação ao caso português" comunicação apresentada à Conferência sobre a Evolução Recente e Perspectivas de Transformação da Economia Portuguesa" ISE abril 1983, mimeo.
- NIHAN, A. (1980) "Le secteur non structuré, signification, aire d'extension du concept et application expérimentale", Revue Tiers Monde, Abril-Junho pp261-285
- OCDE (1987) "Aspects structurels du marché de travail", études Economiques -Italie julho.
- OLMSTED, B. (1983) "Changing times : The use of reduced work time options in the United States, International labour review vol 122 nº4 Julho-Agosto pp 479-492.
- OUZIZ, G. (1979) "Reduire la durée du travail, quelles conséquences?", Economie et Statistique, 111 Março
- PACCOUD, Th. (1983) Le stock de capital fixe industriel dans les pays de la communaute europeenne/vers une comparabilite accrue, Luxemburgo, Etudes de comptabilité nationale, nº22, Eurostat.
- PARKER, R. e GORMAN, J. (1979) "Statement of Robert Parker", TANZI (1982) pp119-125
- PEREZAGUA, R. (1982) "Estructura empresarial y economia oculta", Informacion Comercial Española, Julho pp109-117
- PETERSEN, H-G (1982) "Size of the public sector, economic growth and the informal economy : development trends in the Federal Republic of Germany", Review of Income and Wealth, junho pp 191-217

POMMEREHNE, W. e FREY, B. (1984) "L'économie souterraine : problèmes de mesure et résultats quantitatifs", Revue d'économie Politique, n°3, pp 375-397

PONS, J.-F (1983) "L'économie souterraine : un secteur d'activité important et grandissant aux États Unis", Problèmes économiques n° 1833 julho pp28-31

PORTER, R. e BAYER, A. (1984) "A monetary perspective on underground economic activity in the United States", Federal Reserve Bulletin, Washington, Março, pp177-190

POSTNER, H. (1986) "Microbusiness accounting and macroeconomic accounting : the limits to consistency", Review of Income and Wealth, junho pp 217-244

QUADEN, G. (1985) Politique économique, Labor, Bruxelles

RAGOT, M. (1983) "Le travail clandestin en France", Problèmes économiques n° 1810 fevereiro pp 22-29

RAMOS DOS SANTOS, A. (1983) Recursos Humanos e Tecnologia nos Países em Desenvolvimento, Dissertação para doutoramento em Economia no ISE.

RANIS, G. e FEI, J. (1961), "A theory of economic development", American Economic Review, vol 51, reproduzido em El Trimestre Económico, vol. XXIX, n°114, Abril-Junho 1962, pp 246-278

REUTER, P. (1982) "The irregular economy and the quality of macroeconomic statistics", em TANZI (1982) pp 125-143.

RICHTER, L. (1978) "De nouvelles d'information sur la main d'oeuvre dans le pays en développement", Revue Internationale du Travail, Julho-Agosto pp 493-504

RODRIGUES, M. (1985) "Trabalho oculto e processos de submersão" em FIGEIREDO (Coord) (1985) pp 73-105

RODRIGUES, M. (1984) "L'extension multiforme du travail clandestin et la politique et sociale", ... em Pour une Alternative aux approches du marché du travail : le système d'emploi, These pour le doctorat en Science Economique.

ROSANVALLON, P. (1980). "Le développement de l'économie souterraine et l'avenir des sociétés industrielles", Le Débat, junho pp 15-27.

RUGGLES,R.e RUGGLES,N. (1986) "The integration of macro and micro data for the household sector",Review of Income and wealth ,setembro,pp 245-277

SABA,A.(1981)La industria subterranea - un nuevo modelo de desarrollo,Valencia,ed.Institución Alfons el Magnanim

SACHS,I(1980). "L'autre moitié :léconomie cachée du secteur domestique et des marchés parallèles" La Documentation Française

SANCHIS ,E(1982). "Industria subterránea y crisis económica en el País valenciano".Información Comercial Española julho ,pp 119-130

SANTOS,J.(1983)A Economia Subterrânea ,lisboa Ministério do trabalho e da Segurança Social,colecção estudos, série A Estudos Gerais nº24

SAUVY,A. (1984) Le travail noir & l'économie de demain ,Calmann-Lévy.

SCHETTKAT,R.(1985)"The size of household production :methodological problems and estimates for the Federal Republic of germany in the period 1964 to 1980",Review of income and Wealth,setembro 1985

SCHNEIDER,F.(1986)"Estimating the size of the Danish Shadow Economy using the Currency Demend Approach : An attempt "Scandinavian Journal of Economics 88 (4) pp643-668.

SETHURAMAN,S.V....

SMITH,A. A(1981) review of the informal economy in the european community,Bruxelas CEE Economic Papers 3

STELL,W.(1980) "Intensité du capital,dimension de la firme et choix entre employ et production : l'importance de l'analyse multisectorielle",Revue Tiers Monde, Abril-Junho pp 285-306.

STONE,R.(1980) "whittling away at the residual : some thoughts on Denison's Growth accounting",Journal of Economic Literature XVIII dezembro pp 1539-1543.

TANZI,V(1980)"Underground economy and tax evasion in the United States : estimates and implications"Banca Nazionale del Lavoro, Quarterly Review,dezembro,reimpresso em TANZI(1982) pp 69-92.

TANZI,V.(1981)" A second(and More skeptical) look at the underground Economy in the United States ",comunicação apresentada na Wertheim's Conference on the Underground Economy,em N.Y.,Junho , publicada em TANZI (1982)pp103-119.

TANZI,V(Ed).(1982) The underground economy in the United States and Abroad,Lexigton Books

TANZI, V. (1983a) " The underground economy in the United States :Annual Estimates ,1980-80", Staff Papers ,vol.30 nº 2 Junho, pp283-305

TANZI, V. (1983b) "A economia Oculta", Finanças e Desenvolvimento, Dezembro ,pp 10-13.

TUCKER, M. (1980) " The underground economy in Australia", Economic Review, reimpresso e TANZI, V. (1982) p315-322)

ONU. DEPARTMENT OF INTERNATIONAL ECONOMIC AND SOCIAL AFFAIRS (1986) Handbook of National Accounting/Accounting for Production :sources and methods, New York, ONU.

VAN BOCHOVE, C. e VAN TUINEN, H (1986) "Flexibility in the next SNA : The case for an institutional core", Review of Income and Wealth , Junho, pp 127-154.

VAN DIJK, M. (1980) "La réussite des petites entrepreneurs dans le secteur informel de Ouagadougou (Haute-Volta)", Revue Tiers Monde, Abril -Junho, pp 373-386.

VANOLI, A. (1983) "les tracés divers de la notion de production", Economie et Statistique, p.61-73.

VANOLI, A. (19) "les notions de consommation élargie", Economie et Statistique, pp55-63.

VANOLI, A. (1986) "Sur la structure general du SCN a partir de l'expérience du système élargi de comptabilité national français", Review of Income and Wealth, Junho ,pp 155-199

VASSILIEV, V (1983) "Politique de revenus et dynamique de l'économie parallèle en Bulgarie ", Le courrier des Pays de l'Est nº 279, Dezembro, pp 23-36

WILES, P. "What we still don't Know About the Soviet Economy", in NATO, Economic and Information Directorates, (1982) Planned and non-Planned economies ,Bruxelas ,Nato EID .

FONTES ESTATÍSTICAS :

INE, RECENTEAMENTO INDUSTRIAL (1984)-resultados parciais e provisórios

INE, ESTATÍSTICAS INDUSTRIAIS (vários anos)

MT, QUADROS DE PESSOAL (1981)

INE, RECENTEAMENTO DA POPULAÇÃO (1981)



ACTIVIDADES ECONÓMICAS
NÃO REGULADAS

Métodos de avaliação
tipologias
e interpretações

ANEXOS ESTATÍSTICOS

Dissertação apresentada para
obtenção do grau de mestrado em
Economia

Elsa Maria Nobre da Silva Fontainha

Quadros referentes ao ponto 4.

- Q I Sectores seleccionados e respectivo peso na classe(CAE)
- Q I.A Sectores incluídos na amostra estudada
- Q II Subsectores industriais considerados nas Estatísticas Industriais (1981) por ordem decrescente do VAB
- Q III Sub sectores industriais considerados nas Estatísticas Industriais (1981)
- Q IV Importância no total do VAB,VBP,PESSOAL e FBCF da indústria transformadora dos distritos para os quais existiam em Julho 1987 dados disponíveis do Recenseamento Industrial (1984)
- Q V Coeficiente capital produto e capital emprego para a indústria transformadora portuguesa (1981)segundo avaliação do GEP do M.I.C.-Indústria Transformadora,estimativa do stock de capital
- Q VI Sectores da indústria transformadora portuguesa por ordem decrescente do coeficiente capital produto
- Q VII Sectores a indústria transformadora portuguesa por ordem decrescente da intensidade capitalística.
- Q VIII Valores das variáveis utilizadas na construção dos indicadores de propensão e possibilidade de submersão(1981)

- Q IX Indicadores de propensão e possibilidade de submersão para 28 subsectores da indústria transformadora portuguesa(1981) Média e desvio padrão de cada um dos indicadores
- Q IX.A Indicadores calculados (abrev)
- Q XI Índices de propensão e possibilidade de submersão para 28 subsectores da indústria transformadora portuguesa (1981)
- Q XII Núcleos de índices
- Q XIII Hierarquização de 28 sectores da indústria transformadora portuguesa com base nos indicadores calculados
- Q XIV Indicadores de submersão (IS) para a indústria transformadora ,distrito de Évora(1984)
- Q XV IS para a indústria transformadora distrito de Beja (1984)
- Q XVI IS para a indústria transformadora,distrito de Castelo Branco(1984)
- Q XVII IS para a indústria transformadora ,distrito da Guarda (1984)
- Q XVIII IS para a indústria transformadora ,distrito de Portalegre(1984)
- Q XIX Correspondência entre a NCN (Nomenclatura de Ramos e Produtos das CN Portuguesas) e a CAE

- Q XX Chave de Passagem dos sectores da CAE para a classificação utilizada pelo GEP MIC (1986) no cálculo dos coeficientes capital produto e capital emprego.
- Q XXI Comparação da distribuição sectorial das actividades de ES para vários países e segundo diferentes métodos
- Q XXII Distribuição da população activa no distrito de Braga(1981)
- Q XXIII Comparação entre as variáveis inquiridas nas Estatísticas Industriais (1981) e no Recenseamento Industrial(1984)
- Q XXIV Análise de correlação entre os indicadores de submersão calculados , intra e inter núcleo referente ao mercado de trabalho e às possibilidades de descentralização do processo produtivo

Q I

Sectores seleccionados e respectivo peso
na classe CAE

sectores e peso na classe (vab)

Sectores
seleccionados
dentro de
cada
classe
três dígitos

CAE1973

311		
311710	Panificação	23
312		
31220	Produção de Alimentos Compostos para animais	83
313		
31330	Fabricação de Malte e Cerveja	55
314		
314000	Indústria do Tabaco	100
321		
32113	Fiação,tecel e acab algodão fibras artif sint e mistas	58
322		
322020	Confecção de art de vestuário em sãrie	99
323		
323120	Industria dos Curtumes e artigos de pele excpt.vestuário	81
324		
324000	Fabricação de Calçado excepto plástico borr e mad.	100
331		
331910	Fabricação de Artigos de Cortiça	48
332		
332010	Fabricação de Mobiliário de Madeira e op.conexas	88
341		
34110	Fabricação de Pasta de Papel	46
342		
342010	Artes gráficas	65
351		
35110	Fabricação de Produtos Químicos de Base com excepção	33
352		
35223	Fabricação de Especialidades Farmacêuticas	32
353		
353000	Refinarias de petróleo Bruto	100
355		
355110	Fabricação de Pneus e Câmaras de ar	57
356		
35600	Fabricação de Artigos de Matérias Plásticas	100
361		

sectores e peso na classe (vab)

36100	Fabricação de Porcelana Faiança Grês e Olaria de Barro	100
362		
36201	Indústrias Fundamentais ou de fusão do vidro	90
369		
36910	Fabricação de Mat de Barro para Construção e de Produtos Refractários	30
371		
371015	Obtenção de Laminagem de Ferro e Aço e fabricação	62
372		
372090	Indústrias Básicas de Metais não Ferrosos	85
381		
38199	Fabricação de outros produtos metálicos n.e.	38
382		
382923	Fabricação de Ascensores, escorlas, e mat de elevação	32
383		
38320	Fabricação de aparelhos rad tv e material de telecomunicações	40
384		
38411	Construção e Reparação de Barcos Metálicos	53
385		
385210	Fabricação de Material Óptico	68
390		
39092	Fabricação de artigos de escritório	40

Q I.A

sectores e peso na classe (vab)

311
 311710 Panificação
 312
 31220 Produção de Alimentos Compostos para animais
 313
 31330 Fabricação de Malte e Cerveja
 314
 314000 Indústria do Tabaco
 321
 32113 Fiação,tecel e acab algodão fibras artif sint e mistas
 322
 322020 Confeccção de art de vestuário em srie
 323
 323120 Industria dos Curtumes e artigos de pele excpt.vestuã
 324
 324000 Fabricação de Calçado excepto plástico borr e mad.
 331
 331910 Fabricação de Artigos de Cortiça
 332
 332010 Fabricação de Mobiliário de Madeira e op.conexas
 341
 34110 Fabricação de Pasta de Papel
 342
 342010 Artes gráficas
 351
 35110 Fabricação de Produtos Quimicos de Base com excoadub
 352
 35223 Fabricação de Especialidades Farmacêuticas
 353
 353000 Refinarias de petróleo Bruto
 355
 355110 Fabricação de Pneus e Câmaras de ar
 356
 35600 Fabricação de Artigos de Matlrias Plásticas
 361
 36100 Fabricação de Porcelana Faiança Brs e Olaria de Barro
 362
 36201 Industrias Fundamentais ou de fusão do vidro
 369
 36910 Fabric de Mat de Barro para Const e de Prod refractari
 371
 371015 Obtencção de Laminagem de Ferro e Aço e fabricf.flandr
 372
 372090 Industrias Básicas de Metais não Ferrosos
 381
 38199 Fabricação de outros produtos metálicos n.e.
 382
 382923 Fabricação de Ascensores,escrol, e mat de elevação
 383
 38320 Fabde aparelhos rad tv e material de telecomunicações
 384
 38411 Construção e Reparação de Barcos Metálicos

385

385210 Fabricação de Material Óptico

390

39092 Fabricação de artigos de escritório

ESTATÍSTICAS INDUSTRIAIS 1967

GRUPOS SETORIAIS CRIADOS

Principais CN em setores criados

Setor 731 1967: 500 mil

32117.00	3221.000.00
32481.00	3270000.00
32503.00	3102777.00
32130.00	3027742.00
32400.00	3125041.00
32101.00	3034074.00
32111.00	2997002.00
32520.00	2477021.00
32220.00	2430267.00
32174.00	2214201.00
321013.00	1224007.00
32171.00	872062.00
32123.00	470040.00
32171.00	247732.00
32400.00	247207.00
32410.00	140703.00
32300.00	224741.00
32421.00	224707.00
32100.00	224701.00
32110.00	212407.00
32120.00	217900.00
32421.00	212700.00
32221.00	480001.00
32201.00	437107.00
31400.00	411274.00
32201.00	375074.00
32410.00	374402.00
32110.00	364354.00
32421.00	364000.00
32310.00	329302.00
32221.00	317314.00
32101.00	317201.00
32210.00	317000.00
32120.00	309000.00
32300.00	287107.00
32170.00	282301.00
32100.00	281210.00

Q II Subsectores industriais considerados nas
 Estatísticas Industriais (1981) por ordem
 decrescente do VAB

ESTATISTICAS INDUSTRIAIS INE

SUB SECTORES ORDENADOS

>>assinala os os sectores selec

cae(vers(o 73) VAB(1 000 esc)

32113.00	28272895.00
38411.00	13278042.00
32202.00	11057578.00
32130.00	9529948.00
35600.00	8126061.00
34201.00	8064844.00
34111.00	7999908.00
38320.00	7477651.00
31220.00	7430387.00
38199.00	7244401.00
371015.00	6854507.00
33191.00	6752468.00
341123.00	6470449.00
31171.00	5687572.00
32400.00	5675509.00
36910.00	5600123.00
35300.00	5569461.00
38431.00	5566959.00
36100.00	5491911.00
32112.00	5187107.00
31330.00	5179860.00
36921.00	5127510.00
35223.00	4665621.00
36201.00	4457137.00
31400.00	4123796.00
33201.00	3954274.00
33111.00	3944498.00
35110.00	3884454.00
36993.00	3645290.00
38310.00	3599302.00
382923.00	3373164.00
38131.00	3177124.00
35210.00	3126868.00
34129.00	3095888.00
31340.00	3057197.00
35133.00	2851544.00
37109.00	2812415.00

ponderações no vab

38120.00	2491984.00
36995.00	2479193.00
35121.00	2464878.00
342022.00	2398091.00
38432.00	2390279.00
38391.00	2338848.00
38193.00	2284086.00
31120.00	2243349.00
32312.00	2144387.00
352313.00	2124196.00
35511.00	2108182.00
31112.00	2099813.00
31130.00	2017627.00
38330.00	1980728.00
38399.00	1902866.00
342021.00	1894076.00
31162.00	1872724.00
33112.00	1870541.00
37209.00	1725099.00
351312.00	1693603.00
35234.00	1644467.00
31141.00	1586610.00
32141.00	1516235.00
38433.00	1475668.00
382449.00	1444066.00
31182.00	1417758.00
37107.00	1326042.00
38392.00	1314094.00
38192.00	1288946.00
38440.00	1261681.00
32151.00	1235990.00
38230.00	1193920.00
38220.00	1155424.00
31192.00	1125996.00
35599.00	1109874.00
31154.00	1026654.00
35240.00	1014050.00
35122.00	1003770.00
311523.00	1002694.00
31173.00	1000147.00
31174.00	950022.00
38242.00	918538.00
31191.00	905136.00
33114.00	901046.00
36992.00	871863.00

ponderações no vab

31211.00	868391.00
32123.00	811815.00
31143.00	777903.00
38420.00	751635.00
382956.00	729221.00
38194.00	689635.00
35295.00	671250.00
32115.00	652314.00
38191.00	641618.00
38291.00	635163.00
38112.00	605482.00
31323.00	566270.00
38111.00	555347.00
33113.00	539477.00
31142.00	515578.00
38241.00	513883.00
38521.00	511207.00
35292.00	501586.00
32331.00	488688.00
36202.00	487701.00
35512.00	486095.00
31163.00	451761.00
32114.00	445185.00
38412.00	431297.00
31313.00	420639.00
32124.00	416863.00
33204.00	409938.00
39092.00	387293.00
32191.00	348408.00
38299.00	314137.00
35294.00	307920.00
35296.00	301081.00
36994.00	299497.00
31214.00	285472.00
312192.00	252880.00
38511.00	245911.00
38393.00	224490.00
38243.00	223737.00
31165.00	205170.00
39096.00	197609.00
31314.00	194341.00
39091.00	192304.00
36922.00	181751.00
38252.00	179416.00
32152.00	174289.00

ponderações no vab

39097.00	154170.00
31216.00	153605.00
37201.00	153219.00
35297.00	146991.00
37202.00	144891.00
32116.00	123809.00
36991.00	123273.00
36924.00	115159.00
33203.00	112940.00
32203.00	89800.00
32121.00	73907.00
33122.00	56823.00
32192.00	43802.00
313111.00	40152.00
33121.00	38094.00
33123.00	35634.00
39030.00	30784.00
31181.00	17326.00

total 325374991.00

sectores objecto de
segredo estatístico
312150.00

Q III

Sub sectores industriais considerados nas
Estatísticas Industriais (1981)

ESTATÍSTICAS INDUSTRIAIS INE

Ponderação dos sectores da CAE (seis dígitos)

cae(vers(o 73)	% na classe	VAB(1 000 esc)	Totais parciais
311.00	0.08	2099813.00	
	0.09	2243349.00	
	0.08	2017627.00	
	0.06	1586610.00	
	0.02	515578.00	
	0.03	777903.00	
	0.04	1002694.00	
	0.04	1026654.00	
	0.08	1872724.00	
	0.02	451761.00	
	0.01	205170.00	
	0.23	5687572.00	
	0.04	1000147.00	
	0.04	950022.00	
	0.00	17326.00	
	0.06	1417758.00	
312.00	0.04	905136.00	
	0.05	1125996.00	24903840.00
	0.10	868391.00	
	0.03	285472.00	
	0.02	153605.00	
313.00	0.03	252880.00	
	0.83	7430387.00	8990735.00
	0.00	40152.00	
314.00	0.04	420639.00	
	0.02	194341.00	
	0.06	566270.00	
	0.55	5179860.00	
	0.32	3057197.00	9458459.00
321.00	1.00	4123796.00	4123796.00
	0.11	5187107.00	
321.00	0.58	28272895.00	
	0.01	445185.00	
	0.01	652314.00	
	0.00	123809.00	
	0.00	73907.00	

ponderações no vab

	0.02	811815.00	
	0.01	416863.00	
	0.20	9529948.00	
	0.03	1516235.00	
	0.03	1235990.00	
	0.00	174289.00	
	0.01	348408.00	
	0.00	43802.00	48832567.00
322.00	0.99	11057578.00	
	0.01	89800.00	11147378.00
323.00	0.81	2144387.00	
	0.19	488688.00	2633075.00
324.00	1.00	5675509.00	5675509.00
331.00	0.28	3944498.00	
	0.13	1870541.00	
	0.04	539477.00	
	0.06	901046.00	
	0.00	38094.00	
	0.00	56823.00	
	0.00	35634.00	
	0.48	6752468.00	14138581.00
332.00	0.88	3954274.00	
	0.03	112940.00	
	0.09	409938.00	4477152.00
341.00	0.46	7999908.00	
	0.37	6470449.00	
	0.18	3095888.00	17566245.00
342.00	0.65	8064844.00	
	0.15	1894076.00	
	0.19	2398091.00	12357011.00
351.00	0.33	3884454.00	
	0.21	2464878.00	
	0.08	1003770.00	
	0.14	1693603.00	
	0.24	2851544.00	11898249.00
352.00	0.22	3126868.00	
	0.32	4665621.00	
	0.15	2124196.00	
	0.11	1644467.00	
	0.07	1014050.00	
	0.03	501586.00	
	0.02	307920.00	
	0.05	671250.00	
	0.02	301081.00	
	0.01	146991.00	14504030.00

ponderações no vab

353.00	1.00	5569461.00	5569461.00
355.00	0.57	2108182.00	
	0.13	486095.00	
	0.30	1109874.00	3704151.00
356.00	1.00	8126061.00	8126061.00
361.00	1.00	5491911.00	5491911.00
362.00	0.90	4457137.00	
	0.10	487701.00	4944838.00
369.00	0.30	5600123.00	
	0.28	5127510.00	
	0.01	181751.00	
	0.01	115159.00	
	0.01	123273.00	
	0.05	871863.00	
	0.20	3645290.00	
	0.02	299497.00	
	0.13	2479193.00	18443659.00
371.00	0.62	6854507.00	
	0.12	1326042.00	
	0.26	2812415.00	10992964.00
372.00	0.08	153219.00	
	0.07	144891.00	
	0.85	1725099.00	2023209.00
381.00	0.03	555347.00	
	0.03	605482.00	
	0.13	2491984.00	
	0.17	3177124.00	
	0.03	641618.00	
	0.07	1288946.00	
	0.12	2284086.00	
	0.04	689635.00	
	0.38	7244401.00	18978623.00
382.00	0.11	1155424.00	
	0.11	1193920.00	
	0.05	513883.00	
	0.09	918538.00	
	0.02	223737.00	
	0.14	1444066.00	
	0.02	179416.00	
	0.06	635163.00	
	0.32	3373164.00	
	0.07	729221.00	
	0.03	314137.00	10680669.00
383.00	0.19	3599302.00	
	0.40	7477651.00	

ponderações no vab

	0.11	1980728.00	
	0.12	2338848.00	
	0.07	1314094.00	
	0.01	224490.00	
	0.10	1902866.00	18837979.00
384.00	0.53	13278042.00	
	0.02	431297.00	
	0.03	751635.00	
	0.22	5566959.00	
	0.10	2390279.00	
	0.06	1475668.00	
385.00	0.05	1261681.00	25155561.00
	0.32	245911.00	
	0.68	511207.00	757118.00
390.00	0.03	30784.00	
	0.20	192304.00	
	0.40	387293.00	
	0.21	197609.00	
	0.16	154170.00	962160.00

TOTAL 322453323.00

SDMA 325374991.00

soma sem ...

Dados objecto de
segredo estatístico

312150.00
313240.00
352930.00
354020.00
381950.00
382100.00
382510.00
385120.00
385190.00

total 2921668.00

Q IV

Importância no total do VAB, VBP, PESSOAL e FBCF da indústria transformadora dos distritos para os quais existiam em Julho 1987 dados disponíveis do Recenseamento Industrial (1984)

Distribuição por distritos e regiões, Autónomas do VAB, VBP, PESSOAL e FBCF já dispon. do RI

DISTRITOS	BEJA	BRAGANÇA	CAST. BRANCO	EVORA	GUARDA	PORTALEGRE
1981.000						
PESSOAL	1763.000	1201.000	15117.000	6586.000	8883.000	4819.000
VBP	1550121.000	1123166.000	14249616.000	8177725.000	10158336.000	8686241.000
VAB	443347.000	298074.000	4807292.000	2239748.000	2787663.000	1688536.000
FBCF	168551.000	70734.000	1403604.000	581305.000	477338.000	279969.000

% NO TOTAL

PESSOAL	0.003	0.002	0.022	0.009	0.013	0.007
VBP	0.001	0.001	0.013	0.007	0.009	0.008
VAB	0.001	0.001	0.015	0.007	0.009	0.005
FBCF	0.002	0.001	0.017	0.007	0.006	0.003

VILA REAL	RA. A.ORES	RA. MADEIRA	TOTAL
2630.000	4679.000	5543.000	695301.000
2051174.000	7798505.000	4972692.000	1107073391.000
760827.000	2199624.000	2061541.000	322453323.000
211665.000	226085.000	345688.000	82458712.000

0.004	0.007	0.008	1.000
0.002	0.007	0.004	1.000
0.002	0.007	0.006	1.000
0.003	0.003	0.004	1.000

Q

V

Coeficiente capital produto e capital
emprego para a indústria transformadora
portuguesa (1981)

coeficiente capital produto e capital emprego

CAPITAL
EMPREGO

1981

P. CORR

1000CONTOS

K/L	sector	K/P
1096	1	2.435
1281	2	8.263
1796	3	5.219
919	4	3.704
1070	5	2.915
4120	6	3.84
2100	7	1.475
1963	8	3.203
5071	9	3.233
4520	10	5.761
1035	11	1.767
1968	12	0.805
1162	13	3.135
959	14	3.865
768	15	2.634
833	16	1.808
576	17	1.698
365	18	1.327
818	19	2.805
1313	20	1.981
602	21	2.258
410	22	1.326
761	23	2.985
1884	24	4.076
3113	25	5.007
710	26	2.76
870	27	1.796
829	28	2.513
1319	29	2.936
3802	30	3.327
697	31	1.335
1039	32	2.344
942	33	1.365
7605	34	13.152
5238	35	-5.535
11270	36	9.417

coeficiente capital produto e capital emprego

3550	37	4.301
1069	38	1.305
1020	39	1.723
1060	40	1.428
27945	41	10.943
2013	42	2.527
1047	43	3.185
1012	44	1.946
1213	45	1.801
822	46	1.913
1423	47	2.906
871	48	2.323
1216	49	3.32
5436	50	4.064
880	51	1.937
1157	52	2.633
5347	53	5.727
1012	54	2.421
7955	55	14.49
1054	56	2.34
499	57	1.058
1478	58	2.726
2419	59	6.397
749	60	1.533
716	61	1.482
857	62	2.373
888	63	1.859
425	64	0.949
1860	65	2.991
560	66	1.305
1708	67	3.557
808	68	1.289
1513	69	1.572
716	70	1.487
3188	71	3.303
909	72	1.408
3340	73	6.978
1052	74	3.032
1626	75	2.818
1138	76	3.009
582	77	1.455
1121	78	3.284
1400	TOTAL	3.013

Q VI Sectores da indústria transformadora portuguesa por ordem decrescente do coeficiente capital produto

ORDENADOS SECTORES SEG K/P

1981
P.CORR
1000CONTOS

K/L	sector	K/P
7955	55	14.49
7605	34	13.152
27945	41	10.943
11270	36	9.417
1281	2	8.263
3340	73	6.978
2419	59	6.397
4520	10	5.761
5347	53	5.727
1796	3	5.219
3113	25	5.007
3550	37	4.301
1884	24	4.076
5436	50	4.064
959	14	3.865
4120	6	3.84
919	4	3.704
1708	67	3.557
3802	30	3.327
1216	49	3.32
3188	71	3.303
1121	78	3.284
5071	9	3.233
1963	8	3.203
1047	43	3.185
1162	13	3.135
1052	74	3.032
1400	TOTAL	3.013
1138	76	3.009
1860	65	2.991
761	23	2.985
1319	29	2.936
1070	5	2.915
1423	47	2.906
1626	75	2.818

ordenacao segundo o coeficiente capital/produto

818	19	2.805
710	26	2.76
1478	58	2.726
768	15	2.634
1157	52	2.633
2013	42	2.527
829	28	2.513
1096	1	2.435
1012	54	2.421
857	62	2.373
1039	32	2.344
1054	56	2.34
871	48	2.323
602	21	2.258
1313	20	1.981
1012	44	1.946
880	51	1.937
822	46	1.913
888	63	1.859
833	16	1.808
1213	45	1.801
870	27	1.796
1035	11	1.767
1020	39	1.723
576	17	1.698
1513	69	1.572
749	60	1.533
716	70	1.487
716	61	1.482
2100	7	1.475
582	77	1.455
1060	40	1.428
909	72	1.408
942	33	1.365
697	31	1.335
365	18	1.327
410	22	1.326
1069	38	1.305
560	66	1.305
808	68	1.289
499	57	1.058
425	64	0.949
1968	12	0.805
5238	35	-5.535

1157	52	2.633
1138	76	3.009
1121	78	3.284
1096	1	2.435
1070	5	2.915
1069	38	1.305
1060	40	1.428
1054	56	2.34
1052	74	3.032
1047	43	3.185
1039	32	2.344
1035	11	1.767
1020	39	1.723
1012	54	2.421
1012	44	1.946
959	14	3.865
942	33	1.365
919	4	3.704
909	72	1.408
888	63	1.859
880	51	1.937
871	48	2.323
870	27	1.796
857	62	2.373
833	16	1.808
829	28	2.513
822	46	1.913
818	19	2.805
808	68	1.289
768	15	2.634
761	23	2.985
749	60	1.533
716	61	1.482
716	70	1.487
710	26	2.76
697	31	1.335
602	21	2.258
582	77	1.455
576	17	1.698
560	66	1.305
499	57	1.058
425	64	0.949
410	22	1.326
365	18	1.327

Quadro VII Sectores da Indústria Transformadora
Portuguesa por ordem decrescente da intensidade
capitalística

COEFICIENTE
CAPITAL
EMPREGO

1981

P. CORR
1000CONTOS

K/L	sector	K/P
27945	41	10.943
11270	36	9.417
7955	55	14.49
7605	34	13.152
5436	50	4.064
5347	53	5.727
5238	35	-5.535
5071	9	3.233
4520	10	5.761
4120	6	3.84
3802	30	3.327
3550	37	4.301
3340	73	6.978
3188	71	3.303
3113	25	5.007
2419	59	6.397
2100	7	1.475
2013	42	2.527
1968	12	0.805
1963	8	3.203
1884	24	4.076
1860	65	2.991
1796	3	5.219
1708	67	3.557
1626	75	2.818
1513	69	1.572
1478	58	2.726
1423	47	2.906
1400		3.013
1319	29	2.936
1313	20	1.981
1281	2	8.263
1216	49	3.32
1213	45	1.801
1162	13	3.135
1157	52	2.633
1138	76	3.009
1121	78	3.284

1096	1	2.435
1070	5	2.915
1069	38	1.305
1060	40	1.428
1054	56	2.34
1052	74	3.032
1047	43	3.185
1039	32	2.344
1035	11	1.767
1020	39	1.723
1012	54	2.421
1012	44	1.946
959	14	3.865
942	33	1.365

... ..

...
11780	24,000	24,000.00	1,000.00	1,000	23,000	1,000
11781	25,000	25,000.00	1,000.00	1,000	24,000	1,000
11782	26,000	26,000.00	1,000.00	1,000	25,000	1,000
11783	27,000	27,000.00	1,000.00	1,000	26,000	1,000
11784	28,000	28,000.00	1,000.00	1,000	27,000	1,000
11785	29,000	29,000.00	1,000.00	1,000	28,000	1,000
11786	30,000	30,000.00	1,000.00	1,000	29,000	1,000
11787	31,000	31,000.00	1,000.00	1,000	30,000	1,000
11788	32,000	32,000.00	1,000.00	1,000	31,000	1,000
11789	33,000	33,000.00	1,000.00	1,000	32,000	1,000
11790	34,000	34,000.00	1,000.00	1,000	33,000	1,000
11791	35,000	35,000.00	1,000.00	1,000	34,000	1,000
11792	36,000	36,000.00	1,000.00	1,000	35,000	1,000
11793	37,000	37,000.00	1,000.00	1,000	36,000	1,000
11794	38,000	38,000.00	1,000.00	1,000	37,000	1,000
11795	39,000	39,000.00	1,000.00	1,000	38,000	1,000
11796	40,000	40,000.00	1,000.00	1,000	39,000	1,000
11797	41,000	41,000.00	1,000.00	1,000	40,000	1,000
11798	42,000	42,000.00	1,000.00	1,000	41,000	1,000
11799	43,000	43,000.00	1,000.00	1,000	42,000	1,000
11800	44,000	44,000.00	1,000.00	1,000	43,000	1,000
11801	45,000	45,000.00	1,000.00	1,000	44,000	1,000
11802	46,000	46,000.00	1,000.00	1,000	45,000	1,000
11803	47,000	47,000.00	1,000.00	1,000	46,000	1,000
11804	48,000	48,000.00	1,000.00	1,000	47,000	1,000
11805	49,000	49,000.00	1,000.00	1,000	48,000	1,000
11806	50,000	50,000.00	1,000.00	1,000	49,000	1,000
11807	51,000	51,000.00	1,000.00	1,000	50,000	1,000
11808	52,000	52,000.00	1,000.00	1,000	51,000	1,000
11809	53,000	53,000.00	1,000.00	1,000	52,000	1,000
11810	54,000	54,000.00	1,000.00	1,000	53,000	1,000
11811	55,000	55,000.00	1,000.00	1,000	54,000	1,000
11812	56,000	56,000.00	1,000.00	1,000	55,000	1,000
11813	57,000	57,000.00	1,000.00	1,000	56,000	1,000
11814	58,000	58,000.00	1,000.00	1,000	57,000	1,000
11815	59,000	59,000.00	1,000.00	1,000	58,000	1,000
11816	60,000	60,000.00	1,000.00	1,000	59,000	1,000
11817	61,000	61,000.00	1,000.00	1,000	60,000	1,000
11818	62,000	62,000.00	1,000.00	1,000	61,000	1,000
11819	63,000	63,000.00	1,000.00	1,000	62,000	1,000
11820	64,000	64,000.00	1,000.00	1,000	63,000	1,000
11821	65,000	65,000.00	1,000.00	1,000	64,000	1,000
11822	66,000	66,000.00	1,000.00	1,000	65,000	1,000
11823	67,000	67,000.00	1,000.00	1,000	66,000	1,000
11824	68,000	68,000.00	1,000.00	1,000	67,000	1,000
11825	69,000	69,000.00	1,000.00	1,000	68,000	1,000
11826	70,000	70,000.00	1,000.00	1,000	69,000	1,000
11827	71,000	71,000.00	1,000.00	1,000	70,000	1,000
11828	72,000	72,000.00	1,000.00	1,000	71,000	1,000
11829	73,000	73,000.00	1,000.00	1,000	72,000	1,000
11830	74,000	74,000.00	1,000.00	1,000	73,000	1,000
11831	75,000	75,000.00	1,000.00	1,000	74,000	1,000
11832	76,000	76,000.00	1,000.00	1,000	75,000	1,000
11833	77,000	77,000.00	1,000.00	1,000	76,000	1,000
11834	78,000	78,000.00	1,000.00	1,000	77,000	1,000
11835	79,000	79,000.00	1,000.00	1,000	78,000	1,000
11836	80,000	80,000.00	1,000.00	1,000	79,000	1,000
11837	81,000	81,000.00	1,000.00	1,000	80,000	1,000
11838	82,000	82,000.00	1,000.00	1,000	81,000	1,000
11839	83,000	83,000.00	1,000.00	1,000	82,000	1,000
11840	84,000	84,000.00	1,000.00	1,000	83,000	1,000
11841	85,000	85,000.00	1,000.00	1,000	84,000	1,000
11842	86,000	86,000.00	1,000.00	1,000	85,000	1,000
11843	87,000	87,000.00	1,000.00	1,000	86,000	1,000
11844	88,000	88,000.00	1,000.00	1,000	87,000	1,000
11845	89,000	89,000.00	1,000.00	1,000	88,000	1,000
11846	90,000	90,000.00	1,000.00	1,000	89,000	1,000
11847	91,000	91,000.00	1,000.00	1,000	90,000	1,000
11848	92,000	92,000.00	1,000.00	1,000	91,000	1,000
11849	93,000	93,000.00	1,000.00	1,000	92,000	1,000
11850	94,000	94,000.00	1,000.00	1,000	93,000	1,000
11851	95,000	95,000.00	1,000.00	1,000	94,000	1,000
11852	96,000	96,000.00	1,000.00	1,000	95,000	1,000
11853	97,000	97,000.00	1,000.00	1,000	96,000	1,000
11854	98,000	98,000.00	1,000.00	1,000	97,000	1,000
11855	99,000	99,000.00	1,000.00	1,000	98,000	1,000
11856	100,000	100,000.00	1,000.00	1,000	99,000	1,000

Q

VIII

Valores das variáveis utilizadas na
construção dos indicadores de propensão
e possibilidade de submersão (1981)

variáveis principais
dos 28
sectores

sectores	estab	vab	men5	mais500	pesstot	peppren
311710	2173.000	5687572.000	1149.000	3.000	24384.000	4277.000
312200	106.000	7430387.000	11.000	0.000	5264.000	27.000
313300	8.000	5179860.000	0.000	2.000	3302.000	0.000
314000	8.000	4123796.000	1.000	1.000	1936.000	0.000
321130	365.000	28272895.000	17.000	40.000	76354.000	100.000
322020	444.000	11057578.000	15.000	11.000	40309.000	184.000
323120	118.000	2144387.000	31.000	0.000	3305.000	68.000
324000	420.000	5675509.000	31.000	1.000	18564.000	244.000
331910	395.000	6752468.000	113.000	3.000	14324.000	394.000
332010	643.000	3954274.000	240.000	0.000	12670.000	733.000
341110	6.000	7999908.000	0.000	4.000	5118.000	0.000
342010	881.000	8064844.000	237.000	2.000	18680.000	438.000
351100	104.000	3884434.000	17.000	3.000	6769.000	28.000
352230	88.000	4665621.000	6.000	1.000	7892.000	18.000
353000	3.000	5569461.000	0.000	3.000	2181.000	0.000
355110	4.000	2108182.000	0.000	3.000	2646.000	0.000
356000	285.000	8126061.000	21.000	1.000	15713.000	100.000
361000	95.000	5491911.000	16.000	6.000	12875.000	53.000
362010	23.000	4457137.000	0.000	11.000	9100.000	1.000
369100	339.000	5600123.000	26.000	0.000	15488.000	188.000
371015	11.000	6854507.000	0.000	2.000	7342.000	1.000
372090	107.000	1725099.000	27.000	2.000	3877.000	49.000
381990	343.000	7244401.000	42.000	4.000	14937.000	115.000
382923	20.000	3373164.000	0.000	2.000	5425.000	2.000
383200	38.000	7477651.000	2.000	10.000	15536.000	8.000
384110	22.000	13206715.000	1.000	9.000	22921.000	4.000
385210	14.000	511207.000	1.000	1.000	1286.000	9.000
390920	8.000	387293.000	1.000	0.000	306.000	4.000

fonte:estatísticas industriais 1981

pearea	pearea	menis	reatot	ord+sal	pearea	pearea
20107.000	16528.000	769.000	3698977.000	2996711.000	2441543.000	26314.000
5237.000	3887.000	23.000	1716594.000	1344051.000	918187.000	1057.000
3302.000	2663.000	0.000	1301819.000	981397.000	757359.000	0.000
1936.000	1470.000	6.000	825521.000	648613.000	473212.000	0.000
76254.000	70922.000	3120.000	17109975.000	13737552.000	12143518.000	12117.000
40125.000	36783.000	2000.000	7399648.000	5942114.000	5041708.000	56542.000
3237.000	2793.000	110.000	856110.000	679735.000	544966.000	6194.000
18320.000	16787.000	2130.000	3472780.000	2781708.000	2363009.000	28218.000
13930.000	12641.000	804.000	3158930.000	2496687.000	2145845.000	1231.000
11937.000	10617.000	910.000	2171037.000	1698850.000	1426598.000	6202.000
5118.000	4182.000	12.000	2321444.000	1854375.000	1467197.000	0.000
18242.000	14367.000	771.000	4959698.000	3988847.000	2794284.000	12966.000
6741.000	4670.000	8.000	2895257.000	2208401.000	1305142.000	16550.000
7874.000	4606.000	3.000	2889165.000	2138508.000	987650.000	1066.000
2181.000	1740.000	3.000	1347011.000	895040.000	689651.000	0.000
2646.000	2278.000	10.000	1267950.000	901003.000	721414.000	0.000
15613.000	13181.000	331.000	4239233.000	3337841.000	2581703.000	9428.000
12822.000	11380.000	369.000	3516825.000	2772649.000	2358766.000	1307.000
9099.000	8042.000	115.000	3380572.000	2614603.000	2214733.000	0.000
15300.000	13812.000	681.000	3656380.000	2875200.000	2474606.000	0.000
7341.000	6324.000	0.000	3506138.000	2721696.000	2246537.000	0.000
3828.000	3368.000	183.000	1009852.000	802705.000	659016.000	2556.000
14822.000	12595.000	798.000	4235654.000	3315171.000	2637640.000	6764.000
5423.000	4157.000	99.000	2347047.000	1790352.000	1277641.000	857.000
15528.000	12636.000	47.000	5125694.000	3909166.000	2847673.000	1781.000
22917.000	19561.000	127.000	11397034.000	8983052.000	7510744.000	0.000
1277.000	1157.000	35.000	336436.000	272471.000	240979.000	0.000
302.000	218.000	11.000	101672.000	81273.000	48391.000	0.000

contss	fbcfat	fbcfnov	servpres	totcons
687290.000	572569.000	360017.000	5384.000	8475761.000
325736.000	682624.000	625692.000	220579.000	39822357.000
237220.000	715503.000	703714.000	0.000	3725077.000
153593.000	539720.000	492464.000	1179.000	3243986.000
3178014.000	9971447.000	9208985.000	4760800.000	46199292.000
1392845.000	1089535.000	915933.000	2270180.000	19506953.000
171913.000	337516.000	282040.000	106197.000	4850190.000
659382.000	912130.000	797552.000	57115.000	8513295.000
639320.000	878568.000	678996.000	93193.000	11504315.000
448952.000	520185.000	428085.000	41006.000	4192565.000
399036.000	3257940.000	3061125.000	3647.000	10132984.000
840731.000	1258779.000	955652.000	400439.000	7759358.000
546595.000	7684344.000	7173872.000	124599.000	16731157.000
495313.000	520246.000	387974.000	562851.000	8348417.000
205786.000	303114.000	303574.000	505452.000	152810728.000
274561.000	641791.000	485633.000	21060.000	3557048.000
817793.000	1981668.000	1524049.000	144786.000	14081661.000
678474.000	1314626.000	1211895.000	1214.000	4429687.000
674955.000	735932.000	676449.000	27362.000	4961155.000
753185.000	2115539.000	1873553.000	158976.000	5305586.000
612352.000	4448083.000	3381739.000	4418.000	18191354.000
194297.000	280013.000	268967.000	14953.000	3834947.000
802543.000	1221536.000	1088949.000	1819156.000	7775008.000
423793.000	722218.000	667206.000	499135.000	3263736.000
959289.000	1479577.000	1205188.000	50256.000	15097443.000
1536444.000	1572111.000	972740.000	16342183.000	8501471.000
62418.000	85055.000	64832.000	27125.000	339259.000
19365.000	32957.000	29335.000	75.000	265262.000

14 Indústrias de produtos e
possibilidade de aumento para 20
subseções da indústria transformadora
participativa: Madeira e lençóis, madeira
de casa e dos indústrias

energ	servrec	pat enarc	vbp
956981.000	6891.000	748.000	14163333.000
446398.000	312253.000	23299.000	47252744.000
479970.000	0.000	31696.000	8904937.000
84627.000	482.000	1698.000	7367782.000
4082468.000	2051098.000	68776.000	74472187.000
247421.000	1532552.000	13397.000	30564531.000
154551.000	24911.000	5001.000	6994577.000
100224.000	94486.000	71514.000	14188804.000
388648.000	26797.000	8.000	18256783.000
144647.000	50084.000	780.000	8146839.000
2054825.000	2335.000	0.000	18132892.000
161005.000	425726.000	16496.000	15824202.000
3189694.000	7436.000	264644.000	20615611.000
99431.000	109327.000	190274.000	13014038.000
7276177.000	297115.000	0.000	158380189.000
224330.000	7732.000	104831.000	5665230.000
653387.000	101211.000	55941.000	22207722.000
1619480.000	8728.000	7579.000	9921598.000
2013504.000	32959.000	39266.000	9418292.000
2835945.000	19050.000	196.000	10905709.000
3226366.000	87401.000	39814.000	25045861.000
166738.000	36391.000	9.000	5560046.000
387841.000	523637.000	20936.000	15019409.000
75580.000	477556.000	42887.000	6636900.000
202615.000	16734.000	219852.000	22575094.000
584824.000	2656777.000	0.000	21708186.000
16143.000	60.000	0.000	850466.000
6761.000	0.000	158.000	652555.000

Indicadores de propensão e
possibilidade de submersão para 28
subsectores da indústria transformadora
portuguesa(1981) Média e desvio padrão
de cada um dos indicadores

vab/pess	vbp/pess	contss/reatot	pessdca/pessop	pessnr/pesstat	men18/pessop	estab/pesstat
233.250	580.845	0.186	0.011	0.175	0.047	11.221
1411.548	8976.585	0.190	0.001	0.005	0.006	49.660
1568.704	2696.831	0.182	0.000	0.000	0.000	412.750
2130.060	3805.673	0.186	0.000	0.000	0.004	242.000
370.287	975.354	0.186	0.001	0.001	0.044	209.189
274.320	758.256	0.188	0.011	0.005	0.054	90.786
648.831	2116.362	0.201	0.011	0.021	0.039	28.008
305.727	764.318	0.190	0.012	0.013	0.127	44.200
471.409	1274.559	0.202	0.001	0.028	0.064	36.263
312.097	643.002	0.207	0.004	0.058	0.086	19.705
1563.093	3542.964	0.172	0.000	0.000	0.003	853.000
431.737	847.120	0.170	0.005	0.023	0.054	21.203
573.856	3045.592	0.189	0.013	0.004	0.002	65.087
591.184	1649.016	0.171	0.001	0.002	0.001	89.682
2553.627	72618.152	0.153	0.000	0.000	0.002	727.000
796.743	2141.054	0.217	0.000	0.000	0.004	661.500
517.155	1413.334	0.193	0.004	0.006	0.025	55.133
426.556	770.610	0.193	0.001	0.004	0.032	135.526
489.795	1034.977	0.200	0.000	0.000	0.014	395.652
361.578	704.139	0.206	0.000	0.012	0.049	45.687
933.602	3411.313	0.175	0.000	0.000	0.000	667.455
444.957	1434.110	0.192	0.004	0.013	0.054	36.234
484.997	1005.517	0.189	0.003	0.008	0.063	43.548
621.781	1223.392	0.181	0.001	0.000	0.024	271.250
481.311	1453.083	0.187	0.001	0.001	0.004	408.842
576.184	947.087	0.135	0.000	0.000	0.006	1041.864
397.517	661.327	0.186	0.000	0.007	0.030	91.857
1265.663	2132.533	0.190	0.000	0.013	0.050	38.250
media,maximo,minimo,desvio padr(o),variância :						
758.485	4379.540	0.186	0.003	0.014	0.032	242.591
2553.627	72618.152	0.217	0.013	0.175	0.127	1041.864
233.250	580.845	0.135	0.000	0.000	0.000	11.221
575.768	13236.648	0.016	0.004	0.033	0.031	287.318
331509.027	175208860.920	0.000	0.000	0.001	0.001	82551.668

men5/estab mais500/est servrec/totconservpres/vbp energ/totcons ordsal/pessop patemarc/totcon

fonte:estatísticas industriais 1981

0.529	0.001	0.001	0.000	0.113	0.815	0.000
0.104	0.000	0.008	0.005	0.011	0.683	0.001
0.000	0.250	0.000	0.000	0.129	0.772	0.009
0.125	0.125	0.000	0.000	0.026	0.730	0.001
0.047	0.110	0.044	0.064	0.088	0.884	0.001
0.034	0.025	0.079	0.074	0.013	0.848	0.001
0.263	0.000	0.005	0.015	0.032	0.802	0.001
0.074	0.002	0.011	0.004	0.012	0.849	0.008
0.286	0.008	0.002	0.005	0.034	0.859	0.000
0.373	0.000	0.012	0.005	0.035	0.840	0.000
0.000	0.667	0.000	0.000	0.203	0.791	0.000
0.269	0.002	0.055	0.025	0.021	0.701	0.002
0.163	0.029	0.000	0.006	0.191	0.591	0.016
0.068	0.011	0.013	0.043	0.012	0.462	0.023
0.000	1.000	0.002	0.003	0.048	0.771	0.000
0.000	0.750	0.002	0.004	0.063	0.801	0.029
0.074	0.004	0.007	0.007	0.046	0.773	0.004
0.168	0.063	0.002	0.000	0.366	0.851	0.002
0.000	0.478	0.007	0.003	0.406	0.847	0.008
0.077	0.000	0.004	0.015	0.535	0.861	0.000
0.000	0.182	0.005	0.000	0.177	0.825	0.002
0.252	0.019	0.009	0.003	0.043	0.821	0.000
0.122	0.012	0.067	0.121	0.050	0.796	0.003
0.000	0.100	0.146	0.075	0.023	0.714	0.013
0.053	0.263	0.001	0.002	0.013	0.728	0.015
0.045	0.409	0.313	0.753	0.069	0.836	0.000
0.071	0.071	0.000	0.032	0.048	0.884	0.000
0.125	0.000	0.000	0.000	0.025	0.595	0.001
0.119	0.164	0.028	0.045	0.101	0.776	0.005
0.529	1.000	0.313	0.753	0.535	0.884	0.029
0.000	0.000	0.000	0.000	0.011	0.462	0.000
0.128	0.258	0.063	0.139	0.130	0.097	0.008
0.016	0.067	0.004	0.019	0.017	0.009	0.000

fbcfnav/fbcf rentot/pesstat

0.629	151.697
0.917	326.101
0.984	394.252
0.912	426.405
0.924	224.087
0.841	183.573
0.836	259.035
0.874	187.071
0.773	220.534
0.823	171.353
0.940	453.584
0.759	265.508
0.934	427.723
0.746	366.088
1.002	617.612
0.757	479.195
0.769	269.791
0.922	273.151
0.919	371.491
0.886	236.078
0.760	477.545
0.961	260.473
0.891	283.568
0.924	432.635
0.815	329.924
0.619	497.231
0.762	261.614
0.890	332.261

0.849	327.842
1.002	617.612
0.619	151.697
0.097	114.171
0.009	13034.975

Q. IX. A

Indicadores calculados com base nas Estatísticas Industriais

- vab/pess= valor acrescentado bruto/pessoal ao serviço (produtividade trabalho).
- vbp/pess= valor bruto de produção/pessoal ao serviço (produtividade aparente do trabalho).
- contss/remtot= contribuições patronais para a Segurança Social/Despesas com o pessoal.
- pessdom/pessop= remunerações pagas ao pessoal à tarefa ao domicílio/remunerações do pessoal operário.
- pessnr/pesstot= pessoal não remunerado/pessoal total.
- men 18/pessop= pessoal operário menor 18 anos/pessoal operário total.
- estab/pesstot= dimensão média empresarial.
- men 5/estab= número de empresas com menos de cinco trabalhadores/número total de empresas.
- mais 500/est= número de empresas com mais de 500 trabalhadores/número total de empresas.
- servrec/totcon= trabalhos industriais executados sob contrato ou à comissão por terceiros/materiais, energia e serviços comprados.
- servpres/vbp= serviços industriais prestados a terceiros.
- energ/totcons= energia consumida/total consumos.
- patemar/totcon= patentes e marcas/materiais e energia consumidos e serviços comprados.
- fbcfnov/totcon= FBCF novo/FBCF total.

Q

XI Índices de propensão e possibilidade de
submersão para 28 subsectores da
indústria transformadora portuguesa
(1981)

INDICES

A	B	C	D	E	F	G	
0.00	0.00	61.96	82.90	100.23	36.64	0.00	
50.78	11.65	66.78	8.86	2.93	4.66	3.69	
57.55	2.94	57.59	0.00	0.00	0.00	39.54	
81.75	4.48	62.26	0.00	0.00	3.21	22.15	
5.91	0.55	61.88	7.68	0.75	34.64	19.00	
1.77	0.25	64.92	86.27	2.61	42.81	7.64	
17.91	2.13	80.25	87.43	11.76	31.01	1.61	
3.12	0.25	66.92	91.86	7.51	99.91	3.17	
10.26	0.96	82.18	4.41	15.72	50.08	2.40	
3.40	0.09	87.55	33.44	33.06	67.49	0.81	
57.31	4.11	44.99	0.00	0.00	2.26	80.80	
8.55	0.37	42.09	35.69	13.40	42.26	0.96	
14.68	3.42	65.60	97.54	2.36	1.35	5.17	
15.43	1.48	44.44	8.30	1.30	0.51	7.53	
100.00	100.00	21.67	0.00	0.00	1.36	68.70	
24.28	2.17	99.44	0.00	0.00	3.46	62.41	
12.24	1.16	70.62	28.09	3.64	19.77	4.21	
8.33	0.26	70.64	4.26	2.35	25.53	11.93	
11.06	0.63	78.85	0.00	0.06	11.26	36.90	
5.53	0.17	86.58	0.00	6.94	38.82	3.31	
30.18	3.93	48.36	0.00	0.08	0.00	62.99	
9.12	1.18	70.00	29.83	7.22	42.78	2.40	
10.85	0.59	66.43	19.73	4.40	49.89	3.10	
16.74	0.89	55.57	5.16	0.21	18.75	24.96	
10.69	1.21	63.60	4.81	0.29	2.93	38.16	
14.78	0.51	-0.23	0.00	0.10	5.11	98.92	
7.08	0.11	61.62	0.00	4.00	23.82	7.74	
44.49	2.15	67.64	0.00	7.47	39.73	2.59	

NOTA (QUADRO XI) Este quadro corresponde à transformação em índice dos valores do quadro IX.

fonte:estatísticas industriais 1981

H	I	J	K	L	M	N	
99.96	0.14	0.26	83.59	0.30	2.57	0.00	
19.62	0.00	2.51	52.40	2.02	78.11	37.43	
0.00	25.00	0.00	73.39	29.34	95.68	52.06	
23.63	12.50	0.05	63.41	1.80	77.02	58.96	
8.80	10.96	14.18	99.99	5.13	79.93	15.54	
6.39	2.48	25.10	91.58	2.37	58.18	6.84	
49.66	0.00	1.64	80.51	3.56	56.86	23.04	
13.95	0.24	3.55	91.82	28.97	67.03	7.59	
54.08	0.76	0.74	94.19	0.00	40.38	14.77	
70.56	0.00	3.82	89.51	0.64	53.53	4.22	
0.00	66.67	0.07	78.01	0.00	84.14	64.79	
50.85	0.23	17.53	56.52	7.33	36.80	24.43	
30.90	2.88	0.14	30.57	54.54	82.56	59.24	
12.89	1.14	4.18	-0.04	78.59	33.25	46.02	
0.00	100.00	0.62	73.11	0.00	100.40	100.00	
0.00	75.00	0.69	80.26	101.63	36.14	70.29	
13.93	0.35	2.30	73.81	13.70	39.39	25.35	
31.84	6.32	0.63	92.12	5.90	79.49	26.07	
0.00	47.83	2.12	91.25	27.29	78.79	47.17	
14.50	0.00	1.15	94.47	0.13	69.98	18.11	
0.00	18.18	1.53	86.12	7.55	37.08	69.94	
47.70	1.87	3.03	85.07	0.01	89.65	23.35	
23.15	1.17	21.52	79.06	9.29	71.51	28.30	
0.00	10.00	46.75	59.63	45.31	80.01	60.30	
9.95	26.32	0.35	63.14	50.21	51.33	38.25	
8.59	40.91	99.84	88.65	0.00	-0.07	74.16	
13.50	7.14	0.06	100.10	0.00	37.59	23.59	
23.63	0.00	0.00	31.61	2.05	71.15	38.75	

Quadro XI - Índices dos índices fisiológicos para os 25
sectores

P	Q
0.05	19.45
0.62	0.04
0.00	22.49
0.02	2.88
8.49	14.76
9.86	0.32
2.02	3.98
0.53	0.15
0.68	4.35
0.67	4.48
0.03	36.60
3.36	1.86
0.80	34.28
5.74	0.17
0.42	6.99
0.49	9.94
0.97	6.76
0.02	67.67
0.39	75.35
1.94	99.91
0.02	31.75
0.36	6.20
16.09	7.42
9.99	2.32
0.30	0.46
99.98	11.03
4.24	6.98
0.02	2.76

NOTA: Fluxo-0-2-7

Fluxo-0-2-7-0-1

Fluxo-0-2

Fluxo-0-2-0

Fluxo-0-2-0-0

Fluxo-0-2-0-0-0

Quadro XII-Núcleos dos índices calculados para os 28 sectores

flexmo1	flexmo2	desc1	desc2	níveltec	tec2
219.77	319.57	63.46	63.72	-96.15	-96.46
16.45	36.06	8.82	11.32	-130.51	-132.53
0.00	-25.00	-22.49	-22.49	-169.07	-193.41
3.21	14.74	-2.88	-2.88	-140.43	-142.27
43.06	40.91	-7.09	7.10	-179.92	-185.04
131.59	135.63	85.95	111.05	-149.76	-152.17
130.20	179.83	87.45	85.09	-137.76	-140.92
199.28	212.99	91.71	95.26	-158.95	-167.62
70.21	123.57	0.06	0.81	-134.57	-134.57
133.99	204.55	28.94	32.77	-143.04	-143.68
2.26	-64.41	-36.60	-36.53	-162.16	-162.16
91.35	141.97	33.87	51.76	-93.32	-100.65
101.26	129.27	63.24	63.40	-113.17	-167.67
10.12	21.87	8.17	12.31	-33.21	-111.80
1.36	-98.64	-6.99	-6.77	-173.51	-173.51
3.46	-71.54	-9.94	-9.24	-116.39	-219.02
51.50	65.02	21.74	23.63	-113.20	-126.89
32.15	57.17	-63.41	-62.78	-171.60	-177.50
11.32	-76.51	-75.35	-73.27	-70.03	-197.75
45.71	40.21	-99.51	-99.71	-64.45	-164.70
0.00	-10.10	-31.75	-30.21	-23.20	-130.74
79.84	125.17	23.64	26.57	-174.72	-174.72
74.01	96.03	12.31	33.82	-50.57	-155.50
24.12	14.12	2.04	49.59	-29.47	-184.75
0.03	-0.03	4.75	4.70	-14.47	-164.17
5.21	-57.10	-11.07	88.81	-89.59	-99.59
27.82	34.03	-6.92	-6.87	-37.69	-177.19
47.20	70.07	-2.74	-2.74	-60.77	-104.52

NOTA: flexmo1=D+E+F

flexmo2=D+E+F+H-I

desc1=D-Q

desc2=D+J-Q

níveltec=-K-M

tec2=-K-L-M

(Valores calculados a partir do quadro XI)

Q XIII Hierarquização de 23 sectores da indústria transformadora portuguesa com base nos indicadores calculados .

VAB/Pess 1	VAB/Pess 2	CONTSS/RENTOT	PESDOM/PESSOP	PNR/PESSTOT	MEN18/PESSOP	ESTAB/PESSTOT	MENS/EST	+500/EST	SERVREC/TOTCONS
1.000	1.000	16.000	13.000	1.000 ¹	8.000	1.000	1.000	7.000	3.000
6.000	10.000	10.000	8.000	10.000 ²	10.000	10.000	10.000	28.000	28.000
8.000	27.000	20.000	7.000	9.000 ³	9.000	12.000	9.000	10.000	4.000
10.000	20.000	9.000	6.000	12.000 ⁴	23.000	7.000	12.000	20.000	27.000
20.000	6.000	7.000	1.000	7.000 ⁵	6.000	22.000	7.000	2.000	11.000
5.000	8.000	19.000	12.000	8.000	22.000	9.000	22.000	1.000	13.000
27.000	18.000	18.000	10.000	28.000	12.000	28.000	18.000	12.000	1.000
18.000	12.000	17.000	22.000	22.000	28.000	23.000	13.000	8.000	25.000
12.000	26.000	22.000	17.000	20.000	20.000	8.000	28.000	17.000	15.000
22.000	5.000	28.000	23.000	23.000	1.000	20.000	4.000	9.000	18.000
9.000	23.000	8.000	2.000	27.000	5.000	2.000	23.000	14.000	16.000
25.000	19.000	2.000	14.000	17.000	7.000	17.000	2.000	23.000	9.000
23.000	24.000	23.000	5.000	2.000	18.000	13.000	20.000	22.000	20.000
19.000	9.000	13.000	24.000	6.000	27.000	14.000	8.000	6.000	21.000
17.000	17.000	6.000	25.000	13.000	17.000	6.000	17.000	13.000	7.000
13.000	22.000	25.000	9.000	18.000	24.000	27.000	27.000	18.000	19.000
26.000	25.000	4.000	18.000	14.000	19.000	18.000	14.000	27.000	17.000
14.000	14.000	1.000	4.000	5.000	26.000	5.000	25.000	24.000	2.000
24.000	7.000	5.000	11.000	25.000	2.000	4.000	5.000	5.000	22.000
7.000	28.000	27.000	16.000	24.000	16.000	24.000	26.000	4.000	8.000
16.000	16.000	3.000	28.000	26.000	4.000	19.000	6.000	21.000	10.000
21.000	3.000	24.000	3.000	21.000	25.000	25.000	21.000	3.000	14.000
28.000	13.000	21.000	19.000	19.000	11.000	3.000	15.000	25.000	5.000
2.000	21.000	11.000	21.000	3.000	15.000	16.000	3.000	26.000	12.000
11.000	11.000	14.000	20.000	4.000	13.000	21.000	19.000	19.000	23.000
3.000	4.000	12.000	27.000	16.000	14.000	15.000	16.000	11.000	6.000
4.000	2.000	15.000	15.000	15.000	3.000	11.000	11.000	16.000	24.000
15.000	15.000	26.000	26.000	11.000	21.000	26.000	24.000	15.000	24.000

ENERG/TOTCON	PATHARC/CONSTOT	ORDSAL/PESOP	FBCFNOV/FECFT
14.000	15.000	26.000	1.000
13.000	27.000	1.000	10.000
28.000	26.000	14.000	6.000
2.000	11.000	16.000	8.000
12.000	9.000	12.000	9.000
24.000	22.000	21.000	5.000
25.000	20.000	27.000	20.000
4.000	1.000	17.000	7.000
15.000	10.000	9.000	22.000
3.000	4.000	25.000	27.000
17.000	2.000	10.000	12.000
11.000	28.000	7.000	17.000
23.000	6.000	6.000	18.000
16.000	7.000	8.000	23.000
7.000	5.000	20.000	2.000
1.000	18.000	28.000	25.000
22.000	12.000	23.000	28.000
21.000	21.000	4.000	14.000
26.000	23.000	2.000	19.000
10.000	17.000	19.000	3.000
19.000	19.000	18.000	4.000
6.000	8.000	5.000	13.000
8.000	3.000	24.000	24.000
18.000	24.000	13.000	11.000
9.000	25.000	11.000	21.000
20.000	13.000	22.000	16.000
5.000	14.000	3.000	26.000
27.000	16.000	15.000	15.000

Q

XIV Indicadores de submersão (IS) para a indústria transformadora, distrito de Ivora (1984)

RACIOS	rem/act	vbp/act	act/uni	men/pesstot+5salop/despil	
3.00	301.03	2474.10	5.09	0.03	0.79
31.00	304.69	3736.95	6.26	0.02	0.75
32.00	188.91	896.34	4.44	0.03	0.81
33.00	278.66	1454.24	4.10	0.06	0.83
34.00	333.52	756.29	7.06	0.08	0.76
35.00	ERR	ERR	ERR	ERR	ERR
36.00	381.88	2049.06	5.86	0.01	0.84
37.00	340.16	1246.75	9.00	ERR	ERR
38.00	275.77	1157.48	3.38	0.06	0.78

Ivora, indicadores

salop/desptotop.f/op	servrec/vbp	pat/vbp	pessparc/pess	
0.60	0.02	0.01	0.00	0.00
0.57	0.00	0.00	0.00	0.01
0.65	0.30	0.01	0.00	0.00
0.65	0.00	0.01	0.00	0.00
0.60	0.00	0.01	0.00	0.00
ERR	ERR	0.00	0.00	ERR
0.64	0.00	0.03	0.00	ERR
ERR	ERR	0.00	0.00	0.00
0.60	0.00	0.01	0.00	0.00

Q XV IS para a indústria transformadora
distrito de Beja (1984)

indicadores .BEJA

pess/uni	desp/pess	vbp/pess
5.18	261.45	3032.55
1.45	52.64	229.19
2.57	174.90	780.75
5.80	290.94	694.51
0.00	ERR	ERR
4.05	323.62	1169.76
0.00	ERR	ERR
2.49	199.17	809.09

fbcf/vbp	men/tot	desp/despto
0.04	0.01	1.08
0.00	ERR	ERR
0.02	0.04	1.40
0.04	0.02	1.13
ERR	ERR	ERR
0.01	0.00	1.44
ERR	ERR	ERR
0.04	0.03	1.31

Fonte :Recenseamento Industrial, INE, 1984

indicadores .BEJA

op/empdir	elec/constot	vbp/servind
0.48	0.01	0.00
ERR	ERR	ERR
0.25	0.04	0.00
0.34	0.02	0.01
ERR	ERR	ERR
0.21	0.03	0.01
ERR	ERR	ERR
0.33	0.01	0.01

fbcf/vbp	eq.ind/aq.kfix
0.03	0.80
ERR	ERR
0.00	0.58
0.04	0.95
ERR	ERR
0.00	0.00
ERR	ERR
0.03	0.15

análise correlaç(õ

Regression Output:

Constant	164.89
Std Err of Y Est	96.55
R Squared	0.22
No. of Observations	6.00
Degrees of Freedom	4.00

X Coefficient(s)	0.05
Std Err of Coef.	0.04

Regression Output:

Constant	0.00
Std Err of Y Est	142.29
R Squared	-1.12
No. of Observations	6.00
Degrees of Freedom	5.00

X Coefficient(s)	0.14
Std Err of Coef.	0.04

Regression Output: $renmed=f(vpp/act, pess/unid)$

Constant	161.74
Std Err of Y Est	111.25
R Squared	0.22
No. of Observations	6.00
Degrees of Freedom	3.00

	x1	x2
X Coefficient(s)	0.04	2.44
Std Err of Coef.	0.06	21.96

Q XVI IS para a indústria transformadora, distrito de Castelo Branco (1984)

castelo branco, indicadores

	rem/act	rea2/act	kap/vbp	vbp/act	act/uni	men/tot
	304.36	292.84	0.05	1722.03	11.85	0.05
	220.62	199.07	0.04	3001.26	4.99	0.01
	335.39	333.40	0.05	1492.46	37.56	0.06
	233.82	198.17	0.04	1548.97	6.46	0.04
	309.33	280.48	0.01	1251.00	9.43	0.06
	384.98	363.57	0.02	4020.35	10.75	ERR
	329.91	295.55	0.09	1700.53	9.84	0.01
	217.44	0.00	ERR	793.33	3.00	ERR
	201.85	151.62	0.08	1246.88	2.50	0.03
média	279.17	227.73		1881.85	10.56	ERR
ng obs	8.00	8.00				
max	384.98	363.57		4020.35	37.56	ERR
min	201.85	0.00		793.33	2.50	ERR
variância	4139.20					

castelo branco.indicadores

salop/desi	salop/desp	op.f/op	subcon/vbp
0.62	0.59	0.03	0.04
0.51	0.46	ERR	0.01
0.63	0.63	0.04	0.06
0.63	0.53	0.00	0.03
0.60	0.55	ERR	0.08
0.44	0.41	ERR	0.01
0.57	0.51	ERR	0.01
ERR	ERR	ERR	ERR
0.58	0.44	ERR	0.01

Q XVII IS para a indústria transformadora
 , distrito da Guarda (1984)

guarda racios

pess/uni	des/pess	vbp/pess	aqkfix/vbp	men/pess
7.40	274.68	1866.12	0.05	0.04
24.13	339.22	1773.49	0.03	0.03
3.78	158.02	606.33	0.05	0.12
3.92	308.57	637.41	0.16	ERR
6.08	357.78	2771.19	0.14	0.00
3.36	185.74	1099.28	0.11	ERR
0.00	ERR	ERR	ERR	ERR
2.74	307.22	1269.58	0.03	0.03
1.33	0.00	171.75	0.16	ERR
ERR	ERR	ERR	ERR	ERR

par/pess for/desil ind/conto

0.04	0.01	0.01
0.05	0.01	0.02
0.00	0.06	0.04
ERR	ERR	ERR
0.00	0.01	0.02
ERR	ERR	ERR
ERR	ERR	ERR
0.01	0.00	0.00
ERR	ERR	ERR
ERR	ERR	ERR

guarda racios

Regression Output:

Constant	-4.43
Std Err of Y Est	8.39
R Squared	0.18
No. of Observations	6.00
Degrees of Freedom	4.00

X Coefficient(s)	0.04
Std Err of Coef.	0.04

Regression Output:

Constant	0.00
Std Err of Y Est	7.62
R Squared	0.16
No. of Observations	6.00
Degrees of Freedom	5.00

X Coefficient(s)	0.03
Std Err of Coef.	0.01

portalegre .indicadores

pess/uni	des/pess	vbp/pess	aqffix/vbp
6.90	357.56	3998.66	0.04
21.84	366.75	1768.38	0.03
4.92	352.22	1334.23	0.03
3.94	310.00	751.02	0.22
41.08	708.28	12180.87	0.08
2.43	209.56	839.09	0.07
0.00	ERR	ERR	ERR
5.18	534.83	3884.76	0.08
ERR	ERR	ERR	ERR

men/pess	par/pess	for/desil	ind/cons
0.02	0.00	0.01	0.03
0.04	0.00	0.05	0.21
0.01	0.00	0.00	0.14
0.06	0.00	0.00	0.03
0.00	0.00	0.00	0.00
0.04	0.00	0.00	0.01
ERR	ERR	ERR	ERR
0.02	0.00	0.00	0.05
ERR	ERR	ERR	ERR

Q XIX Correspondência entre a NCN
(Nomenclatura de Ramos e Produtos das CN
Portuguesas) e a CAE

1.º Nível NCN

Classes, Grupos e/ou Subgrupos CAE

01	110, 311.51, 313.21, 313.29
02	120
03	130
04	210, 354
05	220, 353
06	410, 420
07	230, 371, 372
08	290, 369.94 a 369.99
09	361
10	362
11	369.1, 369.2, 369.91 a 369.93
12	351, 352
13	381
14	382
15	383
16	384
17	311.1
18	311.2
19	311.4
20	311.52, 311.53, 311.54
21	311.61 a 311.63, 311.65, 311.69, 311.7
22	311.3, 311.64, 311.8, 311.9, 312.1, 312.2
23	313.1, 313.22 a 313.25, 313.3, 313.4
24	314
25	321, 322
26	323, 324
27	330
28	340
29	355.1, 355.91, 355.99, 356
30	385, 390
31	500
32	355.92, 951
33	610, 620
34	630
35	711.1 a 711.5, 712.2
36	712.1, 713.1
37	711.61, 712.3, 713.2, 719
38	720
39	810.1, 810.2
40	820.1
41	831.2
42	711.62, 810.3, 820.2, 820.9, 831.1, 831.9, 832, 833, 920 ex., 935.1, 953 ex.
43	931 ex., 932 ex.
44	933 ex.
45	934 ex., 941.1, 941.2, 941.3 ex., 941.4, 941.5 ex., 941.6, 942 ex., 949 ex., 952, 959 ex.
46	910, 920 ex.
47	931 ex., 932 ex.
48	933 ex.
49	934 ex., 935 ex., 939, 941.3 ex., 941.5 ex., 942 ex., 949 ex., 953 ex., 950 ex.

Chave de Passagem dos sectores da CAE para a classificação utilizada pelo GEP MIC (1986) no cálculo dos coeficientes capital produto e capital emprego.

NÚMERO	NOME DO SECTOR	DESIGNAÇÕES CAE INCLUIDAS
1-	Conservas de carne	3111.20-Fab.conservas de carne
2-	Lacticínios	3112.00-Ind.de lacticínios
3-	Conservas de frutos	3113.00-Cons.de frut.e de prod.hortic.
4-	Indústrias de peixe	{ 3114.10-Conservas de peixe
		{ 3114.20-Congelação de peixe
		{ 3114.30-Secagem de peixe
5-	Moagem, panif., pastelaria	{ 3116.20-Moagem de farinhas espoadas
		{ 3117.10-Panificação
		{ 3117.30-Bolachas e biscoitos
		{ 3117.40-Massas alimentícias
		{ 3121.40-Fermentos e leveduras
6-	Indústrias de açúcar	{ 3118.10-Fabricação de açúcar
		{ 3118.20-Refinação de açúcar
7-	Alim.compostos p/animais	3122.20-Alimentos compostos p/animais
8-	Outras ind. alimentares	Outras indústrias alimentares

CHAVE DE PASSAGEM

NÚMERO	NOME DO SECTOR	DESIGNAÇÕES CAE INCLUIDAS
9-	Malte e cerveja	3133.00-Fab.de malte e cerveja
10-	Beb.não alcoólicas, águas	3134.00-Beb.ñ alcoólicas e águas gaseif
11-	Outras ind. das bebidas	-Outras indústrias das bebidas
12-	Tabaco	314.00 -Tabaco
13-	Algodão, fib.artíf.sintéticas	3211.30-Fiação,tecelagem e acabamentos de algodão,fibras artificiais, sintéticas e mistas
14-	Lãs e mistos	3211.20-Fiaç.tecel.e acabam.de lãs e mist
15-	Malhas	3213.00-Malhas
16-	Alcatifas	3214.00-Alcatif.,tapet,carpetes e passad
17-	Cordas e redes	{ 3215.10-Cordas e cabos 3215.20-Redes
18-	Vestuário em série	3220.20-Vestuário
19-	Outras ind.têxt.e vestuário	-Outras ind.têxt.e do vestuário
20-	Curtumes	3231.20-Curtumes e art,pele,exc.vestuário
21-	Malas e pastas	3233.10-Malas,pastas e art.de uso pessoal

CHAVE DE PASSAGEM

NÚMERO	NOME DO SECTOR	DESIGNAÇÕES CAE INCLUIDAS
22	Calçado	3240.00-Calçado
23	Serração de madeira	3311.10-Serração de madeiras
24	Folheados e contraplacados	3311.30-Folheados e contraplacados
25	Aglomerados de madeira	3311.40-Aglomerados de particde madeira
26	Carpintaria, tanoaria, caixas	3312.10-Tanoaria
		3312.20-Caixas e out. embalagens de madeira
		3311.20-Carpintaria
27	Artigos de cortiça	3319.10-Artigos de cortiça
28	Mobiliário de madeira	3320.10-Mobiliário de madeira
		3320.30-Gelosias para portas e janelas
29	Colchoaria	3320.40-Colchoaria
30	Pasta, papel e cartão	3411.10-Pasta de papel
		3411.23-Papel, cartão e paineis de fibra
31	Embalagens de papel e cartão	3412.00-Embal. e artigos de papel e cartão
32	Artes gráficas	3420.10-Artes gráficas

CHAVE DE PASSAGEM

NÚMERO	NOME DO SECTOR	DESIGNAÇÕES CAE INCLUIDAS
33	Publicações	{ 3420.21-Publicações periódicas { 3420.22-Publicações não periódicas
34	Química de base	3511.00-Produtos quim.indust.de base
35	Adubos	3512.10-Adubos
36	Resina sintét, mat.plasticas	3513.30-Resinas sint, mat.plát.e elastómeros
37	Fibras artif. e sintéticas	3713.30-Fibras artificiais e sintéticas
38	Tintas e vernizes e lacas	3521.00-Tintas, vernizes e lacas
39	Produtos farmacêuticos	3522.30-Produtos farmacêuticos
40	Sabões e glicerinas	3523.13-Sab, deterg, glic., c/ excepção, sint.
41	Refinação de petróleo	3530.00-Refinarias de petróleo
42	Pneus e câmaras de ar	3551.10-Pneus e câmaras de ar
43	Artigos de borracha	3559.90-Artigos de borracha
44	Plásticos	3560.00-Artigos de matérias plásticas
45	Outras químicas	-Outras químicas
46	Cerâmica fina	3610.00-Porc., faiança, grês fino, olaria ferro

CHAVE DE PASSAGEM

NÚMERO	NOME DO SECTOR	DESIGNAÇÕES CAE INCLUIDAS
47-	Ind. fundamentais do vidro	3620.10-Ind. fundamentais do vidro
48-	Ind. complementares do vidro	3620.20-Ind. complementares do vidro
49-	Barro e refractários	3991.00-Barro e refractários
50-	Cimento, cal e fibrocimento	{ 3692.10-Cimento
		{ 3692.20-Cal hidráulica
		{ 3699.20-Fibrocimento
51-	Gesso, lousa e abrasivos	{ 3692.40-Gesso
		{ 3699.10-Lousa
		{ 3699.40-Abrasivos
52-	Art. cimento, marmorite, cant.	{ 3699.30-Artigos de cimento e marmorite
		{ 3699.50-Cantarias
53-	Ferro, aço e folha flandres	3710.15-Obt. e lamin de f. aço e fab. f. fland
54-	Outras ind. ferro e aço	{ 3710.70
		{ -Out. ind. básicas de ferro e aço
		{ 3710.90

CHAVE DE PASSAGEM

NÚMERO	NOME DO SECTOR	DESIGNAÇÕES CAE INCLUIDAS
55	Metais ñ/ferrosos, s/ligas	{ 3720.10 -Obt.metais ñ fer. s/ligas e lamin. 3720.20
56	Out. ind. de metais ñ/ferrosos	3720.90-Out. ind. básicas, metais ñ/ferrosos
57	Caldeiraria	3813.10-Caldeiraria
58	Latoaria, emb. metálicas	3819.30-Latoaria e embalagens metálicas
59	Pregos, parafusos, art. arame	3819.20-Pregos, parafusos e art. de arame
60	Produtos metálicos n.e.	3819.90-Produtos metálicos, n.e.
61	Mobiliário metálico n.e.	3812.0 -Mobiliário metálico
62	Outros produtos metálicos	-Outros produtos metálicos
63	Máquinas agrícolas	3822.00-Máquinas agrícolas
64	Máq. ferramentas, madeira, têxtil.	{ 3824.20-Máquinas para ind. têxtil 3823.00-Máq. p/o trabalho de met. madeira 3824.49-Máquinas p/a construção civil
65	Máq. elevação e remoção	3829.23-Máq. de elevação e remoção
66	Equipamento de frio	3829.10-Aparelhosp/vent., ar condicionado, refrigeração e frigorificação

CHAVE DE PASSAGEM

NÚMERO	NOME DO SECTOR	DESIGNAÇÕES CAE INCLUIDAS
67	Outras máq. ñ/eléctricas	{ 3829.56-Fornos e fogões -Outras máquinas ñ eléctricas
68	Máq. e aparelhos eléct. indust.	3831.00-Máq. e aparelhos eléctricos
69	Fios, cabos isolados	3939.10-Fios e cabos isolados
70	Electrónica consume industrial	3832.00-Aparelhos de telecomunicações
71	Pilhas e acumuladores	3839.20-Pilhas e acumuladores
72	Outras máquinas eléctricas	-Outras máquinas eléctricas
73	Material caminho de ferro	3842.00-Material de caminho de ferro
74	Construção naval	3841.00-Construção e reparação naval
75	Automóvel	{ 3843.10-Veículos a motor 3843.20-Carroçarias e atrelados 3843.30-Peças e acessórios
76	Outro material de transporte	-Outro material de transporte
77	Material óptico	3852.10-Material óptico
78	Outras ind. transformadoras	-Outras transformadoras diver.

	(a1)	(a2)	(b)	(c)	(d)
AGRICULTURA					
SIVICULTURA					
PESCA	6	2	7		
IND. EXTRACTIVAS					
IND. TRANSFORMADORAS					
IND. DA ALIM. BEB. E TAB.	13	19			
IND. ALIMENTAÇÃO					
IND. DAS BEBIDAS					
IND. DO TABACO					
IND. TEXTÉIS DO VEST. E DO CALÇADO	7	18	8		2
IND. TEXTÉIS					1
FAB. DE ART. DE VESTUÁRIO	4	10			3
IND. CORTUMES, PELES, SUBS, ESCEP. C. E V.					7/8
FAB. CALÇADO, EXC. PLÁSTICO, BORR. E MAD.	17	11	4		
IND. DE MADEIRA E CORTIÇA			1		15
IND. DE MAD. E CORT., EXC. MOBILIÁRIO	14	13	2		
FAB. DE MOB., EXC. METAL E PLÁST. MOLD.	8	6			
IND. PAPEL, ARTEGRÁF. E ED. DE PUBL.	19	15			
IND. PAPEL					10
ARTES GRÁF. DE ED. E PUBLICAÇÕES					9
IND. QUÍM. DO PETRÓLEO, CARV. BORR. E PAPEL					
FABRICAÇÃO DE PROD. QUÍM. IND.					
FAB. DE OUTROS PROD. QUÍMICOS	5	5			
REF. DE PETRÓLEO					
FAB. DERIV. DIVERSOS DO PET. E CARVÃO					11/16
IND. DA BORRACHA					
FAB. DE ART. DE MAT. PLÁSTICAS					
IND. DE PROD. MIN. NÃO MET. EXC. DER.	22/5	11/7	5		13
PET. E C.	9	1	6		5
IND. METALÚRGICAS DE BASE					
FAB. DE PROD. MET. E DE MAQ. EG. E M.T.					
FAB. DE PROD. MET. EXC. MAQ. EQ. E					
MAT. TRANSP.	10	14			12
FAB. DE MAQ. NÃO ELÉTRICAS	27	21			
FAB. MAQ. APAR., UTENS. E OUT. MAT. ELÉCT.	26	20			
CONST. DE MAT. DE TRANSP.					
FAB. DE INST. PROF., CIENTÍFICOS, FOTO					
GRÁFICOS E ÓPTICOS					
OUTRAS IND. TRANSFORMADORAS					
ELECTRICIDADE, GAS E AGUA	18	12			
CONSTRUÇÃO E OBRAS PÚBLICAS	1	4			
CONSTRUÇÃO E REP. DE EDIFÍCIOS					
COM. POR GROSSO E A RET. REST. E HOTEIS					
COM. POR GROSSO					
COM. A RETALHO	3	11			
RESTAURANTES E HOTÉIS	12/3	9/11			
TRANSPORTES ARM. E COMUNICAÇÕES	11/24	14/13			
BANCOS E OUTRAS INST. FIN. SEG. OP. IMÓV.					
E SERVIÇOS					
SERV. PREST. A COLECT. SERV. SOC. E P.					
SERV. DE SANEAMENTO E LIMPEZA	21	8			
SERV. RECREATIVOS E CULTURAIS	23	7			
SERV. PESSOAIS E DOMÉSTICOS					
SERV. REPARAÇÕES DIVERSAS	2	3			
LAVANDARIAS E TINTURARIAS					
SERV. DOMÉSTICOS					

Nota Quadro XXI

[*] Metodologia de construção do Quadro

a) o estudo de Rodrigues (1985) hierarquiza os sectores de actividade nacionais segundo a incidência de trabalhadores assalariados não declarados (TAND)

TAND=TPCO (Censo)-PS (Quadros de Pessoal)

TPCO=Trabalhadores por conta de outrém

PS=Pessoal do serviço

a1) Ordenação segundo TAND a2) ordenação segundo TAND/TPCO.

b) A avaliação de Franz (1985) refere-se às actividades dos trabalhadores por conta própria não declarados (OR de "off records") e actividades idênticas praticadas por empregados, desempregados, etc. (ML de "moonlighting").

b) actividades subterrâneas (AS) = ML+OR

b1) Actividades ordenadas segundo a % de rendimentos dos ML+OR no total do valor acrescentado oficialmente observado em unidades com menos de 20 empregados. Franz (1985) pág. 331.

b2) Ordenação segundo o valor gerado por ML e OR em termos absolutos (AS). Neste caso os resultados são apresentados por classe da CAE o que facilita a comparação com a coluna a) de Rodrigues (1985).

c) Segundo Conseil Economique et Social relatório sobre o trabalho clandestino em França (Janeiro de 1983 CES (1983) pág. 24) Os sectores de actividade do trabalho clandestino são apenas enumerados, sem qualquer ordenação. A equivalência/aproximação à CAE é nossa.

d) Para Itália foram realizados vários inquéritos sobre a indústria submersa (v. SABA, A. (1981)) contudo, desconhecemos estudos que decomponham segundo idênticos critérios/métodos as actividades ES por sectores. Os resultados que apresentamos, são de estudos parcelares, um sobre trabalho ao domicílio, e outro sobre trabalho "irregular".

1972-1973

d1) Bruno, S. "Prime note per uno studio del lavoro a domicilio" Inchiesta, Abril/junho 1973, citado por Contini (1981) pág. 203.

Estima o trabalho doméstico por tipo de produtos. Tentámos a equivalência de sectores. Ordenámos segundo o número total de trabalhadores domésticos. Ano: 1972-1973.

d2) Contini, B. em Lo Sviluppo di una economica parallela, Milão (1979) citado por Contini (1981) pág. 204. Ordenámos segundo o número de trabalhadores "irregulares" Ano: "meados anos 70".

XXII

Distribuição da população activa
no distrito de Braga(1981)

censo da população BRAGA

TOT. POP	EST IND		CENSO	CEN-ESTINCEN-ESTIN		XDIF
	SECCAE			80	81	
2282	2263	31	3467	1185	1204	34.17940
60649	61015	32	77404	16755	16389	21.64616
2467	2246	33	7399	4932	5153	66.65765 MAD E COR
913	935	34	1396	483	461	34.59885
2368	2488	35	2586	218	98	8.430007
969	1091	36	3752	2783	2661	74.17377 MIN. NLO M
1061	1063	37	427	-634	-636	-148.477 METBASE
9209	9316	38	14578	5369	5262	36.82946
866	739	39	295	-571	-444	-193.559 OUTTRANSF
80784	81156	3	113304	32520	32148	28.70154

censo da população BRAGA

DISTRITO DE BRAGA

DE BRAGA

POR	tc019	tc014	popact014	men14	desnov	proci	proci14	tot14
CONCELHOS								
FAFE	2689	12495	19295	316	413	1512	367	820
GUIMARCES	12015	55472	70081	1431	1249	4312	1743	3490
POVOA LANCHOSO	1370	5236	7940	162	104	677	178	406
TERRAS DOBOURO	379	1734	3483	47	78	267	40	113
VIEIRA DO MINHO	596	3514	7512	74	162	747	147	318
BARCELOS								
VNFAM								
CEL BASTOS								

	TCD19/TCOTOT	MEN14/TCOTOT	DESEM/POACT
	0.215206	0.025290	0.099766
	0.216595	0.025796	0.079351
	0.261650	0.030939	0.098362
	0.218569	0.027104	0.099052
	0.169607	0.021058	0.121006
Min	0.216595	0.026038	0.099507
Max	0.261650	0.030939	0.121006

Q XXIII Comparação entre as variáveis
 inquiridas nas Estatísticas
 Industriais (1981) e no
 Recenseamento Industrial (1984)

-Estatísticas Industriais-
 Conceitos

-Recenseamento Industrial-
 Conceitos

VALOR BRUTO DE PRODUÇÃO

VALOR BRUTO DE PRODUÇÃO

VALOR DOS CONSUMOS

VALOR DA ENERGIA CONSUMIDA

VALOR DAS REMUNERAÇÕES

DURAÇÃO DO TRABALHO OPERARIO

ESTABELECIMENTO

ESTABELECIMENTO

PESSOAL EXISTENTE NA ÚLTIMA
 SEMANA DO ANO

PESSOAL AO SERVIÇO

EXISTÊNCIA MÉDIA MENSAL DE
 PESSOAL AO SERVIÇO

ORDENADOS E SALARIOS PAGO

REMUNERAÇÕES ILÍQUIDAS

OUTROS PAGAMENTOS AO PESSOAL

OUTRAS DESPESAS COM O PESSOAL

CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS

DURAÇÃO DE TRABALHO OPERARIO

PESSOAL NÃO REMUNERADO

DIRIGENTES

DIRIGENTES

OUTRO PESSOAL ADMINISTRATIVO, TÉCNICO
 E DE ESCRITÓRIO

EMPREGADOS

PESSOAL OPERARIO	OPERARIOS
PESSOAL A TAREFA NO DOMICILIO	MONTANTES PAGOS A OPERARIOS, REMUNERADOS A TAREFA POR TRABALHOS EXECUTADOS, FORA DO ESTABELECIMENTO
BENS DE CAPITAL FIXO	BENS DE CAPITAL FIXO
TERRENOS	TERRENOS
EDIFICIOS	EDIFICIOS
ARRANJOS NOS TERRENOS E OUTROS TRABALHOS DE CONSTRUÇÃO	ARRANJOS NOS TERRENOS E OUTROS TRABALHOS DE CONSTRUÇÃO
MATERIAL DE TRANSPORTE	MATERIAL DE CARGA E TRANSPORTE
MAQUINAS E OUTRO MATERIAL	EQUIPAMENTO INDUSTRIAL/ACTIVO INCORPORADOS/OUTROS BENS DE CAPITAL FIXO
VALOR DOS PRODUTOS ACABADOS	PRODUTOS ACABADOS
VALOR DOS BENS DE CAPITAL FIXO	BENS DE CAPITAL FIXO, DE PRODUÇÃO PRÓPRIA, PARA USO ESTABELECIMENTO PRODUZIDOS PELOS ESTABELECIMENTOS PARA USO PRÓPRIO
VALOR DA ELECTRICIDADE VENDIDA A TERCEIROS	VALOR DOS SERVIÇOS INDUSTRIAIS EXECUTADOS POR CONTA ALHEIA
VALOR DOS RESÍDUOS DE LABORAÇÃO VENDIDOS A TERCEIROS	SERVIÇOS INDUSTRIAIS E DE REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO
VALOR DA ENERGIA CONSUMIDA	RESÍDUOS DE LABORAÇÃO
VALOR DOS TRABALHOS INDUSTRIAIS EXECUTADOS SOB CONTRATO OU A COMISSÃO POR OUTROS	COMBUSTÍVEIS/ELECTRICIDADE
	SERVIÇOS INDUSTRIAIS

Relatório de Contabilidade para os
Exercícios de 1964 e 1965
do
Estado de São Paulo

ESTABELECIMENTOS

VALOR DOS TRABALHOS DE MANUTENÇÃO
E REPARAÇÃO EXECUTADOS POR OUTROS
ESTABELECIMENTOS

VALOR DOS SERVIÇOS NÃO
INDUSTRIAIS FORNECIDOS POR
TERCEIROS

SERVIÇOS NÃO INDUSTRIAIS

VALOR DOS PAGAMENTOS POR DIREITOS
DE EXPLORAÇÃO DE PATENTES

UTILIZAÇÃO DE MARCAS E PATENTES

VALOR DAS EXISTÊNCIAS DE
MATERIAIS E DE COMBUSTÍVEIS

VALOR DAS EXISTÊNCIAS DE PRODUTOS
ACABADOS

VALOR DOS PRODUTOS EM VIAS DE
FABRICO

VALOR ACRESCENTADO BRUTO

MATERIAIS/MATERIAS
PRIMAS E SUBSIDIARIAS
OUTROS MATERIAIS

Variáveis não incluídas nas
Estatísticas Industriais, INE :
EMPREGO A TEMPO PARCIAL

MERCADORIAS COMPRADAS
EXPRESSAMENTE PARA REVENDA

IMPOSTOS INDIRECTOS

SUBSÍDIOS

MERCADORIAS COMPRADAS
EXPRESSAMENTE PARA REVENDA

AMORTIZAÇÃO DO CAPITAL FIXO

Análise de correlação entre os indicadores de submersão calculados, intra e inter núcleo referente ao mercado de trabalho e às possibilidades de descentralização do processo produtivo

** R2

* Y e X

Regression Output:	product/dia *
Constant	77.84
Std Err of Y Est	244.70
R Squared	0.22 ***
No. of Observations	22.00
Degrees of Freedom	21.00

Y Coefficient(s)	0.22
Std Err of Coef.	0.09

Regression Output:	product/rea *
Constant	207.10
Std Err of Y Est	85.02
R Squared	0.45 ***
No. of Observations	22.00
Degrees of Freedom	21.00

X Coefficient(s)	0.14
Std Err of Coef.	0.05

Regression Output:	atom/area *
Constant	0.72
Std Err of Y Est	0.07
R Squared	0.88 ***
No. of Observations	22.00
X Coefficient(s)	0.00
Std Err of Coef.	0.00

Degrees of Freedom 25.00

X Coefficient(s) 3.30
Std Err of Coef. 1.39

Regression Outputs: **cccc/118 ***

Constant 0.02
Std Err of Y Est 0.05
R Squared 0.21**
No. of Observations 25.00
Degrees of Freedom 25.00

X Coefficient(s) 3.29
Std Err of Coef. 1.25

Regression Outputs: **cccc/servec ***

Constant 0.02
Std Err of Y Est 0.07
R Squared 0.22**
No. of Observations 25.00
Degrees of Freedom 25.00

X Coefficient(s) 0.02
Std Err of Coef. 0.02

Regression Outputs: **cccc/energia ***

Constant 0.05
Std Err of Y Est 0.15
R Squared 0.21**
No. of Observations 25.00
Degrees of Freedom 25.00

X Coefficient(s) 0.04
Std Err of Coef. 0.10

Regression Outputs: **cccc/Krovc ***

Constant 0.75
Std Err of Y Est 0.19
R Squared 0.23**
No. of Observations 25.00
Degrees of Freedom 25.00